

Luana Frigulha Guisso
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES

**Teoria e prática
em educação,
ciência e
tecnologia**

DIÁLOGO
EDITORIAL

Luana Frigulha Guisso e
Ivana Esteves Passos de Oliveira (orgs.)

DIÁLOGOS

INTERDISCIPLINARES 17:

Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia

1ª edição

Vitória

Diálogo Comunicação e Marketing

2025

Diálogos interdisciplinares 17: Teoria e prática em educação, ciência e tecnologia © 2025, Luana Frigulha Guisso e Ivana Esteves Passos de Oliveira (org.)

Curso

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Instituição

Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

Projeto gráfico e editoração

Diálogo Comunicação e Marketing

Capa e diagramação

Ilvan Filho

1ª edição

DOI: 10.29xxxxx9489

Conselho Editorial

Dr. Marcus Antonius da Costa Nunes

Dra. Luana Frigulha Guisso

Dra. Ivana Esteves Passos de Oliveira

Dra. Sônia Maria da Costa Barreto

Dra. Tatiana Gianordoli

Dra. Juliana Martins Cassani

Sumário

LIXO DOMÉSTICO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO SOCIAL DA EMEIEF MADALENA PISA, EM CASTELO/ES	07
Andréa Pinheiro Techio Pereira Grijó, Fernanda Monteiro da Cruz e Sueli do Nascimento Guimarães	

A RELEVÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE BOA ESPERANÇA, PRESIDENTE KENNEDY - ES	29
Beatriz Alves Graça e Giovanni Guimarães Landa	

EVOLUÇÃO DA OCORRÊNCIA DE CÂNCER DE MAMA ENTRE MULHERES DE 25 A 35 ANOS NO ESPÍRITO SANTO: UM ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO

EVOLUTION OF BREAST CANCER OCCURRENCE AMONG WOMEN AGED 25 TO 35 IN ESPÍRITO SANTO: AN EPIDEMIOLOGICAL STUDY

DOI: 10.29xxxxxx.1-1

*Adriana Rodrigues de Souza Schueng¹
Alice Maria Teixeira de Lima²
Elaine Schultz Rigueti³
Gelsileuza Campos Viana⁴
Hellen Cristina Muniz Satiro Santos⁵
Yuri de Souza Rosa⁶*

1 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

3 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

4 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

5 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

6 Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

O câncer de mama é uma enfermidade de maior incidência entre o sexo feminino, representando uma significativa preocupação do Estado e de políticas públicas que visa o diagnóstico precoce e o tratamento. Dessa forma, a presente pesquisa tem por finalidade de analisar a incidência de câncer de mama entre mulheres de 25 a 35 anos no estado do Espírito Santo e suas implicações a saúde pública. Para isto, a metodologia empregada consiste numa revisão bibliográfica, por meio de uma pesquisa dialética, qualitativa e aplicada, com utilização de livros e dados estatísticos que foram publicadas nos últimos seis anos. Concluiu-se que há necessidade de maior atenção do Estado do Espírito Santo para o grupo de mulheres que se encontram na faixa etária entre 25 a 35 anos, principalmente voltado para medidas afirmativas que visa o diagnóstico precoce, por meio do fornecimento exames pelo SUS, como a mamografia por exemplo, além de realização de campanhas e de conscientização.

Palavras-chave: câncer de mama. Mulheres de 25 a 35 anos. Espírito Santo. Saúde Pública.

ABSTRACT

Breast cancer is a disease with a higher incidence among women, representing a significant concern for the State and public policies aimed at early diagnosis and treatment. Thus, the present research aims to analyze the incidence of breast cancer among women aged 25 to 35 in the state of Espírito Santo and its implications for public health. For this, the methodology used consists of a bibliographic review, through a dialectical, qualitative and applied research, using books and statistical data that were published in the last six years. It was concluded that there is a need for greater attention from the State of Espírito Santo to the group of women who are in the age range between 25 and 35 years, mainly focused on affirmative measures that aim at early diagnosis, through the provision of exams by the SUS, such as mammography for example, in addition to carrying out campaigns and awareness raising.

Keywords: breast cancer. Women aged 25 to 35. Espírito Santo. Public Health.

1. INTRODUÇÃO

O câncer é uma enfermidade caracterizada pelo crescimento descontrolado de células malignas no corpo humano. E dentre os tipos de câncer, encontra-se o de mama, que na verdade é uma doença causada pela multiplicação desordenada dessas células cancerígenas na mama, sendo um tumor de grande potencialidade de invadir demais órgãos. Dessa forma, a presente pesquisa científica tem por finalidade de analisar a incidência de câncer de mama entre mulheres de 25 a 35 anos no estado do Espírito Santo e suas implicações a saúde pública capixaba. Para isto, houve a necessidade de realizar a seguinte problemática: de fato qual a realidade epidemiológica de incidência de câncer de mama entre mulheres de 25 a 35 anos no estado do Espírito Santo?

Nota-se que a metodologia empregada consistiu na opção pelo método dialético, em que se busca a discussão de doutrinadores sobre a problemática levantada nesse artigo científico, além de privilegiar informações qualitativas, o que corresponde a questões específicas sociais, com base de dados estatísticos, para que, mediante a uma pesquisa aplicada se busque gerar conhecimentos para a aplicação prática decorrente dos problemas específicos. Por último, adotou-se a pesquisa bibliográfica, com recursos de livros, artigos científicos, dados estatísticos, etc. publicados nos últimos seis anos.

O objetivo geral consiste em investigar a realidade das circunstâncias em mulheres que estão na faixa etária de 25 a 35 anos com câncer de mama no estado do Espírito Santo. E os objetivos específicos: pesquisar sobre o conceito da enfermidade câncer e seu tratamento; estudar sobre a incidência de câncer de mama em mulheres jovens brasileiras; e por fim; analisar sobre a incidência e implicações a saúde pública no que concerne a mulheres jovens com câncer de mama no estado do Espírito Santo.

Portanto, a pesquisa se justifica na medida em que é de extrema importância para a saúde pública, pois essa é uma fase da vida em que mulheres estão em plena atividade produtiva tanto no profissional quanto no pessoal. Embora seja em menor escala diante das demais faixa etária, a ocorrência está associada a fatores genéticos, ambientais que exigem maior atenção das autoridades públicas e o diagnóstico tardio, agrava o desfecho clínico. Por isso, a importância de se aprofundar sobre a realidade no estado do Espírito Santo inerente a estratégias preventivas e políticas eficazes no que concerne ao enfrentamento dessa doença para também ao grupo de mulheres que se encontram na faixa etária entre 25 a 35 anos.

2. CÂNCER DE MAMA: CONCEITO E TRATAMENTO

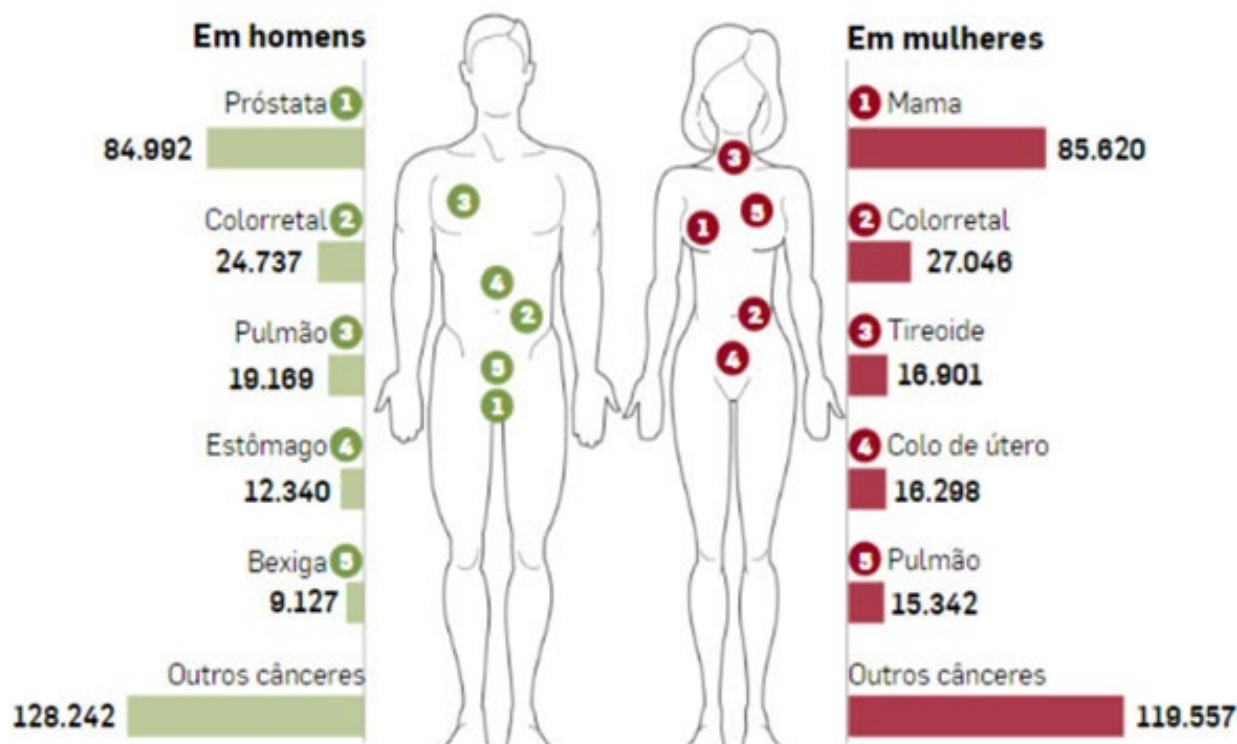
A enfermidade cancerígena ao longo dos séculos fora tratada como um fenômeno oculto, seja por desconhecimento ou por medo não era tratada como uma doença, visto que, de maneira assustadora praticamente desaparecesse na história da medicina antiga. Nesse contexto, a

terminologia “câncer” tem por significado no latim de “caranguejo”, consistindo numa doença de crescimento rápido e de grande disseminação no corpo humano (MARQUES, 2014).

Verifica-se que, o câncer é uma doença caracterizada pelo crescimento descontrolado e anormal de células no corpo. Esse crescimento desordenado pode ocorrer em praticamente qualquer tecido ou órgão, resultando em um tumor maligno que pode invadir tecidos próximos e se espalhar para outras partes do corpo, através do processo de metástase. Essa doença pode surgir devido a uma combinação de fatores genéticos, ambientais e de estilo de vida, sendo influenciado por elementos como tabagismo, exposição a agentes carcinogênicos, dieta inadequada, falta de atividade física e predisposição genética (FONSECA; AFONSO, 2020).

Na atualidade, segundo a Federação Brasileira de Gastroenterologia (2018) descreve que a doença no Brasil nos próximos 20 anos poderá aumentar 78%, evidenciando os principais tipos de câncer acometidos para o sexo masculino, tais como, próstata, colorretal, pulmão, estômago e bexiga; já no sexo feminino, são os cânceres de mama, colorretal, tireoide, colo de útero e pulmão, como se demonstra na imagem abaixo:

Figura 01: incidência de câncer por sexo no ano de 2018



Fonte: Federação Brasileira de Gastroenterologia (2018, p. 01).

Nota-se que, entre o sexo feminino, o tipo de câncer com maior incidência é o câncer de mama, conforme a imagem acima, somente no ano de 2018 85.620 mulheres foram diagnosticadas com essa enfermidade, por isso, é fundamental de se atentar para consultas e exames regulares como forma de prevenção.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA) (2023) o câncer de mama é definido como “uma doença causada pela multiplicação desordenada de células anormais na mama, que forma um tumor com potencial de invadir outros órgãos”. Há vários tipos de câncer de mama, determinados podem ter desenvolvimento lento enquanto outros crescem rapidamente (INCA, 2023).

Um dos métodos de diagnósticos mais difundido é a mamografia cuja avaliação por imagem das mamas possibilita ao médico a identificação microcalcificações, que ainda não é palpável desse tipo de câncer. Nesse sentido, Souza, Tajima e Marques (2018, p. 35) asseveram que:

[...] uma das principais vantagens da mamografia em relação aos outros métodos é a capacidade de identificar microcalcificações, que é a única manifestação inicial em cerca de 30-50% dos cânceres de mama não palpáveis, especialmente nos *carcinomas in situ*.

A mamografia consiste em uma radiografia em alta resolução das mamas. O princípio básico do funcionamento de um mamógrafo é o mesmo de um aparelho de raios X convencional, diferindo na composição do anodo e na espessura do ponto focal.

Por isso, é fundamental o diagnóstico para o tratamento do câncer de mama, quanto mais recente descobrir melhor serão as condições do enfrentamento a respectiva doença, visto que, o estadiamento é uma etapa crucial, sendo realizada através de exames clínico e de imagem.

Assim, o estágio inicial é o cenário ideal, pois apresenta altas taxas de cura, engloba o estágio I. Já o estágio localmente-avançado, o prognóstico ainda é bom, mas o tratamento é mais agressivo envolve o uso de quimioterapia, que é administrada antes da cirurgia, compreendendo os estágios II e III (passível de remoção cirúrgica). Por fim, o câncer avançado, são tumores que não são passíveis de remoção cirúrgica e ou que produziram metástases (espalharam para outros órgãos), compreendendo o estágio III (não passível de remoção cirúrgica) e o IV (MANO, 2024).

Conforme o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) (2024, p. 01) é a doença de neoplasia que mais atinge mulheres brasileiras, maiores taxas de incidência e mortalidade:

A doença é a neoplasia que mais atinge mulheres no Brasil, sendo as regiões Sul e Sudeste as que apresentam maiores taxas de incidência e mortalidade. Diante desses dados, a detecção precoce e a prevenção primária desempenham um papel crucial na redução dos números da doença. O acesso à informação, exames de rotina e cuidados com a saúde são essenciais para que a população feminina esteja preparada para identificar os sinais e buscar tratamento adequado o quanto antes.

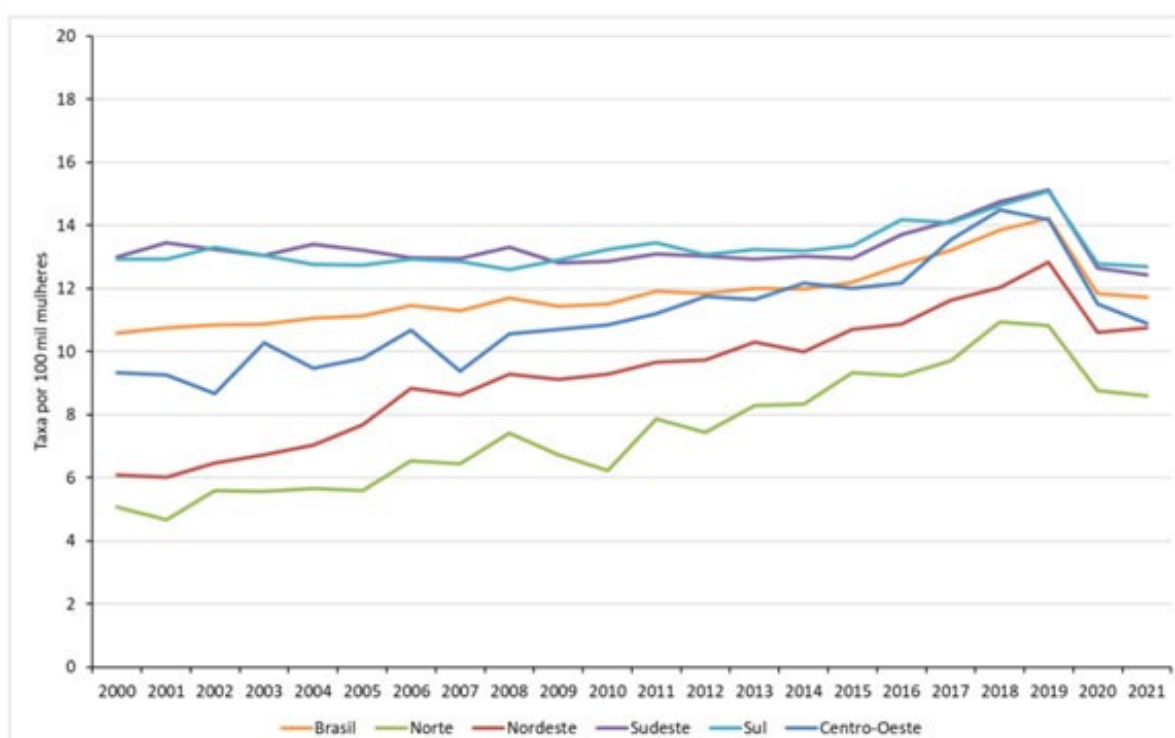
Ainda, segundo o COFEN (2024) o câncer de mama está relacionado a fatores de risco como idade, histórico familiar, utilização de anticoncepcional prolongado e comportamento como sedentarismo, sendo que, a conscientização de hábitos saudáveis aliado com o diagnóstico precoce são fundamentais para a saúde da mulher.

3. O CÂNCER DE MAMA EM MULHERES JOVENS BRASILEIRAS

Segundo dados do INCA (2023), com exclusão do câncer de pele, o câncer de mama é o mais incidente em todas as regiões brasileiras, com maiores taxas na região sudeste e sul, visto que, para cada ano do triênio 2023 a 2025 estima-se que 73.610 novos casos, o que representa a uma taxa de incidência de 41,89% para cada 100.000 mulheres.

Quanto a mortalidade, é a primeira causa de mortes entre mulheres com câncer no Brasil, sendo a taxa de mortalidade de 11,71 óbitos para cada 100.000 mulheres no ano de 2021. As regiões com maiores taxas são Sudeste e Sul, com respectivamente 12,43% e 12,69%, como demonstra no gráfico abaixo:

Gráfico 01: taxas de mortalidade por câncer de mama, por 100 mil mulheres. Brasil e Regiões (2000 a 2021).



Fonte: INCA (2023, p. 06).

Embora a incidência do câncer de mama, numa análise comparativa dentre as faixas etárias, seja menor em pacientes jovens (abaixo dos 35 anos), tem-se como característica, por ser infiltrante, tumores grandes, com estágios avançados e de invasão vascular, devido à demora do diagnóstico (AMADOR; LIMA, 2022).

Contudo, com base no monitoramento epidemiológico, no Brasil casos de jovens com câncer de mama têm aumentado e são mais agressivos, com rápida decorrência de evolução. Isso se deve a fatores como alimentação hormonais, maternidade tardia (a amamentação é um dos fatores que protege contra essa doença, devido a diminuição dos níveis de estrogênio, hormônio relacionado ao crescimento de células cancerígenas) e a falta de diagnóstico precoce (GRANCHI, 2023).

Verifica-se que, segundo dados da Sociedade Brasileira de Mastologia (apud HOSPITAL SÃO CAMILO, 2024) demonstraram a incidência da presente doença em mulheres com menos de 35 anos subiu 5% no ano de 2022 enquanto que anos anteriores essa faixa representava apenas 2% dos diagnósticos.

Souza et. al. (2017) descreve que a preocupação com a elevação da incidência de câncer na faixa etária entre 25 a 35 anos, deve-se ao fato de que o diagnóstico para essa faixa etária geralmente é tardio e as taxas de mortalidade são elevadas, visto que a descoberta já se encontra em estágios avançados. Por isso, é fundamental a realização de pesquisas epidemiológicas como genética, fatores de risco associados a essas mulheres que são acometidas por tumores de mamas.

Portanto, na realidade brasileira tem se como desafio a associação da detecção precoce do diagnóstico do câncer de mama em mulheres de 25 a 35 anos, por isso é fundamental o monitoramento epidemiológico, com a finalidade de que seja aumentado as chances de sobrevivência dessas mulheres.

4. CÂNCER DE MAMA EM MULHERES JOVENS: INCIDÊNCIAS E IMPLICAÇÕES A SAÚDE PÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO

O câncer de mama em mulheres jovens, conforme Maraccini (2024) e mediante a observação epidemiológica, tem crescido nos últimos anos, em especial a mulheres que se encontram na faixa etária de 30 a 39 anos. Incidência essa que merece maior atenção das autoridades públicas no que concerne a saúde preventiva ao câncer de mama no país.

Verifica-se que, é uma doença silenciosa e que merece atenção, podendo apresentar ou não sinais de sua existência, como assevera Sartori e Basso (2019, p. 12):

De acordo com as bibliografias consultadas, as pacientes com câncer de mama podem ou não ter sinais e sintomas clínicos. Geralmente, a apresentação de alterações mamárias, como tumoração não dolorosa de limites irregulares, pele da mama tipo “casca de laranja”, retração da papila mamária e linfonodos axilares aumentados de tamanho, indicam doença avançada.

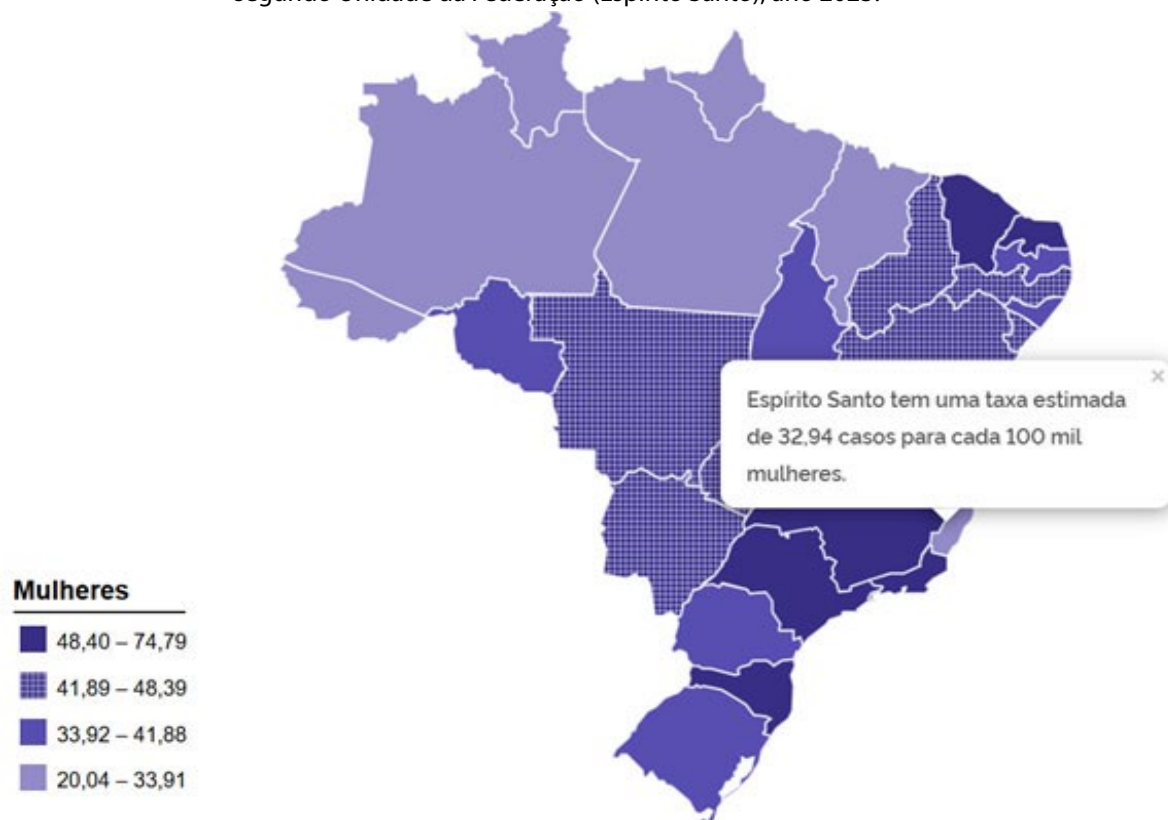
Para Maraccini (2024, p.01) o tratamento depende da fase em que a doença se encontra, pois:

O tratamento do câncer de mama depende da fase em que a doença se encontra (estadiamento) e do tipo de tumor. As opções possíveis incluem cirurgia e radioterapia (para tratamento local), e quimioterapia, hormonioterapia e terapia-alvo (para tratamento sistêmico).

Dessa forma, as taxas brutas de incidência e o número de novos casos estimados são relevantes para averiguar a magnitude da doença e providenciar ações voltadas para a saúde pública afirmativas. Dessa forma, no estado do Espírito Santo, conforme dados do INCA (2023) foram estimados 900 novos casos para o ano de 2023, a uma taxa ajustada de 32,94% para cada 100 mil mulheres.

Diante do cenário nacional, num comparativo com demais entes federativos, o Estado não apresenta taxas elevadas, contudo, mesmo assim, o índice de 32,94% ainda permeia cuidados voltados para a saúde pública tanto no aspecto preventivo quanto no tratamento.

Figura 02: representação espacial das taxas de incidência de neoplasia maligna de mama, por 100 mil mulheres, segundo Unidade da Federação (Espírito Santo), ano 2023.



Fonte: INCA (2023, p. 01).

Conforme dados do Governo do Estado do Espírito Santo (2024) entre janeiro a julho do corrente ano, foram registradas 1.392 internações de mulheres por câncer de mama. Já em todo ano de 2023, foram registradas 2.238 internações registradas. Quanto a mortalidade no Estado, foram 385 mortes registrados no ano de 2023. Num comparativo do período de janeiro a agosto, no ano de 2023 ocorreram 250 mortes enquanto que no ano de 2024 foram registrados 237 óbitos em mulheres por motivo dessa doença.

Quanto a incidência da doença em mulheres jovens, principalmente no grupo de 25 a 35 anos, o Estado não diferencia do cenário nacional, mesmo com o crescimento de jovens acometidas por tumores mamários, ainda representa uma taxa de incidência pequena diante das demais faixas etárias, tanto que, recentemente o Estado do Espírito Santo ampliou para a realização de mamografia para mulheres a partir dos 40 anos (SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO (SESA), 2024).

Isso se deve ao fato de que, no ano de 2023 o número de casos entre mulheres com 40 a 49 anos ultrapassou mulheres na faixa etária de 50 a 59 anos, com 373 diante de 344 novos

casos. E entre janeiro a agosto de 2024 já somam 195 novos caso para a faixa etária de 40 a 49 anos (SESA, 2024).

Entretanto, somente o fator da idade não deve ser considerado para a inserção de mulheres ao risco de câncer de mama, fatores como genética e condições fisiológicas devem ser uma condição que também merece atenção do Estado. Principalmente o fato de que o tratamento deste tipo de câncer em mulheres jovens é bastante invasivo, visto que a ocorrência do diagnóstico geralmente ocorre tardiamente (MONTEIRO, 2016).

Lima e Amador (2022, p. 401) destacam que:

O câncer de mama em mulheres jovens, admite-se que a doença é mais agressiva, os tumores são de alto grau, com alta fração de proliferação, maior invasão vascular, mais linfonodos comprometidos e com maior índice de recorrência. Compreender a ocorrência do câncer de mama em mulheres jovens, e como o diagnóstico precoce e os diferentes tipos de tratamentos, são importantes durante o processo clínico da neoplasia mamaria.

Verifica-se que a atenção do Estado referente a realização do exame de mamografia, realizadas em mulheres pelo Sistema Único de Saúde, na faixa de 25 a 35 anos é ínfima, sendo que, no Brasil diante de um total de 382.658 exames realizados, para a faixa etária abaixo de 30 anos foram apenas 5.616 enquanto que na faixa etária de 30 a 39 anos foram 23.036 no ano de 2022 (INCA, 2023).

No mesmo caminho se encontra o Estado do Espírito Santo, para o respectivo ano, de um total de 7.051 exames realizados pelo SUS, apenas 59 exames foram realizados em mulheres com idade abaixo de 30 anos, enquanto que, na faixa na faixa etária de 30 a 39 anos, foram realizados 434 exames, o que representa respectivamente 0,84% e 6,16% dos exames realizados (INCA, 2023). Como se demonstra na tabela abaixo:

Tabela 01: número de mamografias com a finalidade diagnóstica realizadas em mulheres no SUS (faixa etária, Regiões, Unidades da Federação e Brasil) ano de 2022.

Região/UF	< 30 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	≥70 anos	Total
Norte	67	679	3.209	2.991	1.834	772	9.552
Acre	6	69	329	304	104	24	836
Amapá	0	66	358	196	101	21	742
Amazonas	15	147	520	597	513	270	2.062
Pará	14	140	603	803	520	254	2.334
Rondônia	22	162	1.001	736	423	128	2.472
Roraima	4	35	240	172	72	33	556
Tocantins	6	60	158	183	101	42	550
Nordeste	281	2.443	12.032	15.764	12.078	6.457	49.055
Alagoas	12	50	207	330	292	178	1.069
Bahia	103	981	5.187	6.569	4.928	2.357	20.125
Ceará	28	309	1.690	1.818	1.461	1.033	6.339
Maranhão	48	322	931	1.118	819	452	3.690

Paraíba	4	43	243	408	309	213	1.220
Pernambuco	48	554	1.940	3.054	2.684	1.519	9.799
Piauí	2	47	1.034	1.350	762	248	3.443
Rio Grande do Norte	30	110	559	808	602	368	2.477
Sergipe	6	27	241	309	221	89	893
Sudeste	1.959	11.845	58.888	71.381	61.921	34.718	240.712
Espírito Santo	59	434	1.616	2.114	1.894	934	7.051
Minas Gerais	760	4.216	18.816	16.656	13.965	7.591	62.004
Rio de Janeiro	362	1.387	5.308	7.864	8.029	5.025	27.975
São Paulo	778	5.808	33.148	44.747	38.033	21.168	143.682
Sul	3.143	7.350	14.541	17.260	15.761	10.195	68.250
Paraná	1.484	3.090	6.049	5.400	4.555	3.562	24.140
Santa Catarina	441	1.539	3.442	4.542	3.747	2.136	15.847
Rio Grande do Sul	1.218	2.721	5.050	7.318	7.459	4.497	28.263
Centro-Oeste	165	719	4.233	4.905	3.484	1.583	15.089
Distrito Federal	10	99	487	577	443	249	1.865
Goiás	47	259	1.145	1.565	1.262	640	4.918
Mato Grosso	18	83	295	463	284	122	1.265
Mato Grosso do Sul	90	278	2.306	2.300	1.495	572	7.041
Brasil	5.615	23.036	92.903	112.301	95.078	53.725	382.658

Fonte: INCA (2023, p. 15).

O que o Estado necessita pautar protocolos de rastreamento específicos para a população feminina, além da condicionante da idade, principalmente na ampliação da realização de exames de mamografias, visto que, estudos científicos já comprovaram que o comportamento biológico é mais agressivo entre os carcinomas mamários na faixa etária de 25 a 35 anos (CERQUEIRA, 2021).

Nesse sentido, Amador e Lima (2022, p. 408) informam que:

Considerando-se a abrangência do tema, foi possível identificar a importância do diagnóstico precoce do câncer de mama, visando avaliar as melhores possibilidades de tratamento para essas pacientes jovens, com isto, causando os menores impactos na vida pessoal e social destas mulheres. Portanto, verificamos a necessidade de inclusão dessas pacientes jovens nos programas do sistema de saúde, que possam monitorar e realizar o diagnóstico precoce, proporcionando desta forma uma terapêutica planejada e individualizada.

Outro fator foi a carência de estudos científicos sobre a realização do rastreamento para essa faixa etária (CERQUEIRA, 2021), visto que, estudos epidemiológicos são essenciais para o entendimento das diversidades existentes no território capixaba, além de que contribui para estratégias de prevenção primária e secundária, com base na mudança de hábitos e fatores que expõem as mulheres a maior risco, deve ser prioritária (ZUCCA-MATTHES, 2018).

Portanto, a garantia de uma ampla cobertura populacional dos exames de rastreios, principalmente a mamografia, com ferramentas de controle de qualidade é a arma fundamental para assegurar o diagnóstico precoce, além de oportunizar a assistência de saúde para o tratamento são condicionantes que o estado do Espírito Santo tem por oportunizar a todas as mulheres independentemente da idade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo científico se preocupou em analisar a incidência de câncer de mama entre mulheres de 25 a 35 anos no estado do Espírito Santo e suas implicações a saúde pública. Nesse contexto, constatou-se que embora o câncer de mama seja tradicionalmente mais recorrente em mulheres acima de 40 anos, há também um crescimento de diagnósticos em faixas etárias mais jovens, ao passo que há uma necessidade governamental para atenção ao respectivo grupo.

No Espírito Santo, os números corroboram com esse panorama nacional, evidenciando a urgência de ações específicas. Mesmo com um menor índice de ocorrências se analisar os dados estatísticos para demais grupos etários, mas também há evidências de avanço da doença para o respectivo grupo. Um fator preponderante é de que os tumores são mais agressivos e apresentam maior probabilidade de estarem em um estágio avançado no momento do diagnóstico, isso se deve a falta de atenção a medidas preventivas em mulheres mais jovens.

No entanto, as políticas públicas do governo capixaba na área de saúde ainda priorizam ações preventivas e diagnósticas para mulheres acima de 40 anos, o que limita o acesso de mulheres jovens a exames essenciais para a detecção precoce da doença. Tanto que conforme dados do Governo do estado do Espírito Santo, no ano de 2022, apenas 59 exames de mamografia foram realizados em mulheres com menos de 30 anos; e 434 em mulheres de 30 a 39 anos, diante de um total de 7.051 exames realizados pelo SUS.

Esses números destacam a lacuna no atendimento preventivo para faixas etárias mais jovens e sugerem uma subnotificação potencial de casos que poderiam ser diagnosticados precocemente com maior acesso aos exames. Diante desse cenário, torna-se indispensável a formulação de políticas públicas que ampliem a cobertura de exames preventivos e diagnósticos para todas as mulheres, independentemente da idade.

A inclusão de mulheres mais jovens em campanhas de conscientização, somada à ampliação de exames subsidiados pelo SUS, pode ser uma estratégia eficaz para reduzir a mortalidade e melhorar os desfechos clínicos. A introdução de critérios de risco, como histórico familiar e fatores genéticos, na triagem de mulheres jovens também pode otimizar os recursos e focar na prevenção.

Por fim, o câncer de mama entre mulheres de 25 a 35 anos no Espírito Santo exige uma abordagem integrada que combine conscientização, prevenção e diagnóstico precoce. O reconhecimento da gravidade dessa tendência e a implementação de políticas públicas abrangentes são passos essenciais para enfrentar esse desafio e salvar vidas. O investimento em medidas preventivas e diagnóstico precoce, especialmente em mulheres jovens, deve ser prioridade para reduzir os impactos da doença na saúde pública estadual.

REFERÊNCIAS

AMADOR, Francylla Jessica de Almeida Lima; LIMA, Cristiane Gomes. Câncer de mama em mulheres jovens: diagnóstico e tratamento. **Revista Multi Disciplinar do Sertão**, v. 04, n. 04, out./dez. 2022. Disponível em: <<https://revistamultisertao.com.br/index.php/revista/article/download/458/294/>>. Acesso em: 15 out. 2024.

CERQUEIRA, Jocieli Locatelli. **Rastreamento do câncer de mama entre mulheres com menos de 40 anos de idade**: uma revisão de literatura. 26f. 2021. Monografia (Especialista Mastologista), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: <https://residenciamedica.ufes.br/sites/residenciamedica.ufes.br/files/field/anexo/tcc_jocieli_corrigido.pdf>. Acesso em: 05 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (COFEN). **Estima-se que o Brasil registre 73.610 novos casos de câncer de mama em 2025, aponta INCA**. 03 out. 2024. Disponível em: <<https://www.cofen.gov.br/brasil-deve-registrar-73-610-novos-casos-de-cancer-de-mama-apontainca/>>. Acesso em: 15 out. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **“Outubro Rosa”**: conscientização e autoconhecimento juntos na prevenção ao câncer de mama. Vitória, 02 out. 2024. Disponível em: <<https://www.es.gov.br/Noticia/outubro-rosa-conscientizacao-e-autoconhecimento-juntos-na-prevencao-ao-cancer-de-mama#:~:text=Quanto%20aos%20%C3%B3bitos%20por%20c%C3%A2ncer,mulheres%20por%20decorr%C3%Aancia%20da%20doen%C3%A7a.>>. Acesso em: 10 out. 2024.

GRANCHI, Giulia. “Descobri um câncer de mama aos 23 anos”: por que casos entre jovens têm aumentado e são mais agressivos. **News Brasil**, 31 out. 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0wx034nz5yo>>> Acesso em: 10 out. 2024.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GASTROENTEROLOGIA. **Câncer no Brasil pode aumentar em 78% nos próximos 20 anos**. 17 set. 2018. Disponível em: <<https://socgastro.org.br/novo/2018/09/cancer-no-brasil-pode-aumentar-em-78-nos-proximos-20-anos/>>. Acesso em: 15 out. 2024.

FONSECA, Ariadne da Silva; AFONSO, Shirley da Rocha. **Atualidades da Assistência de enfermagem em Oncologia**. São Paulo: Centro Paulo Souza, 2020.

HOSPITAL SÃO CAMILO. **Aumento de casos de câncer de mama em mulheres abaixo de 35 anos preocupa especialistas**. 22 out. 2024. Disponível em: <http://hospitalsaocamilosp.org.br/aumento-de-casos-de-cancer-de-mama-em-mulheres-abaixo-de-35anos-preocupa-especialistas/>>. Acesso em: 10 out. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). Câncer de mama. **Ministério da Saúde**, Brasília, 02 out. 2023. Disponível em: < <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/cancer/tipos/mama>>. Acesso em: 05 out. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Dados e números sobre câncer de mama: relatório anual 2023**. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: < https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/relatorio_dados-e-numeros-ca-mama-2023.pdf>. Acesso em: 05 out. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (INCA). **Incidência**: apresenta dados de incidência do câncer de mama no Brasil, regiões e Estados. 27 set. 2023. Disponível em: < <https://www.gov.br/inca/pt-br/assuntos/gestor-e-profissional-de-saude/controlado-cancer-de-mama/dados-e-numeros/incidencia>>. Acesso em: 05 out. 2024.

MANO, Max. **Navegando pelo diagnóstico, tratamento e sobrevivência do câncer de mama**: um livro de bolso para pacientes. Rio de Janeiro: DOC, 2024.

MARACCINI, Gabriela. Outubro rosa: casos de câncer de mama em mulheres jovens têm crescido. **CNN Brasil**, 02 out. 2024. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/outubro-rosa-casos-de-cancer-de-mama-em-mulheres-jovens-tem-crescido/>>. Acesso em: 05 nov. 2024.

MARQUES, Cristiana Tavares de Queiroz. **Câncer 360º**: Orientações médicas. Recife: Carpe Diem, 2014.

MONTEIRO, Jeane Pissarra Teixeira. **Biologia e genética do câncer de mama em mulheres jovens**. 2016. 43f. Monografia (Especialista em Mastologia), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: < https://residenciamedica.ufes.br/sites/residenciamedica.ufes.br/files/field/anexo/jeane_pissarra_teixeira_monteiro.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SARTORI, Ana Clara; BASSO, Caroline. Câncer de mama: uma breve revisão de literatura. **Perspectiva**, Erechim, v. 13, n. 161, mar., 2019. Disponível em: <https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/161_742.pdf>. Acesso em: 15 out. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO. **Espírito Santo amplia mamografia de rastreamento a todas as mulheres a partir dos 40 anos**. Vitória, 24 out. 2024. Disponível em: <<https://saude.es.gov.br/Not%C3%ADcia/espírito-santo-amplia-mamografia-de-rastreamento-a-todas-mulheres-a-partir-dos-40-anos#:~:text=Foram%20373%20novos%20casos%20em,de%2050%20a%2059%20anos.>>. Acesso em: 05 nov. 2024.

SOUZA, Juliana Alves; TAJIMA, Carla Chizuru; MARQUES, Elvira Ferreira. Mamografia. In: BITENCOURT, Almir Galvão Vieira; MARQUES, Elvira Ferreira. **Atlas de diagnóstico por imagem da mama**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2018.

SOUZA, Nazareth Hermínia Araújo de et. al. Câncer de mama em mulheres jovens: estudo epidemiológico no Nordeste Brasileiro. **SANARE**, Sobral, v. 16, n. 02, jul./dez., 2017. Disponível em: <<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/viewFile/1179/640>>. Acesso em: 05 out. 2024.

JOGOS COMO RECURSO DIDÁTICO NA RESOLUÇÃO DE EXPRESSÕES ALGÉBRICAS PARA ALUNOS DO 6º E 7º ANOS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS – ES

GAMES AS A TEACHING RESOURCE IN SOLVING ALGEBRAIC EXPRESSIONS FOR 6TH AND 7TH GRADE STUDENTS IN A SCHOOL IN THE MUNICIPALITY OF SÃO MATEUS – ES

DOI: 10.293xxxx9.1-2

Alexandre Marcellino de Mello¹
Jocitiel Dias da Silva²

¹ Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

² Professor Orientador do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo verificar a potencialidade do jogo Corrida Algébrica no processo de ensino e aprendizagem do conteúdo de ensino de Álgebra. A justificativa da pesquisa foi baseada nos recentes dados divulgados nos indicadores educacionais nacionais e internacionais, acerca da baixa qualidade de aprendizagem dos alunos brasileiros na disciplina de Matemática. O problema de investigação se deu com a aplicação do jogo Corrida Algébrica, que tem potencialidade para melhoria de aprendizagem dos alunos dos 6º e 7º Anos, do Ensino Fundamental, em expressões algébricas? No percurso metodológico foi realizada uma pesquisa dentro da abordagem qualitativa, engendrada nos objetivos da pesquisa exploratória sobre o tema Álgebra, nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Em relação aos procedimentos, a pesquisa foi assentada na Pesquisa-Ação. Em relação à técnica de coleta de dados, recorreu-se à observação dos participantes e da aplicação de entrevista semiestruturada e para análise dos dados coletados buscou-se a metodologia qualitativa da análise do conteúdo da Bardin. Os resultados expressivos revelaram melhoria de rendimento dos alunos nas avaliações bimestrais, nas questões sobre expressões algébricas. Constatou-se, nos discursos dos 40 sujeitos da pesquisa, que a aplicação dos jogos no ensino de expressões algébricas, despertou maior interesse para aprender e apreender os conceitos matemáticos envolvidos nas expressões algébricas. Concluiu-se que práticas pedagógicas lúdicas, através de jogos no ensino de Matemática, é um excelente recurso didático-pedagógico e metodológico para facilitar o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático e da apropriação do pensamento algébrico.

Palavras-chave: Matemática, Ensino Fundamental, Expressões Algébricas, Alunos, Jogos Matemáticos.

ABSTRACT

This article aimed to verify the potential of the algebraic race game in the teaching and learning process of Algebra content. The justification for the research was based on recent data released by national and international educational indicators about the low quality of learning of Brazilian students in Mathematics. The research problem was whether the application of the algebraic race game has the potential to improve the learning of 6th and 7th grade students in algebraic expressions? The methodological approach was a research within the qualitative approach, engendered in the objectives of the exploratory research on the subject of algebra in the Final years of Elementary School, in relation to the procedures the research was based on Action Research; In relation to the data collection technique, participant observations and the application of semi-structured interviews were used and for the analysis of the collected data, the qualitative methodology of Bardin's content analysis was sought. The expressive results revealed an improvement in the students' performance in the bimonthly assessments in the questions on algebraic expressions; It was found in the speeches of the 40 research subjects that the application of games in the teaching of algebraic expressions aroused greater interest in learning and understanding the mathematical concepts involved in algebraic expressions. We conclude that playful pedagogical practices through games in the teaching of Mathematics is an excellent didactic-pedagogical and methodological resource to facilitate the development of logical-mathematical thinking and the appropriation of algebraic thinking.

Keywords: Mathematics, Elementary Education, Algebraic Expressions, Students, Mathematical Games.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresentada é recorte da dissertação de mestrado produzida pelo pesquisador, com ênfase em Educação Matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental, com foco no ensino e aprendizagem, acerca da unidade temática de Álgebra, prevista no currículo de Matemática e estabelecida pela atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como proposição central teve a utilização da metodologia de ensino de jogos matemáticos no processo de ensino e aprendizagem sobre o conteúdo de expressões algébricas.

O mapa da aprendizagem da Educação Básica brasileira aponta que no ensino e aprendizagem em matemática configura-se um dos problemas do alunado brasileiro. Estes, têm revelado proficiência insatisfatória de letramento matemático, divulgados no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Desde 1993, já desvelava o baixo rendimento dos alunos brasileiros na aprendizagem nesta referida disciplina.

Resultados recentes, avaliações externas de larga escala nacionais e internacionais, datando de 2018 e 2021, do SAEB; em 2015, 2018 e 2022, do Programa Internacional da Avaliação de Alunos (PISA); o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), de 2023; o Relatório de 2023, Censo do Ensino de Matemática no Brasil (Brasil, 2023); pesquisas do evento bianual de maior referência de professores e pesquisadores em Educação Matemática; o Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM); pesquisas produzidas pela Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM); todos esses indicadores educacionais citados, atestam a falta de aprendizagens essenciais em matemática dos alunos brasileiros. Há inúmeros fatores associados à baixa qualidade da aprendizagem do saber matemático dos alunos. Entretanto, um volume importante de pesquisas produzidas pela literatura nacional, destaca-se que a metodologia de ensino empregada pelos professores, que ensinam matemática na Educação Básica, são tradicionais.

“O ensino de matemática deve ser saboroso para o aluno, sendo uma das formas de despertar o interesse e desejo do aluno para aprender para sua vida os conhecimentos matemáticos, a utilização de metodologias inovadoras empregadas na mediação pedagógica”. (Marcelo Viana, 2024)

“O desafio de ensiná-la como uma ciência encantadora, fascinante e que não é, apenas, para gênios e que todos os alunos podem aprender. No entanto, a forma de encanto configura-se nas inovadoras metodologias de ensino”. (Marcelo Viana, 2024)

Esta pesquisa busca levar o aluno ao encantamento, através dos Jogos Matemáticos, para facilitar a aprendizagem e despertar-lhe o interesse em aprender os conteúdos de ensino das unidades temáticas do currículo da referida disciplina, sendo usada tais estratégias de ensino que é a aplicação dos jogos pedagógicos matemáticos.

A propositura da pesquisa em Educação Matemática com foco em metodologia de ensino nas aulas de matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental encontra-se com o baixo resultado de aprendizagem dos alunos nesta disciplina, conforme dados divulgados nos recentes indicadores educacionais nacionais e internacionais.

Os Jogos Matemáticos na Educação Matemática vêm sendo uma das recomendações e orientações das matrizes dos documentos educacionais atuais, como, por exemplo, o Parâmetro Curricular Nacional (PCN's) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de uma prática pedagógica com protagonismo do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contextualização, aplicação de variadas metodologias de ensino, exemplificados na Resolução de Problemas e nos Jogos no Ensino de Matemática.

A motivação pessoal do pesquisador para escolha deste tema esbarra na sua dificuldade, na época em que era aluno no Ensino Fundamental. Se tivesse recebido orientação a partir de Jogos Matemáticos, teria um melhor desempenho, no conteúdo de expressões algébricas. Tais dificuldades, também, são encontradas nos alunos do 6º e 7º Anos, matriculados na EMEF “Prof.^a Herinea Lima Oliveira”.

“Muitas das vezes, a dificuldade de aprendizagem do aluno na aprendizagem dos conteúdos de ensino de Matemática está na metodologia de ensino empregada pelo professor, muitos ainda ensinam dentro do modelo tradicional ensinado pelos formadores dos formadores em suas trajetórias e vivências escolares e na formação inicial nos cursos de licenciatura em Matemática”. (Nacarato e Paiva, 2007)

Sendo assim, a motivação e inquietação do pesquisador configura-se em ensinar o conteúdo de ensino de expressões numéricas, dentro da abordagem da tendência internacional em Educação Matemática de Jogos Pedagógicos de Matemática para facilitar o aprendizado dos alunos e despertá-los o interesse em aprender matemática e desmistificar que essa ciência é muito complexa para aprender.

A relevância social desta pesquisa configura-se em apresentar novas formas de ensinar matemática. Com foco no conteúdo de ensino de expressões algébricas e promoção da melhoria na aprendizagem dos alunos da rede Municipal de Educação de São Mateus, bem como a proficiência insatisfatória de aprendizagem de 73% dos alunos brasileiros em matemática, divulgado em 2022; na avaliação trianual padronizada de larga escala internacional do Programa Internacional da Avaliação de Alunos (PISA); estando os alunos brasileiros entre os 17 países dos 81 países que foram analisados do PISA com piores rendimentos em Matemática; caracterizando o analfabetismo matemático no Brasil na Educação Básica; torna essa disciplina prioridade na Educação Básica brasileira.

A justificativa da pesquisa fundamenta-se em indicadores da qualidade educacional da Educação Básica brasileira, divulgado em 2021, no Sistema de Avaliação da Educação Básica

(SAEB), do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2023, e do Cenário do Ensino de Matemática no Brasil (Brasil, 2023), atestam proficiência insatisfatória de aprendizagem dos alunos brasileiros, principalmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental. Ainda, na presente pesquisa, justifica-se cotejando com os dados dos indicadores educacionais nacionais e internacionais, os alunos da rede municipal de São Mateus-ES, na Avaliação Formativa Diagnóstica da Rede Municipal, aplicada em 2024, divulgou proficiência incipiente de aprendizagem dos alunos nos conteúdos de ensino dos Anos Finais do Ensino Fundamental, na escola tomada para investigação.

Delineou-se como problema de pesquisa: O conteúdo de ensino das expressões algébricas, mediado pelo Jogo Pedagógico, através da dinâmica Corrida Algébrica, potencializará a aprendizagem de 40 alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental, sujeitos da pesquisa, sendo 20 alunos do 6º Ano e 20 alunos do 7º Ano, do turno matutino, da Escola Municipal “Professora Herinéa Lima de Oliveira”, em São Mateus-ES?

Delineou-se como objetivo desta presente pesquisa: Verificar se o jogo matemático, através da dinâmica Corrida Algébrica, potencializará a aprendizagem de 40 alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental da Escola Municipal “Professora Herinéa Lima de Oliveira”, no ensino de expressões algébricas.

2. DESENVOLVIMENTO

Nas palavras de Santos (2024), na qual acorda-se que na educação contemporânea “o professor deve buscar novas metodologias no processo de ensino dos conteúdos curriculares estabelecidos pela BNCC”, visando a apropriação dos alunos das competências específicas e habilidades para aquisição das aprendizagens essenciais dos conhecimentos e saberes científicos escolares.

De acordo com Huizinga (2019), “os jogos didáticos como ferramentas efetivas no processo de ensino e aprendizagem surgiram no século XVIII, com o resgate das ideias da educação humanista”. Ainda neste século, no modelo de educação humanista, o jogo tinha espaço fundamental no processo de ensino e aprendizagem, onde começou a desempenhar, neste paradigma da educação, a função de atividade lúdica com potencial para favorecer a aprendizagem do cálculo e da leitura. Na perspectiva teórica, pontua-se as referidas contribuições:

Na Antiguidade, “os jogos já possuíam características de instrumento pedagógico e, desde a Idade Antiga, desempenhava a função para além de entretenimento, utilizada como ferramenta de aprendizagem na construção dos conhecimentos e saberes escolares”. (Carneiro, 2015)

Aristóteles sugeria para “a educação do aluno, o uso de jogos pedagógicos no processo de ensino e aprendizagem, sendo uma das possibilidades pedagógicas para compreensão dos alunos aos conceitos matemáticos”. (Kishimoto, 1990; 2005)

No século XX, “jogo é concebido como ferramenta propícia para melhoria do processo de ensino e aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento intelectual do aluno, além de aumentar a interação entre os alunos no processo de construção do conhecimento e ao professor o papel de mediação da prática pedagógica”. (Piaget, 2010)

Ao revisitar a literatura de Simões e Lago (2023) atesta-se que “a temática jogos é uma realidade no contexto escolar como recurso didático para facilitar a compreensão do aluno e da aprendizagem dos conhecimentos envolvidos no objeto de conhecimento do conteúdo de ensino”.

Ao dialogar com os escritos de Simões e Lago (2023) acentua-se que “o jogo pedagógico para aplicação na sala de aula é uma das ações pedagógicas com potencialidade para promover maior engajamento do aluno para o aprendizado, além de favorecer o desenvolvimento do pensamento matemático.”

Nas palavras de Pituba (2024), “a educação através dos jogos, em particular da gamificação, promoveu maior interesse dos alunos para aprendizagem ativa do objeto de conhecimento e da troca de conhecimentos entre os alunos para resolução de problemas”, pois estes alunos nativos digitais estão inseridos em um contexto permeado pelas tecnologias. Ao dialogar e concordar com Pituba (2024), “a aplicação de jogos pedagógicos nas aulas exige do professor o planejamento adequado da sequência didática, visando facilitar a construção do conhecimento do aluno do conteúdo de ensino proposto, como por exemplo expressões algébricas”.

Na proposição teórica de Oliveira e Moraes (2023), “o jogo no processo educativo na Educação Básica, consolida-se como excelente metodologia, recurso didático e lúdico facilitador da construção de conceitos científicos matemáticos nas estruturas mentais superiores”.

As referidas discussões estão em acordo com o ponto de vista de Pituba (2024), onde ressalta que, através dos jogos pedagógicos na educação, “o aluno ocupa centralidade da aula, além de favorecer a aprendizagem e arranjos em pequenos grupos interativos heterogêneos”. Vygotsky (1997) afirma que o ensino acontece “em diferentes Zonas de Desenvolvimento, sendo elas Real e a Proximal”.

Conforme muito bem explica Fogaça (2024), “o jogo é uma importante ferramenta para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais no sentido de preparar o aluno para conviver com as diferenças, um dos pilares da educação do século XXI”, além do jogo preparar o aluno para no mundo do trabalho e conviver com a importante diversidade étnica, racial, social e cultural.

Na assertiva de Mattos et al. (2023), embasados na teoria de Piaget, “a aplicação de jogos pedagógicos concretos para alunos do 6º e 7º Anos tem potencialidade para gerar maior assimilação e acomodação nas estruturas cognitivas dos conceitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem”.

Ao inferir a literatura internacional de Huete e Bravo (2006), em seus aportes teóricos e psicopedagógicos ressalta-se que, dentre os vários níveis de aprendizagem, “os jogos pedagógicos no ensino-aprendizagem e avaliação em associação com a metodologia da Resolução de Problemas, contribui para a construção gradativa do aluno no ensino fundamental do pensamento lógico-matemático”.

“O processo didático de ensino é uma das principais tarefas do professor que ensina matemática, sendo assim, a didática da matemática, visa a proposição de atividades propostas para aprendizagem dos alunos dos conteúdos de ensino. Dessa forma, um dos caminhos pedagógicos consiste em desenvolver metodologias de ensino com potencialidade para assimilação do aluno dos conceitos matemáticos envolvidos, como por exemplo em expressões algébricas”. (Huete e Bravo, 2006)

Dando prosseguimento, cumpre ressaltar a obra de 2006 do matemático, Marcelo de Oliveira Borba de referência na literatura especializada intitulada “Tendências Internacionais em Formação de Professores de Matemática”,

“A mesma explora às principais tendências internacionais em metodologias em Educação Matemática para professores que ensinam matemática na Educação Básica, consolidando a metodologia de ensino de Jogos em Ensino de Matemática como fio condutor no processo didático do ensino dos conteúdos do currículo de matemática estabelecidos pela atual BNCC” (Borba, 2006).

Mediante recomendações e orientações para renovação em metodologias no ensino de matemática, reafirmadas nas Tendências Internacionais em Metodologias em Educação Matemática, nos cursos de formação de professores de matemática, essas tais começaram a ser discutidas e implementadas na matriz curricular nos cursos de licenciatura em Matemática. Os jogos de matemática, conforme explica, Rosada (2013), chegaram nas salas de aula, com destaque nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em menor aplicação nos Anos Finais do Ensino Fundamental, etapa que, ainda, prevalece metodologias de ensino dentro das características do modelo tradicional, como, por exemplo, excessivas aulas expositivas e resolução de exercícios no quadro e em livro didático.

“O uso de jogos no ensino de matemática em associação com a metodologia do ensino-aprendizagem-avaliação em Resolução de Problemas estimula a motivação intrínseca do aluno e o maior interesse para apreender o conteúdo de ensino, bem como do desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático”. (Rosada, 2013)

A afirmativa de Lima (2022), “defende o uso de jogos de matemática desde os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, principalmente de conteúdos de ensino de álgebra”. Na afirmativa destes autores vivenciadas e, também, pelo pesquisador, com base nos dados do SAEB de 2021,

somente 57% dos alunos brasileiros finalizam a etapa dos Anos Iniciais com aprendizagens essenciais satisfatórias em matemática. Dessa forma, a proficiência incipiente em aritmética contribui para dificuldade dos alunos na aprendizagem em álgebra, sendo um dos principais fatores associados à dificuldade de aprendizagem estar relacionada ao uso de letras para representar variáveis e incógnitas, não conseguindo internalizar os conceitos matemáticos envolvidos nos conteúdos de ensino de álgebra e de dificuldade de construção do pensamento algébrico.

Cumprе ressaltar que, diante da nova organização do currículo de matemática para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental estabelecidos pela BNCC, incorporou-se a unidade temática de álgebra, probabilidade e estatística nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Pesquisa recente indica que os países com melhores indicadores internacionais em matemática, como Singapura, Macau e Japão, no currículo de ensino de matemática, “focaliza o ensino de cálculo, probabilidade e estatística, visando potencializar o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático, um dos pilares para aprendizagem do saber matemático” (Brasil, 2018).

Cumprе ressaltar que nas orientações metodológicas das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na área de Matemática e suas Tecnologias, congrega metodologias ativas, contextualização sociocultural e interdisciplinaridade. Nas palavras de Brum (2013) e Schwendler (2023), “um dos principais fatores associados à dificuldade de aprendizagem dos alunos dos conteúdos de ensino de matemática são oriundos de questões metodológicas inadequadas utilizadas pelo professor”.

“O ensino de matemática na etapa dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental ocorre maior construção da aprendizagem dos alunos, mediante a mediação pedagógica com jogos no ensino de matemática, porque nos jogos pedagógicos a presença do lúdico com materiais concretos contribui para gradual construção de conceitos matemáticos nas estruturas mentais superiores”. (Lima, 2022)

Lima (2022), aponta, também, que “os jogos pedagógicos no ensino dos conteúdos matemáticos de álgebra favorecem o desenvolvimento mental, que são fundamentais no processo de construção gradual nas estruturas cognitivas do pensamento algébrico”, contribuindo, assim, para fomentar aprendizagens essenciais.

“O ensino de matemática através de jogos pedagógicos nas aulas de matemática, auxiliam não somente na aprendizagem em matemática, mas também nas outras áreas de conhecimento, como, por exemplo em conteúdos dos componentes curriculares de Ciências de Natureza (Biologia, Química e Física), relacionadas à matemática”. (Smole, Diniz e Cândido, 2014)

Na proposição de Santos (2023), “o ensinar e aprender matemática com jogos, além de provocar no aluno a curiosidade epistemológica para resolver uma situação-problema apresentada através da metodologia da Resolução de Problemas”. Ainda para este autor (2023),

“aulas de matemática com jogos no processo de ensino e aprendizagem têm atravessamentos com a aprendizagem do aluno sobre regras, convívio social e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.”

De acordo com Prates (2024), “o uso de jogos no processo de avaliação de aprendizagem dos alunos no ensino de matemática nos Anos Finais do Ensino Fundamental favorece ao professor ter uma visão mais integral do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.”

De acordo com a atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “os alunos têm direitos de aprendizagem, dessa forma o foco do desenvolvimento no processo de ensino é numa prática pedagógica focada na construção da aprendizagem de todos os alunos da Educação Básica” (Brasil, 2018).

Na visão de Pitta (2023) e Santos e Oliveira (2023), “a aplicação de jogos lúdicos de forma efetiva como recurso didático no ensino de matemática, altera a organização da sala de aula em pequenos grupos interativos de aprendizagem, com o aluno ocupando o protagonismo e o professor a mediação”. Para estes autores, os jogos, como meio de aprendizagem nos conteúdos de matemática de operações com números inteiros e racionais para alunos do 7º Ano, contribuíram para melhoria da aprendizagem e do convívio entre eles, principalmente no que se refere ao respeito e na ajuda mútua para resolução de problemas.

De acordo com o Parâmetro Curricular Nacional (PCN's) de Matemática do Ensino Fundamental, “consideram-se dois aspectos básicos: um consiste em relacionar observações do mundo real com representações; outro configura-se em relacionar essas representações com princípios e conceitos matemáticos”. (Brasil, 1998, p.19)

Segundo o PCN de Matemática, “os fenômenos relacionados no processo de ensino e aprendizagem pressupõem a relação entre professor-aluno e saber matemático, cabendo ao professor explorar diversos recursos materiais para facilitar o aprendizado do aluno, e que estes conhecimentos matemáticos tenham significado para a sua vida e no exercício crítico da cidadania”. (Brasil, 1998, p. 38)

“O Ensino Fundamental é dividido em dois ciclos: Anos Iniciais e Anos Finais. Esse documento estabelece para tais etapas, no que tange ao ensino de matemática, a aprendizagem das operações matemáticas e na atual reorganização curricular da álgebra, objeto desta pesquisa. É uma das unidades temáticas para aprendizagem dos alunos. O letramento matemático inicia-se nos Anos Iniciais e prossegue com introdução dos conceitos matemáticos mais complexos nos Anos Finais do Ensino Fundamental, visando consolidar competências específicas e habilidades matemáticas”. (BNCC - Brasil, 2018)

A presente pesquisa enquadra-se na abordagem qualitativa.

“A pesquisa qualitativa em Educação é um tipo de investigação que busca compreender fenômenos sociais, culturais e educacionais, por meio da análise de dados subjetivos, tais como, entrevistas, questionários, grupo focais, relatórios, entre outras. Buscando, desta forma, uma compreensão profunda e detalhada do objeto de estudo em questão. Neste tipo de pesquisa, não tem como foco a apresentação de resultados com dados estatísticos, mensuráveis e quantificáveis”. (Trivínos, 2017, e Gil, 2019)

Em relação ao objetivo, a pesquisa tem natureza exploratória. O procedimento de pesquisa apropriado para essa dissertação de mestrado baseia-se na teoria da Pesquisa-Ação. Recorreu-se duas perspectivas teóricas complementares na sistematização da literatura internacional na atualidade da Pesquisa-Ação, sendo eles, os pesquisadores Michel Thiollent (2011) e René Barbier (2007). As técnicas de coleta de dados utilizadas foram observações de participantes e aplicação de um questionário aberto com cinco questões aplicadas aos 40 alunos, sujeitos da pesquisa. Para análise dos dados coletados, buscou-se a metodologia qualitativa da análise do conteúdo, seguindo as orientações de Bardin (2016), dados coletados analisados foram obtidos dos conteúdos da entrevista semiestruturada realizada.

Para realização da presente pesquisa, o ambiente foi a EMEF “Prof.^a Herinéa Oliveira Lima”, situada no município de São Mateus - ES. Alunos pesquisados pertenciam a 9 turmas, entre 6º e 7º Anos, nos turnos matutino e vespertino. A referida Escola totaliza 43 turmas, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

A justificativa para o critério de inclusão do total 40 alunos sujeitos da pesquisa, sendo 20 do 6º Ano e 20 do 7º Ano, contemplou estudantes que obtiveram o rendimento quantitativo mais insatisfatório na Avaliações Diagnóstica Institucional, aplicadas em 10 de março; e da Secretaria Municipal de Educação de São Mateus-ES, aplicada em 10 de maio, no Ano Letivo de 2024. Ambas as avaliações para verificar aprendizagem de conhecimento dos alunos dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, nas áreas de conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática.

Outro critério de inclusão, os 40 sujeitos da pesquisa são matriculados no turno matutino. No que se refere à Escola pesquisada, os alunos do 6º Ano, na área de conhecimento de Matemática, na Avaliação Diagnóstica, obtiveram o rendimento de 43,58% e do 7º Ano, 45,56 %.

Outro importante critério de inclusão, destes sujeitos da pesquisa, foi o rendimento do 6º Ano, de 32%, e do 7º Ano, 42%, em expressões algébricas, objeto de conhecimento tomado para investigação.

Elencou-se, também, como critério de inclusão sujeitos da pesquisa, alunos do 6º Ano, porque o conhecimento matemático em álgebra inicia-se neste Ano Escolar e continua pelos Anos escolares seguintes, porém com maior aprofundamento e complexidade. É fundamental a aquisição deste conteúdo de ensino para um aprendizado mais complexo desta unidade temática nos 8º e 9º Anos.

O principal motivo do critério de exclusão dos alunos dos 6º e 7º Anos do turno vespertino, se dá porque o pesquisador exerce docência, neste mesmo turno, em outra instituição de ensino. Sendo assim, o desenvolvimento da pesquisa teve início em 17/06 e término em 11/07 do mesmo Ano Letivo de 2024.

Em relação ao quantitativo de aulas para pesquisa de campo, no plano de ação do pesquisador, delimitou-se 20 aulas para o 6º Ano e 15, para o 7º Ano, com duração de 50 minutos cada. Para aulas na pesquisa de campo, foi realizado o planejamento prévio das ações didático-pedagógicas, realizadas nos 6º e 7º Anos, apresentadas através de duas sequências didáticas das ações pedagógicas desenvolvidas, seguindo as orientações de Barbier (2007) e Thiollent (2011), nas quais foram desenvolvidas, depois do questionário com os alunos. Os resultados estão descritos abaixo:

- Primeira questão: **Como você descreveria sua experiência geral com o Jogo Matemático: Corrida Algébrica?**

Foi recorrente, no discurso dos 40 sujeitos da pesquisa, o maior interesse e facilidade para compreensão dos conceitos matemáticos, envolvidos em expressões algébricas. Verificou-se, na afirmativa dos alunos pesquisados, que a proposta de jogos no ensino de matemática, em particular do jogo Corrida Algébrica, a partir da aplicação e através de metodologia lúdica, promoveu maior interação entre os alunos.

Um dos resultados expressivos, coletados nas palavras do aluno A: “Foram as aulas de matemática mais divertida que eu já tive!”; Aluno B: “Todas as aulas de matemática, os professores deveriam ensinar com jogos!”; Aluno C: “Gostei muito da aula, porque foram divertidas, lúdicas e todos os alunos participando na aprendizagem de Álgebra!”; Aluno D: “Consegui aprender Álgebra com os jogos e, na aula expositiva, eu não conseguia entender muito bem!”

- Na segunda pergunta: **O jogo Corrida Algébrica foi mais eficaz do que as aulas tradicionais do conteúdo de ensino de expressões algébricas?**

No discurso de 100% dos alunos, concluíram maior compreensão dos conceitos matemáticos essenciais em expressões algébricas.

Na afirmativa de 100% dos alunos, expressou a pouca eficácia das metodologias tradicionais no ensino de matemática, baseada nas aulas expositivas dialogadas e com centralidade do professor como único detentor do conhecimento.

- Na terceira pergunta: **Na sua percepção, o jogo de matemática “Corrida Algébrica” ajudou a melhorar a sua compreensão do conteúdo de ensino de expressões algébricas? De que forma?**

Na afirmativa de todos os sujeitos da pesquisa, foi que o jogo Corrida Algébrica, conseguiu sanar dúvidas, porque continham várias situação-problema simples e complexas sobre expressões algébricas, envolvendo conceitos algébricos simples para aprendizagem desses conteúdos de ensino.

Destacaram-se as seguintes respostas dos alunos: “O jogo acelerou a aprendizagem da aula expositiva da professora”; “O jogo permitiu sanar dúvidas com o colega com uma linguagem mais compreensível”. “O jogo continha regras e me ajudaram no entendimento de que, nas expressões algébricas, há regras e procedimentos, envolvendo números em associação com letras.”

- Na quarta pergunta: **O que você mais gostou no jogo Corrida Algébrica?**

Analisando o conteúdo das respostas dos alunos, as palavras mais citadas foram: aprendizagem lúdica, divertida, cooperativa; participação ativa de todos alunos; respeito à dificuldade de aprendizagem do colega sobre o conteúdo; alegria, muito legal; mais facilidade para aprender; todos alunos conversando para ajudar uns aos outros na aprendizagem; criatividade na confecção do jogo; melhora a imaginação; tomada rápida de decisão; ensinou a resolver situação-problema e teve sorriso da turma com erros e acertos dos colegas. Nas respostas dos sujeitos da pesquisa, evidencia o potencial e a tendência de aplicação de jogos no processo de ensino e aprendizagem de matemática.

- Na quinta pergunta: **Qual a sua dificuldade para aprendizagem de expressões algébricas?**

Verifica-se que, tanto nos discursos dos alunos do 6º quanto nos do 7º Anos, foram mapeadas as recorrentes respostas: 100% disseram a dificuldade para internalizar o pensamento algébrico, expresso por letras; não saber o momento correto de usar letras e números; falta de saberes em aritmética; falta de capacidade de abstração acerca da função da letra nas expressões algébricas.

Na verificação de aprendizagem, aconteceu o desenvolvimento de uma sequência didática para os alunos do 6º e 7º Anos, cada turma com o seu conhecimento em relação ao nível de proficiência nas expressões algébricas.

3. SEQUÊNCIA DIDÁTICA: JOGO CORRIDA ALGÉBRICA NO ENSINO E APRENDIZAGEM DE RESOLUÇÃO DE EXPRESSÕES ALGÉBRICAS

Turma: 6º e 7º Anos

Duração: 3 aulas (50 minutos cada)

Objetivo:

Desenvolver a compreensão e a prática de expressões algébricas através de um jogo matemático, promovendo o raciocínio lógico e a aplicação dos conceitos aprendidos.

Etapas 1: Introdução e Preparação

Tempo: 50 minutos

Atividade:

Exploração do Conceito (15 minutos):

- Explicar o que são expressões algébricas e exemplos básicos.
- Utilizar uma apresentação ou o quadro para mostrar expressões. (Vale lembrar que a observação do nível de dificuldades das expressões é indispensável.)

Exemplos e Prática Guiada (20 minutos):

- Resolver alguns exemplos em conjunto com a turma.
- Pedir aos alunos para resolverem expressões simples de acordo com o Ano em questão (6º ou 7º Anos) e verifique as respostas com cada turma.

Formação de Grupos (10 minutos)

- Dividir os alunos em pequenos grupos (3 a 4 alunos por grupo).
- Explicar que, cada grupo participará de um jogo matemático que envolvem expressões algébricas.

Explicação do Jogo (5 minutos):

- Introduzir o jogo que será realizado, descrevendo as regras e objetivos.

Etapa 2: Desenvolvimento do Jogo

Objetivo: Permitir que os alunos pratiquem expressões algébricas de forma lúdica e interativa, cada um na mesma turma.

Aula 2: Realização do Jogo

Tempo: 50 minutos

Materiais:

- Cartões com expressões algébricas.
- Cartões com desafios (linguagem matemática, simples, para o 6º Ano e resolução de expressões algébricas para o 7º Ano).
- Tabuleiro do jogo (o modelo fica a critério dos alunos).

Atividade:

Instruções detalhadas (10 minutos):

- Explicar as regras do jogo, como será a dinâmica e como ganhar pontos.
- Mostrar exemplos de desafios e como resolvê-los.

Jogos em Grupo (30 minutos)

- Cada grupo joga, utilizando os cartões e o tabuleiro, conforme as regras estabelecidas.
- Monitorar e ajudar aos grupos, conforme necessário.

Discussão e Feedback (10 minutos):

- Reunir a turma e discutir o que aprenderam, durante o jogo.
- Perguntar sobre desafios encontrados e como os superaram.

Etapa 3: Consolidação e Reflexão

Objetivo: Revisar e consolidar o aprendizado, além de refletir sobre a experiência do jogo.

Aula 3: Reflexão e Avaliação

Tempo: 50 minutos

Atividade:

Reflexão individual e em grupo (15 minutos)

- Pedir aos alunos para escreverem um breve parágrafo sobre o que aprenderam e o que mais gostaram no jogo.
- Realizar uma breve discussão sobre as principais lições aprendidas.

Atividade de Reforço (20 minutos)

- Propôr uma atividade individual ou em duplas com novos problemas de expressões algébricas (por Ano).
- Revisar as soluções e ajudar com a solução das dúvidas.

Feedback e Avaliação (15 minutos):

- Solicitar aos alunos que comentem sobre a experiência, que tiveram com esta metodologia de ensino.
- Avaliar a participação dos alunos e o progresso na compreensão das expressões algébricas por nível de dificuldade e Ano.
- Jogo construído, depois da Sequência Didática aplicada aos alunos do 6º e 7º Anos.



4. CONCLUSÃO

Nesta presente pesquisa, teve como escopo apresentar elementos teóricos e metodológicos, acerca da potencialidade da metodologia dos Jogos no Ensino de Matemática, nos Anos Finais do Ensino Fundamental, com ênfase para alunos do 6º e 7º Anos e com foco no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem da unidade temática de Álgebra, no conteúdo de ensino de expressões algébricas.

O cenário divulgado pelos indicadores educacionais nacionais e internacionais entram em consonância, no que se refere à proficiência incipiente dos alunos brasileiros na aprendizagem em matemática, configurando, insatisfatório, o letramento matemático em todas as etapas da Educação Básica. Uma das variáveis apontadas, decorre do uso de metodologias tradicionais no ensino de matemática, como, por exemplo, em aulas expositivas dialogadas, recurso de quadro e livro didático, como principais suportes para prática pedagógica e metodológica dos professores. Entretanto, diante do modelo tradicional de ensino de matemática exposto, pesquisas indicam pouca eficácia para o desenvolvimento de competências específicas e habilidades para aplicação do saber matemático na resolução de problemas do cotidiano relacionados à matemática.

Em relação aos objetivos propostos, a pesquisa apontou a potencialidade pedagógica do jogo Corrida Algébrica. A aplicação do referido jogo, no processo de ensino e aprendizagem de expressões algébricas, problema guisa desta pesquisa, revelou potencialidade na melhoria do aprendizado na avaliação prognóstica aplicada pelos professores de matemática das respectivas turmas. Verificou-se importante melhoria sobre os conceitos básicos principais em todos os alunos.

Sublinhamos como contribuição, contribuir para com o aumento de pesquisas sobre jogos no ensino de matemática, diante do conteúdo de ensino de expressões algébricas, além de fornecer subsídios teóricos para os professores que ensinam matemática nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

Uma das limitações da pesquisa, configurou-se na compatibilidade de horários, onde eram utilizados momentos de planejamento do pesquisador para desenvolver as atividades com todos os sujeitos da pesquisa.

Como sugestão para novas pesquisas, orienta-se a aplicação de jogos de matemática para o ensino e aprendizagem de Álgebra nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em razão desta unidade temática, uma nova reorganização curricular para fazer parte do currículo de matemática nos referidos Anos de ensino contribuirá para o bom êxito e sucesso de aprendizagem nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Finaliza-se a pesquisa com a certeza da contribuição dos jogos, como ferramenta pedagógica, excelente mecanismo para melhoria da aprendizagem dos alunos, bem como, despertar interesse para aprendizagem. Ainda, destaca-se que jogos nas aulas de matemática é um importante desmistificador de que aprender matemática é muito difícil. Ao longo da pesquisa, afirma-se que com base na literatura dos autores, muitas das vezes, a dificuldade do aluno na aprendizagem no conteúdo de ensino de expressões algébricas tem associação com metodologias de ensino tradicionais e desinteressantes para o aluno, não despertando motivação intrínseca para a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. São Paulo: Autores Associados, 2007.
- BARDIN, L. **Análise do conteúdo**. 2.ed. São Paulo: Expressões 70, 2016.
- BORBA, M. **Tendências Internacionais Atuais em Formação de Professores de matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1997.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação**. Brasília, 1999.
- BRASIL. **Censo do ensino de matemática no Brasil: o que dizem os indicadores nacionais e internacionais**. Brasília, 2023.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Sistema de Avaliação da Educação Básica**. Brasília, 2021.

BRASIL. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Brasília, 2023.

BRUM, W. P. **Crise no ensino de matemática amplificadores que potencializam o fracasso da aprendizagem**. São Paulo: Clube dos Autores, 2013.

CARNEIRO, K. T. **Por uma memória do jogo: a presença do jogo na infância de octo genário e nona genário**. (Tese de Doutorado), UNESP, 2015.

CHAGAS, E. G. A. **O uso do jogo tipo escape como ferramenta didática e suas contribuições no conhecimento químico no ensino médio**. (Trabalho de Conclusão de Curso), UFPR, 2023.

FOGAÇA, F. Considerações sobre os jogos a ludicidade e o design: uma revisão de obras recorrentemente citadas na educação matemática. **Revista Educar Mais**. v.8, n. 1-17, 2024.

Gil, A. C. **Métodos de pesquisa social**. 7.ed. São Paulo: Vozes, 2019.

HUETE, J. C. S.; BRAVO, J. A. F. **O ensino da matemática: fundamentos teóricos e bases psicopedagógicas**. Rio Grande do Sul: Artmed, 2006.

HUIZINGA, J. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. **Revista Pedagógica**, v.8, n.1, p.1-20, 2019.

LIMA, L. F. Contribuições da ludicidade no ensino da matemática nos anos finais: os jogos presentes nas expressões algébricas. **VII CONEDU**, 2022.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira Educação, 1990.

KISHIMOTO, T. M. **O brinquedo na educação: contribuições históricas**. São Paulo: FDE, 2005.

MATTOS, C. G et al. Jogos pedagógicos: uma metodologia ativa e funcional. **Revista Amor Mundi**. v.4, n.3, p.106, 2023.

NACARATO, A. M.; PAIVA, M. A. V. **A formação de professores que ensinam matemática: perspectivas de pesquisas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

OLIVEIRA, Q. C. A. Saberes para o ensino de matemática: PCN e PCN- Ação e tendências do ensino médio. **Revista REAMEC**, v.12, n.1, p.1-12, 2023.

PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. 10.ed. São Paulo: Brochura, 2010.

PITTA, J. C. L. Jogos educativos como recurso didático para o ensino de matemática. **Revista Rencima**. v.4, n.9, p.1-21, 2023.

PISA. **Programa Internacional da Avaliação de Alunos**, 2015.

PISA. **Programa Internacional da Avaliação de Alunos**, 2018.

PISA. **Programa Internacional da Avaliação de Alunos**, 2022.

PITUBA, F. O. Gamificação na educação: a utilização de jogos como forma de melhorar o engajamento dos alunos e os desafios da educação pública. **Revista Sociedade Científica**. v.7, n.1, p. 1-7, 2024.

PRATES, R. Jogos matemáticos como ferramenta de avaliação. **Revista Nova Escola**. v.1, n.1, p. 1-2, 2024.

ROSADA, A. M. C. A. **Competência dos jogos na educação matemática no ensino fundamental**. São Paulo: Medianeira, 2013.

SANTOS, M. V. G. N **Jogo e o ensino da matemática nos anos iniciais do ensino fundamental**: uma revisão sistemática (Trabalho de Conclusão de Curso), UnB, 2023.

SANTOS, A. D; OLIVEIRA, G.S. **O ensino de matemática**: teorias, práticas e fundamentos metodológicos. Uberaba: Fucamp, 2023.

SCHWENDLER, D. **A contextualização em modelagem matemática no ensino médio**. (Dissertação de Mestrado), UNIOESTE, 2023.

SMOLE, K. S.; DINIZ, M.I.; CÂNDIDO, P. **Brincadeiras infantis nas aulas de matemática de 0 a 6 anos**. Porto Alegre: Penso, 2014.

SIMÕES, D. P. S.; LAGO, V. V. **Uso de jogos didáticos no processo de ensino-aprendizagem em matemática**. Vitória, 2023.

THIOLLENT, M. **O que é pesquisa-ação**. São Paulo: Vozes, 2011.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. 4.ed São Paulo: Atlas, 2017.

VIANA, M. **Histórias da matemática**: da contagem nos dedos à inteligência artificial. São Paulo: Tinta da China no Brasil, 2024.

VYGOTSKY, L. S. **Aplicações de Vygotsky à educação matemática**. Campinas: Papirus, 1997.

EVOLUÇÃO DO CÂNCER EM HUMANOS: COMPARANDO MEIO URBANO E RURAL

CANCER EVOLUTION IN HUMANS: COMPARING URBAN AND RURAL ENVIRONMENTS

DOI: 10.29xxxxxx.1-1

Aline Coimbra¹
Beani Calisto Costa Bernardo²
Josimar Matos Pinheiro³
Maria Cleide Alves Brito⁴

1 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

3 Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

4 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

Este estudo objetivou analisar os fatores que influenciam a incidência e a evolução do câncer em populações residentes em áreas urbanas e rurais, identificando diferenças relacionadas ao ambiente, estilo de vida e acesso aos serviços de saúde. A metodologia adotada se deu por meio da pesquisa bibliográfica, a fim de buscar através da revisão de literatura, pesquisas já realizadas acerca desta temática. Como instrumentos para coleta de dados foi realizado uma análise descritiva dos materiais encontrados para analisar os fatores que influenciam a incidência e a evolução do câncer em populações residentes em áreas urbanas e rurais. Os resultados indicaram que, nas áreas urbanas, os principais fatores de risco incluem poluição atmosférica, estilo de vida sedentário e alimentação, associados às maiores taxas de câncer, como pulmonares e de mama. Apesar disso, uma infraestrutura mais robusta e maior acesso aos serviços de saúde favorecem diagnósticos precoces e melhores estágios clínicos. Nas áreas rurais, os fatores de risco incluem o uso de pesticidas e a exposição a agentes químicos, enquanto as barreiras de acesso aos serviços de saúde resultam em diagnósticos tardios e prognósticos menos avançados. O estudo conclui que são possíveis políticas públicas equitativas: nas áreas urbanas, deve-se priorizar ações preventivas contra a poluição e promover hábitos saudáveis; nas zonas rurais, é essencial ampliar o acesso aos serviços de saúde, capacitar profissionais e reduzir o uso de pesticidas. Essas medidas visam reduzir desigualdades regionais e melhorar o cuidado oncológico em todas as localidades.

Palavras-chave: Doença. Serviço de saúde. Incidência do câncer.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the factors that influence the incidence and progression of cancer in populations living in urban and rural areas, identifying differences related to the environment, lifestyle and access to health services. The methodology adopted was through bibliographic research, in order to search through the literature review for research already carried out on this topic. As instruments for data collection, a descriptive analysis of the materials found was performed to analyze the factors that influence the incidence and progression of cancer in populations living in urban and rural areas. The results indicated that, in urban areas, the main risk factors include air pollution, sedentary lifestyle and diet, associated with higher rates of cancer, such as lung and breast cancer. Despite this, a more robust infrastructure and greater access to health services favor early diagnosis and better clinical stages. In rural areas, risk factors include the use of pesticides and exposure to chemical agents, while barriers to access to health services result in late diagnosis and less advanced prognosis. The study concludes that equitable public policies are possible: in urban areas, preventive measures against pollution should be prioritized and healthy habits promoted; in rural areas, it is essential to expand access to health services, train professionals and reduce the use of pesticides. These measures aim to reduce regional inequalities and improve cancer care in all locations.

Keywords: Disease. Health service. Cancer incidence.

1. INTRODUÇÃO

O câncer representa uma das principais causas de morbidade e mortalidade em nível global, sendo uma doença multifatorial que reflete a interação entre fatores genéticos, ambientais e comportamentais. No Brasil, os números de incidência e mortalidade por câncer têm aumentado nas últimas décadas, acompanhando a transição demográfica e epidemiológica da população. Contudo, observa-se uma heterogeneidade significativa na distribuição da doença entre regiões urbanas e rurais, o que reflete as desigualdades estruturais e sociais do país. Entender como essas diferenças impactam a evolução do câncer é essencial para a formulação de políticas públicas mais equitativas e eficazes.

Assim, busca-se solucionar a seguinte questão: Quais fatores influenciam a incidência e evolução do câncer em áreas urbanas e rurais? Essa distinção entre os contextos urbanos e rurais é atravessada por uma série de fatores socioeconômicos e ambientais que determinam não apenas a incidência da doença, mas também o acesso aos serviços de saúde e os desfechos clínicos.

Este estudo objetiva analisar os fatores que influenciam a incidência e a evolução do câncer em populações residentes em áreas urbanas e rurais, identificando diferenças relacionadas ao ambiente, estilo de vida e acesso aos serviços de saúde. Seguindo dos objetivos específicos em: a) Identificar, na literatura científica, os principais fatores ambientais e comportamentais associados à incidência do câncer em populações urbanas e rurais; b) Revisar estudos que abordem as desigualdades no acesso a serviços de diagnóstico e tratamento oncológico entre áreas urbanas e rurais; c) Sintetizar as evidências sobre as diferenças nos desfechos clínicos e na qualidade de vida de pacientes oncológicos em contextos urbanos e rurais.

Essa distinção entre os contextos urbanos e rurais é atravessada por uma série de fatores socioeconômicos e ambientais que determinam não apenas a incidência da doença, mas também o acesso aos serviços de saúde e os desfechos clínicos. As desigualdades no acesso à saúde, amplamente documentadas por Ferreira et al., (2022), revelam que as regiões rurais enfrentam uma combinação de fatores que incluem infraestrutura deficiente, escassez de profissionais capacitados e barreiras geográficas. Em contraste, as áreas urbanas, embora disponham de maior infraestrutura, convivem com desafios como a superlotação dos serviços de saúde e as disparidades no acesso, frequentemente vinculadas a questões socioeconômicas.

A comparação entre esses dois contextos evidencia a necessidade de abordagens diferenciadas para o planejamento de políticas públicas e intervenções na saúde oncológica. Enquanto as regiões urbanas demandam estratégias voltadas para a prevenção dos fatores de risco ambientais e comportamentais, as regiões rurais precisam de iniciativas que melhorem o acesso aos serviços de saúde, desde a promoção da saúde até o tratamento especializado. Nesse sentido, a pesquisa sobre a evolução do câncer em contextos urbanos e rurais torna-se imprescindível para subsidiar a formulação de ações mais efetivas e equitativas (Alavanja et al., 2018).

Ao compreender essas distinções, espera-se contribuir para o desenvolvimento de estratégias que promovam um cuidado mais equitativo e eficaz para pacientes oncológicos, independentemente de seu local de residência. Ademais, os resultados esperados incluem a identificação de padrões epidemiológicos específicos que possam subsidiar políticas públicas de saúde mais direcionadas. Espera-se, também, que o estudo fortaleça a conscientização sobre as desigualdades enfrentadas por populações rurais e urbanas, propondo soluções viáveis para mitigar tais disparidades. Além disso, os dados obtidos podem servir como base para futuras pesquisas que aprofundem o impacto dos fatores ambientais e comportamentais no prognóstico oncológico, contribuindo para melhorias contínuas no sistema de saúde.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Evolução do Câncer em Humanos: Perspectivas Históricas e Científicas

O câncer é uma das doenças mais antigas e complexas da humanidade, com registros históricos que remontam a milênio. As primeiras menções sobre a doença aparecem em papiros egípcios, datados de aproximadamente 3000 a.C., onde se descrevem tumores e procedimentos rudimentares para sua remoção (Nerlich; Haller, 2003).

Na Grécia Antiga, Hipócrates cunhou o termo "carcinoma" para descrever massas tumorais, comparando sua forma a um caranguejo devido às projeções que se assemelhavam às patas do animal (Magner, 2005). No entanto, foi apenas no século XIX, com o avanço da patologia e o uso do microscópio, que a compreensão sobre o câncer começou a tomar uma forma científica mais robusta (Hanahan; Weinberg, 2011).

Historicamente, o conhecimento sobre o câncer evoluiu de explicações místicas para fundamentos biológicos e moleculares. Durante a Idade Média, predominavam teorias baseadas nos desequilíbrios dos humores corporais, conceito que restringia as possibilidades de tratamento às práticas como sangrias e o uso de ervas medicinais (Bowers, 2009).

Foi no Renascimento que a observação direta do corpo humano através da dissecação trouxe avanços no estudo das anomalias tumorais. No século XX, a descoberta do DNA e o desenvolvimento das bases da biologia molecular abriram novas perspectivas, permitindo identificar o câncer como uma doença relacionada a mutações genéticas e alterações no ciclo celular (Vogelstein; Kinzler, 2004).

O progresso científico ao longo do tempo também proporcionou inúmeras transformações no tratamento e no manejo da doença. A radioterapia surgiu como uma ferramenta es-

sencial após a descoberta dos raios X por Wilhelm Röntgen em 1895 e da radiação por Marie Curie no início do século XX (Gunderson; Tepper, 2007). Posteriormente, a quimioterapia ganhou espaço com o desenvolvimento de agentes citotóxicos utilizados para destruir células cancerosas. Nos últimos anos, terapias direcionadas, imunoterapia e avanços em técnicas de diagnóstico por imagem e exames genéticos revolucionaram a forma como o câncer é abordado, proporcionando tratamentos mais eficazes e personalizados (Papac, 2001).

A compreensão da biologia do câncer também permitiu avançar no reconhecimento dos fatores de risco associados ao desenvolvimento da doença. Estudos epidemiológicos identificaram a relação entre o câncer e fatores como tabagismo, exposição à radiação ultravioleta, dietas desequilibradas, infecções virais e predisposição genética (World Health Organization, 2020).

O sequenciamento do genoma humano no início do século XXI impulsionou a medicina personalizada, possibilitando a análise detalhada dos tumores e a escolha de terapias mais adequadas para cada paciente. Essa abordagem, aliada ao uso de inteligência artificial e à bioinformática, tem contribuído para a identificação de padrões moleculares e a previsão do comportamento das neoplasias. Além disso, os avanços na nanotecnologia estão abrindo novas possibilidades no desenvolvimento de medicamentos mais eficientes e menos invasivos (Fernandes; Galembeck, 2016, p. 130).

Essa evolução no entendimento permitiu não apenas avançar na detecção precoce, mas também implementar medidas de prevenção, como campanhas de conscientização e programas de rastreamento populacional. No âmbito tecnológico, o sequenciamento do genoma humano no início do século XXI impulsionou a medicina personalizada, possibilitando a análise detalhada dos tumores e a escolha de terapias mais adequadas para cada paciente (National Cancer Institute, 2021).

Essa abordagem, aliada ao uso de inteligência artificial e à bioinformática, tem contribuído para a identificação de padrões moleculares e a previsão do comportamento das neoplasias. Além disso, os avanços na nanotecnologia estão abrindo novas possibilidades no desenvolvimento de medicamentos mais eficientes e menos invasivos (Fernandes; Galembeck, 2016).

Apesar dos avanços significativos, o câncer continua sendo um dos maiores desafios para a saúde pública mundial. A evolução do conhecimento sobre a doença reflete a interação entre descobertas históricas, avanços tecnológicos e esforços de pesquisa global, destacando a importância da ciência para compreender e combater esse complexo problema de saúde. Assim, é fundamental que os estudos continuem a explorar novas abordagens para diagnóstico, tratamento e prevenção, visando melhorar a qualidade de vida dos pacientes e reduzir os índices de mortalidade associados à doença.

3. METODOLOGIA

A fim de alcançar os objetivos propostos por este estudo, esta pesquisa delimitou-se como uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, que segundo Gil (2002), é desenvolvida com base em materiais já elaborados sobre o tema que se deseja pesquisar, como livros e artigos científicos.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 31).

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa tem a preocupação com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Busca explicar o porquê e/ou o como das coisas, exprimindo o que convém ser feito. Procurando aspectos da realidade que não podem ser quantificados, por meio da compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Este estudo teve como base, pesquisas de fontes secundárias realizadas sobre a temática desta pesquisa, como: artigos, periódicos, teses, monografias, dissertação, e livros nos sites de busca como o Google Acadêmico, repositórios de universidades e revistas.

Nesta perspectiva, como instrumento de coleta de dados, utilizou-se a revisão bibliográfica ou revisão de literatura, com o intuito de aprofundarmos os nossos conhecimentos acerca da temática de estudo.

Mattos (2015) conceitua:

Revisão da literatura é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica. “Literatura” cobre todo o material relevante que é escrito sobre um tema: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos (Mattos 2015, p. 2).

Com a realização da busca por produções científicas, realizou-se a leitura dos materiais, selecionando apenas as produções mais relevantes, que abordassem a evolução do câncer comparado ao meio urbano e rural. Construindo assim, uma análise descritiva dos materiais encontrados para identificar e analisar os fatores que influenciam a incidência e a evolução do câncer em populações residentes em áreas urbanas e rurais, identificando diferenças relacionadas ao ambiente, estilo de vida e acesso aos serviços de saúde.

Para essa pesquisa, foram definidas e utilizadas as seguintes palavras-chave: evolução do câncer, câncer no meio urbano, câncer no meio rural, o que resultou em apenas 14 produções científicas, selecionando apenas 6 apresentadas no quadro 1 abaixo.

Quadro 1: Produções Científicas

Autor	Título	Ano
Alavanja <i>et al.</i>	Pesticidas e riscos de câncer em trabalhadores agrícolas: uma revisão	2018
Ferreira <i>et al.</i>	Disparidades no tratamento do câncer: desafios em áreas rurais e urbanas	2022
Garcia <i>et al.</i>	Taxas de sobrevivência ao câncer urbano versus rural: um estudo comparativo	2020
Johnson <i>et al.</i>	Acesso ao tratamento do câncer em comunidades rurais: desafios e oportunidades	2021
Liu <i>et al.</i>	O impacto da poluição do ar na incidência e mortalidade por câncer	2020
Smith <i>et al.</i>	Dieta, estilo de vida e risco de câncer colorretal em populações urbanas e rurais	2021

Fonte: Próprio autor.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1. Fatores Ambientais e Comportamentais na Incidência do Câncer em áreas urbanas e rurais

Os dados estatísticos mais recentes sobre a incidência de câncer no Brasil revelam uma prevalência significativamente maior em áreas urbanas do que em áreas rurais. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, aproximadamente 2,6% da população adulta brasileira foi afetada pelo câncer, o que representa mais de 4,1 milhões de pessoas (Brasil, 2019). A incidência foi maior nas áreas urbanas (2,7%) em comparação com as áreas rurais (1,7%) (Ibge, 2019). Este dado inicial já sugere uma tendência associada a fatores como maior acesso à rede de serviços de saúde, melhor infraestrutura de diagnóstico e conscientização mais ampla sobre a doença nas grandes cidades.

Ao desagregar esses dados por regiões, observa-se que a Região Sul do país tem taxas mais altas de incidência de câncer, com cerca de 3,5% da população adulta com a doença (Inca, 2020). As Regiões Sudeste (3,0%) e Centro-Oeste (2,4%) seguem, enquanto as Regiões Norte (1,3%) e Nordeste (1,8%) apresentam as menores taxas (Brasil, 2019). Esse padrão geográfico é influenciado por diversos fatores, como o desenvolvimento socioeconômico da região, a oferta de serviços de saúde e as características ambientais locais.

Os fatores ambientais e comportamentais exercem influência significativa sobre a incidência do câncer, variando de acordo com as características das áreas urbanas e rurais. Em contextos urbanos, a poluição atmosférica, decorrente principalmente de atividades industriais e do aumento da frota veicular, apresenta-se como um dos principais fatores associados ao desenvolvimento de

diversos tipos de câncer, especialmente os do sistema respiratório (Liu et al., 2020). A exposição contínua a partículas finas e a substâncias tóxicas, como benzeno e formaldeído, é amplamente documentada como um agravante para o risco de câncer pulmonar e doenças correlatas (OMS, 2019).

Além disso, Smith et al., (2021) ressalta que os comportamentos de risco associados ao estilo de vida urbano, como o sedentarismo, o tabagismo e o consumo excessivo de álcool, também são fatores relevantes. Estudos indicam que dietas ricas em alimentos processados e pobres em fibras, comuns em áreas urbanizadas, aumentam a probabilidade de desenvolvimento de câncer colorretal.

Por outro lado, Alavanja et al., (2018) destaca que em áreas rurais, o uso intensivo de pesticidas e fertilizantes químicos na agricultura tem sido correlacionado com tipos específicos de câncer, como o linfoma não-Hodgkin e o câncer de próstata. A exposição direta ou indireta a esses agentes é um fator preocupante, especialmente em regiões onde a regulamentação sobre o uso de agrotóxicos é menos rigorosa.

Outro aspecto relevante é a diferença no acesso à informação. Populações urbanas tendem a ter maior acesso a campanhas educativas e informações sobre prevenção do câncer, enquanto áreas rurais frequentemente carecem de programas abrangentes nesse sentido (Ferreira et al., 2022). Isso resulta em maior desconhecimento sobre fatores de risco e menores taxas de adesão a práticas preventivas, como exames de rastreamento. Assim, compreender como esses fatores ambientais e comportamentais interagem em diferentes contextos é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. A implementação de estratégias que considerem as especificidades regionais pode contribuir significativamente para a redução da incidência do câncer.

Ferreira et al., (2022) analisam as disparidades no acesso ao tratamento do câncer em áreas urbanas e rurais. O estudo demonstra que, embora as áreas urbanas possuam melhor infraestrutura de saúde e acesso a tratamentos avançados, os desafios ambientais rurais são desafios significativos, como a falta de hospitais especializados, a escassez de profissionais de saúde e a dificuldade no transporte até os centros urbanos. Essas barreiras para a alta mortalidade entre pacientes rurais e para a desigualdade no tratamento da doença. O trabalho propõe soluções que envolvam a expansão da telemedicina e a criação de políticas públicas mais eficazes para reduzir essa disparidade.

Em 2020, a OMS publicou um relatório detalhado sobre os fatores de risco e estratégias de prevenção do câncer, destacando a importância de políticas públicas de saúde pública para a redução dos riscos. O documento aponta que, em áreas rurais, o acesso à informação sobre prevenção é limitado, o que agrava as taxas de incidência e mortalidade. O estudo sugere que uma implementação de programas de conscientização sobre os riscos do tabagismo, dieta consumida e falta de atividade física poderia reduzir consideravelmente a carga de câncer, principalmente em regiões mais afastadas.

4.2. Desigualdades no Acesso a Diagnóstico e Tratamento Oncológico

As desigualdades no acesso ao diagnóstico e tratamento do câncer são amplamente reconhecidas como um desafio global, com diferenças marcantes entre áreas urbanas e rurais. Em ambientes urbanos, a infraestrutura de saúde geralmente é mais desenvolvida, com maior concentração de hospitais, clínicas especializadas e profissionais capacitados. Isso facilita o acesso ao diagnóstico precoce e a tratamentos avançados, como a quimioterapia e a radioterapia (Garcia et al., 2020). No entanto, mesmo nesses contextos, as populações de baixa renda enfrentam dificuldades relacionadas ao custo dos tratamentos e à burocracia do sistema de saúde.

Em contrapartida, nas áreas rurais, a carência de infraestrutura é um dos principais fatores que limitam o acesso aos cuidados oncológicos. A distância entre as comunidades rurais e os centros especializados, aliada à precariedade do transporte público, torna o diagnóstico precoce e o acompanhamento médico regular um desafio significativo (Johnson et al., 2021). Estudos mostram que pacientes de zonas rurais frequentemente chegam aos serviços de saúde com a doença em estágios mais avançados, o que reduz as chances de sucesso terapêutico (Ferreira et al., 2022).

Outro problema enfrentado em áreas rurais é a escassez de profissionais especializados. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019), muitas regiões rurais carecem de oncologistas, radiologistas e outros especialistas essenciais para o manejo adequado do câncer. Essa carência, somada à falta de programas de rastreamento e campanhas educativas, contribui para o aumento da mortalidade por câncer nesses locais.

Além disso, há diferenças marcantes na cobertura de programas de saúde pública entre áreas urbanas e rurais. Enquanto centros urbanos frequentemente contam com iniciativas de rastreamento, como mamografias e exames de colonoscopia, tais serviços são limitados ou inexistentes em comunidades rurais.

Para Garcia et al., (2020) essa desigualdade reflete a necessidade de políticas públicas que promovam uma distribuição mais equitativa dos recursos de saúde. Em seu estudo comparativo sobre as taxas de sobrevivência ao câncer entre populações urbanas e rurais os autores mostram que, embora as taxas de incidência do câncer sejam semelhantes entre as áreas urbanas e rurais, as taxas de sobrevivência são mais baixas em áreas rurais.

Os autores destacam fatores como o diagnóstico tardio, a falta de acesso a tratamentos modernos e o isolamento geográfico como determinantes cruciais para as piores perspectivas de sobrevivência em populações rurais. A pesquisa contribui para a discussão sobre as desigualdades no cuidado ao câncer e propõe a melhoria da infraestrutura de saúde em regiões mais afastadas.

Johnson et al., (2021) abordam as barreiras enfrentadas pelas comunidades rurais no acesso ao tratamento do câncer, focando nos desafios e nas oportunidades para melhorar o atendimento. O estudo revela que, além da escassez de serviços de saúde, as comunidades rurais também enfrentam dificuldades relacionadas à pobreza, à educação limitada, à prevenção e ao estigma social em torno do câncer. Por outro lado, os autores sugerem que uma implementação de políticas de saúde mais inclusivas, como a expansão de serviços de telemedicina, poderia ajudar a superar essas limitações, permitindo que mais pacientes de áreas remotas tenham acesso ao tratamento adequado.

4.3. Impacto do Contexto Urbano e Rural nos Desfechos Clínicos e Qualidade de Vida de Pacientes Oncológicos

Os desfechos clínicos e a qualidade de vida de pacientes oncológicos variam significativamente entre os contextos urbano e rural. Em áreas urbanas, a maior disponibilidade de tratamentos avançados, como imunoterapia e terapias-alvo, contribui para melhores taxas de sobrevivência e maior controle dos sintomas (Smith et al., 2021). Além disso, a presença de suporte multidisciplinar, incluindo psicólogos, nutricionistas e fisioterapeutas, melhora a experiência do paciente durante o tratamento e no período de recuperação.

De acordo com Garcia et al., (2020) a urbanização também traz desafios que impactam negativamente a qualidade de vida dos pacientes. O ritmo acelerado das cidades, a exposição a altos níveis de estresse e a poluição ambiental podem comprometer a saúde geral dos pacientes oncológicos, mesmo durante a remissão. Em contrapartida, em áreas rurais, embora o ambiente menos poluído possa oferecer benefícios gerais à saúde, a falta de acesso a cuidados especializados e suporte adequado resulta em piores desfechos clínicos.

A literatura aponta que pacientes de áreas rurais enfrentam dificuldades adicionais, como o isolamento social e a ausência de cuidados paliativos adequados (Johnson et al., 2021). Esses fatores não apenas agravam o sofrimento físico, mas também aumentam o impacto emocional e psicológico da doença. Estudos mostram que pacientes em áreas rurais têm taxas mais altas de depressão e ansiedade relacionadas ao câncer, devido à percepção de desamparo e à falta de recursos locais (Ferreira et al., 2022).

Assim, é essencial que as políticas de saúde sejam adaptadas para atender às necessidades específicas de cada contexto. Investimentos em telemedicina, treinamento de profissionais locais e ampliação do acesso a cuidados paliativos podem contribuir para reduzir as desigualdades e melhorar a qualidade de vida dos pacientes oncológicos em áreas rurais.

Liu et al., (2020) investigam o impacto da poluição do ar na incidência e mortalidade do câncer. O estudo demonstra que áreas com altos níveis de poluição atmosférica, tanto em áreas urbanas quanto rurais, apresentam uma taxa significativamente maior de cânceres respiratórios, como

câncer de pulmão. Uma pesquisa sugere que a poluição do ar, proveniente de fontes industriais e de transporte, é um fator de risco importante e frequentemente negligenciado, que contribui para o aumento dos casos de câncer. A conclusão do estudo aponta para a necessidade de políticas públicas mais rigorosas para a redução da poluição do ar, tanto em áreas urbanas quanto rurais.

Já Smith et al., (2021) exploram a relação entre dieta, estilo de vida e risco de câncer color-retal em ambientes urbanos e rurais. O estudo revela que, enquanto as populações urbanas tendem a adotar dietas mais diversificadas e hábitos de vida mais saudáveis, as populações rurais, em muitos casos, estão mais propensas a consumir dietas ricas em gorduras e carnes processadas, além de apresentarem menores níveis de atividade física. Esses fatores aumentam o risco de desenvolvimento de câncer colorretal, e os autores sugerem que mudanças no estilo de vida, como a promoção de hábitos alimentares mais saudáveis, poderiam reduzir essa desigualdade entre as populações urbanas e rurais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das diferenças na incidência, diagnóstico e desfechos clínicos do câncer entre contextos urbanos e rurais revelou um quadro complexo e multifatorial, destacando a influência de aspectos ambientais, comportamentais e socioeconômicos. Os dados apresentados ao longo do estudo reforçam que o câncer é uma doença cuja dinâmica está profundamente interligada ao ambiente em que os indivíduos vivem e às condições de acesso à saúde. No contexto urbano, fatores como a exposição a poluentes e o estilo de vida sedentário se destacam, enquanto em áreas rurais, o uso de agrotóxicos e as barreiras geográficas no acesso ao atendimento médico especializado assumem maior relevância.

A discrepância no acesso ao diagnóstico e ao tratamento entre esses dois cenários é uma das principais barreiras para a equidade na saúde oncológica. Regiões urbanas, apesar de contarem com maior infraestrutura e tecnologia, enfrentam desafios relacionados à superlotação e à desigualdade socioeconômica. Por outro lado, nas áreas rurais, a ausência de serviços especializados e a falta de profissionais de saúde comprometem o diagnóstico precoce e os tratamentos oportunos. Essas desigualdades evidenciam a necessidade de intervenções voltadas para a descentralização do atendimento e a inclusão de populações marginalizadas no sistema de saúde.

Além disso, as diferenças ambientais e comportamentais entre os contextos analisados sugerem que as estratégias de prevenção e manejo do câncer devem ser regionalizadas. Em áreas urbanas, é crucial adotar políticas que reduzam a exposição à poluição, promovam um estilo de vida mais saudável e incentivem a detecção precoce. Nas regiões rurais, é essencial fortalecer o acesso à educação em saúde, ampliar a cobertura dos serviços móveis de saúde e regulamentar o uso de produtos químicos perigosos na agricultura.

Os resultados esperados deste estudo envolvem não apenas a geração de conhecimento sobre as especificidades do câncer em diferentes contextos, mas também a contribuição para a formulação de políticas públicas mais justas e efetivas. Ao propor soluções baseadas em evidências científicas, espera-se promover um cuidado mais equânime para os pacientes oncológicos, independentemente de seu local de residência.

Por fim, ressalta-se que a evolução do câncer em humanos, ao ser analisada sob as lentes das diferenças entre o meio urbano e rural, revela também a importância de pesquisas futuras. Estudos longitudinais, que abordem propostas de intervenções, além de análises mais profundas sobre os impactos psicossociais e econômicos do câncer nesses contextos, são fundamentais para uma compreensão mais ampla do problema. Assim, será possível avançar na construção de um sistema de saúde mais equitativo e eficiente, capaz de atender às necessidades de todas as populações.

REFERÊNCIAS

ALAVANJA, M. C. et al. Pesticidas e riscos de câncer em trabalhadores agrícolas: uma revisão. **Cancer Causes & Control**, v. 29, n. 8, p. 611-620, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/6276799/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

BOWERS, T. Teorias Médicas na Idade Média. **História da Medicina**, 2009. Disponível em: <https://www.historiadamedicina.org/teorias-medicas-na-idade-media/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

FERNANDES, S.; GALEMBECK, B. Avanços em nanotecnologia e suas aplicações no tratamento do câncer. **Revista Brasileira de Nanotecnologia**, v. 2, pág. 123-134, 2016. Disponível em: <https://www.revistabn.org/avanços-em-nanotecnologia-no-tratamento-do-câncer/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

FERREIRA, A. P. et al. Disparidades no tratamento do câncer: desafios nas áreas rurais e urbanas. **Journal of Global Oncology**, v. 8, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35148389/>. Acesso em: 18 dez. 2024.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. 2002.

GARCIA, M. N. et al. Taxas de sobrevivência ao câncer urbano versus rural: um estudo comparativo. **Cancer Epidemiology**, v. 65, p. 101-108, 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisas**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/de-rad005.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 20 dez. 2024.

GUNDERSON, L. L.; TEPPER, J. E. **Radioterapia: princípios e práticas clínicas**. Nova York: McGraw-Hill, 2007.

HANAHAN, D.; WEINBERG, R. A. Marcas do câncer: a próxima geração. **Cell**, v. 144, n. 5, p. 646-674, 2011. Disponível em: [https://www.cell.com/cell/fulltext/S0092-8674\(11\)00147-2](https://www.cell.com/cell/fulltext/S0092-8674(11)00147-2). Acesso em: 18 dez. 2024.

JOHNSON, C. S. et al. Acesso ao tratamento oncológico em comunidades rurais: desafios e oportunidades. **The Oncologist**, v. 26, n. 2, p. 99-110, 2021. Disponível em: <https://theoncologist.oxfordjournals.org/content/26/2/99>. Acesso em: 18 dez. 2024.

LIU, J. et al. The impact of air pollution on cancer incidence and mortality. **Environmental Research**, v. 187, p. 109-120, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0013935120301947>. Acesso em: 18 dez.

MAGNER, L. A história do câncer: de Hipócrates aos dias atuais. **Medicina e História**, v. 3, pág. 212-220, 2005.

MATTOS, Paulo de Carvalho. **Tipos de revisão de literatura**. Dissertação. Faculdade de ciências agrônômicas. UNESP, campus de Botucatu. 2015. Disponível em: <http://www.fca.unesp.br/#!/biblioteca/normas-tecnicas/tipos-derevisao-de-literatura/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

NATIONAL CANCER INSTITUTE. **Medicina de precisão no tratamento do câncer**. Washington DC: National Institutes of Health, 2021. Disponível em: <https://www.cancer.gov/about-cancer/treatment/drugs/precision-medicine>. Acesso em: 18 dez.

NERLICH, AG; HALLER, C. O câncer no Egito Antigo: evidências históricas. **Jornal de Medicina Antiga**, v. 18, pág. 98-104, 2003.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Relatório Global sobre Câncer 2019**. Genebra: WHO Press, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/cancer>. Acesso em: 18 dez.

PAPAC, R. Imunoterapia no tratamento do câncer. **Revista Brasileira de Oncologia**, v. 15, p. 105-114, 2001.

SMITH, B. R. et al. Dieta, estilo de vida e risco de câncer colorretal em populações urbanas e rurais. **Cancer Research and Prevention**, v. 45, n. 3, p. 345-352, 2021. Disponível em: <https://cancerres.aacrjournals.org/content/45/3/345>. Acesso em: 18 dez.

VOGELSTEIN, B.; KINZLER, K. W. A base genética do câncer humano. **Science**, v. 321, p. 1310-1315, 2004. Disponível em: <https://www.science.org/doi/abs/10.1126/science.1158253>. Acesso em: 18 dez.

WHO. World Health Organization. **Global Cancer Report 2019**. Geneva: WHO Press, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240062975>. Acesso em: 18 dez.

O USO DAS REDAÇÕES COMO FORMA DE DENÚNCIA CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

THE USE OF ESSAYS AS A FORM OF COMPLAINT AGAINST DOMESTIC VIOLENCE

DOI: 10.29xxxxxx.1-1

Donato Timotheo Alves de Faria Junior¹

Edna Bicalho Coutinho²

Jerusa Maria Gujanwsk³

Lorraine Rangel Callot⁴

Mirna Danuza Gomes da Fonseca⁵

Paulo César Loureiro de Araújo⁶

Paulo da Silva Teixeira⁷

1 Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

3 Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

4 Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

5 Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

6 Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

7 Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

A violência doméstica contra crianças e adolescentes é um problema grave que afeta milhares de jovens em todo o mundo, deixando marcas profundas em suas vidas. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu Capítulo II, todo jovem tem o direito à proteção, ao respeito e à dignidade. No entanto, números crescentes de casos de abuso físico, psicológico e sexual revelam uma realidade perturbadora, exigindo nossa atenção imediata. Nesse cerne as escolas desempenham um papel essencial no combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes, atuando como um espaço seguro e de acolhimento para alunos que possam estar vivendo situações de abuso. A análise das redações produzidas por essa faixa etária pode fornecer insights valiosos sobre a ocorrência e a natureza dessa violência, bem como sobre as possíveis estratégias de intervenção. Este artigo busca explorar o potencial das redações como forma de denúncia de violência doméstica, ampliando o conhecimento sobre o tema e fornecendo subsídios para a atuação de profissionais da educação e da área social. O objetivo deste artigo é também caracterizar por meio das evidências científicas o aumento em 2022 da violência infantil doméstica no cenário do Estado do Espírito Santo por causa das notificações, inclusive das escolas e a dimi-

ABSTRACT

Domestic violence against children and adolescents is a serious problem that affects thousands of young people around the world, leaving deep marks on their lives. According to the Child and Adolescent Statute (ECA) in its Chapter II¹, every young person has the right to protection, respect and dignity. However, increasing numbers of cases of physical, psychological and sexual abuse reveal a disturbing reality, demanding our immediate attention. At this core, schools play an essential role in combating domestic violence against children and adolescents, acting as a safe and welcoming space for students who may be experiencing abusive situations. Analysis of the essays produced by this age group can provide valuable insights into the occurrence and nature of this violence, as well as possible intervention strategies. This article seeks to explore the potential of newsrooms as a way of reporting domestic violence, expanding knowledge on the topic and providing support for the work of education and social professionals. The objective of this article is also to characterize, through scientific evidence, the increase in 2022 in domestic child violence in the State of Espírito Santo due to notifications, including from schools, and the decrease in them during the Pandemic period, due to the lack of interaction where complaints are made, especial-

nuição das mesmas no período Pandêmico, por falta do convívio de onde são feitas as denúncias, principalmente em 2020, mostrando o quão importante é o papel da escola na prevenção e no combate. Utilizaram-se dados fornecidos pelo Relatório da Fundação Abrinq de 2020, de artigo da Universidade Federal do Espírito Santo, intitulado “Violência contra Crianças e Adolescentes no Espírito Santo” e do artigo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2023, intitulado: “O aumento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil em 2022”. Os resultados demonstram a necessidade de maior implantação de políticas públicas que promovam a educação sobre direitos humanos nas escolas e que o fortalecimento dos mecanismos de denúncia são passos fundamentais. Somente assim poderemos construir um ambiente seguro e acolhedor para nossas futuras gerações.

Palavras-chave: Redação. Combate. Denúncia. Violência doméstica. Maus-tratos infantis. Violência.

ly in 2020, showing how important the school's role is in preventing and combating it. We used data provided by the 2020 Fundação Abrinq Report, an article from the Federal University of Espírito Santo, entitled “Violence against Children and Adolescents in Espírito Santo” and the article from the 2023 Brazilian Public Security Forum, entitled: “The increase of violence against children and adolescents in Brazil in 2022”. They all pointed to the school as a space for complaints and writing as an effective tool for these to occur, allowing students to express in writing experiences and feelings that could reveal abuse. The results demonstrate the need for greater implementation of public policies that promote education about human rights in schools and the strengthening of reporting mechanisms are fundamental steps. Only in this way can we build a safe and welcoming environment for our future generations.

Keywords: Essay. Combat. Reporting. Domestic violence. Child abuse. Violence.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA⁸

Todas as crianças têm direito:

2. A especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social.
(Eglantyne Jebb- 1924)

1. INTRODUÇÃO

AA violência contra crianças e adolescentes nos domicílios continua sendo uma realidade constante para muitas crianças e adolescentes, mesmo após o fim das restrições da pandemia. O ambiente doméstico, que deveria ser um lugar de proteção e segurança, muitas vezes se torna o local onde ocorrem abusos físicos, psicológicos e até negligência. As diferentes formas de violência impactam diretamente o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes. Estudos apontam que, em 2021, houve um aumento significativo nos registros de abusos, principalmente durante a pandemia (com o retorno das aulas de modo remoto ou virtual). As consequências dessa violência são devastadoras, afetando não apenas a saúde física, mas também a saúde mental, levando a traumas que podem perdurar por toda a vida.

⁸ Eglantyne Jebb foi a responsável pela elaboração da Declaração dos Direitos da Criança. A Liga das Nações adotou o documento em 1924, e as Nações Unidas o aprovaram em uma versão estendida. A Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração dos Direitos da Criança em 20 de novembro de 1959.

A Declaração dos Direitos da Criança é um documento internacional que lista os direitos e liberdades que, de acordo com a comunidade internacional, todas as crianças devem ter.

Em 1989, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança, que entrou em vigor em 1990. A Convenção é considerada o instrumento de direitos humano mais aceito na história e já foi ratificada por 196 países.

A violência doméstica pode ser definida como sendo: todo ato ou omissão, praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, por outro lado, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO E GUERRA, 2001).

Os fatores que contribuem para essa realidade são múltiplos. A pobreza, a falta de acesso à educação de qualidade e a normalização da violência nas relações sociais criam um cenário propício para a perpetuação desse ciclo cruel. Além disso, a falta de políticas eficazes de proteção e a omissão da sociedade muitas vezes agravam a situação.

Embora existam Leis, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECAD), as mesmas não são respeitadas, segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos, em 2022, 70% dos casos de violência contra crianças e adolescentes, no Brasil, acontecem em residências. E a escola pode e deve ser uma ferramenta para que esse tipo de violência seja denunciado.

A redação tem se mostrado uma ferramenta eficaz para a denúncia de violência contra crianças e adolescentes. No ambiente escolar, os professores, ao analisarem os textos dos estudantes, podem identificar indícios de violência doméstica, como expressões de medo, sofrimento e isolamento.

Esse tipo de comunicação escrita é importante porque muitas crianças e adolescentes têm dificuldades em verbalizar diretamente o que vivenciam em casa, seja por medo, vergonha ou desconhecimento. Ao perceberem esses sinais, educadores têm o dever de comunicar o caso aos órgãos de proteção, como o Conselho Tutelar, para que possam intervir e proteger a vítima.

As redações dos alunos são uma forma importante de expressão escrita, que pode revelar muito sobre o seu fundo psicológico. A escrita é uma forma de comunicação que permite aos alunos compartilharem suas ideias, pensamentos e emoções de maneira estruturada e coerente.

Ao analisar as redações dos alunos, podemos observar diversos aspectos psicológicos que influenciam na forma como eles se expressam. Um desses aspectos é o nível de autoestima e confiança do aluno. Alunos com baixa autoestima geralmente têm dificuldade em expressar suas ideias de forma clara e coerente, o que pode refletir-se em redações com falta de estrutura, erros gramaticais e falta de coesão.

Outro aspecto psicológico que pode ser observado nas redações dos alunos é o nível de ansiedade. Alunos ansiosos tendem a se preocupar excessivamente com o resultado da redação, o que pode afetar sua capacidade de concentração e a qualidade da escrita. Esses alunos podem apresentar redações com períodos curtos, repetições e dificuldade em desenvolver uma argumentação consistente.

Além disso, as redações dos alunos também podem revelar sua personalidade e suas experiências de vida. Alunos com traumas ou dificuldades emocionais podem expressar essas experiências por meio da escrita, revelando sentimentos de tristeza, medo ou raiva. Por outro lado, alunos com uma personalidade mais extrovertida tendem a escrever de forma mais criativa e persuasiva, utilizando recursos literários para envolver o leitor.

Os professores e educadores têm um papel importante na análise e compreensão das redações dos alunos. Ao identificar os aspectos psicológicos presentes nas redações, eles podem oferecer apoio emocional e pedagógico adequado a cada aluno. Isso inclui a promoção de um ambiente favorável à expressão e ao desenvolvimento das habilidades de escrita, bem como a oferta de suporte emocional para lidar com questões como baixa autoestima, ansiedade e traumas.

Em resumo, as redações dos alunos podem revelar muito sobre o seu fundo psicológico. Ao analisar a estrutura, a coerência, a criatividade e os recursos literários utilizados pelos alunos, os educadores podem identificar e compreender aspectos psicológicos como autoestima, confiança, ansiedade e experiências de vida. Ao oferecer suporte adequado a cada aluno, os educadores podem auxiliar no seu desenvolvimento pessoal e na melhoria da sua expressão escrita.

Ao analisar a escrita de um aluno de quinto ano que sofre abuso na família, é importante abordar o assunto com muita sensibilidade e cuidado. O abuso pode afetar significativamente o desenvolvimento emocional e psicológico de uma criança, afetando também suas habilidades acadêmicas, como a escrita.

Assim, como Brino e Williams em seu artigo 'Teachers' conceptions about sexual child abuse (2003) afirma que a escola é um local ideal para a detecção e intervenção em casos de abuso sexual infantil. O artigo também diz que a escola deve promover a cidadania e garantir a qualidade de vida dos alunos. Ou seja, cabe à escola fazer um dos seus papéis fundamentais que é a defesa da integridade física das crianças, atuando como um ambiente seguro onde sinais de violência e negligência podem ser observados, identificados e denunciados. Ela não apenas é um espaço de aprendizagem, mas também uma rede de apoio que pode proteger as crianças de situações de risco e promover o bem-estar físico e emocional.

1.1. Contextualização do problema

A violência doméstica contra crianças e adolescentes é uma questão complexa e multifacetada, que envolve diferentes tipos de agressão física, psicológica e sexual, perpetrados no âmbito familiar. Está intimamente relacionada a fatores como desigualdade de gênero, pobreza, abuso de substâncias e dinâmica familiar disfuncional. A gravidade do problema é agravada pelo fato de que muitos casos de violência não são denunciados, o que contribui para a perpetuação do ciclo de abuso.

Para a sociedade esse é sem dúvida, um dos desafios mais preocupantes a ser enfrentado. O impacto emocional e físico que esses jovens sofrem pode ser devastador, afetando seu desenvolvimento, saúde mental e capacidade de formar relacionamentos saudáveis no futuro. Nesse Contexto, a análise das redações produzidas por esses jovens pode oferecer uma perspectiva única sobre suas experiências, medos e desejos, permitindo que educadores, psicólogos e profissionais de assistência social compreendam melhor a profundidade do problema.

Essas redações, muitas vezes, se tornam um meio de expressão para sentimentos que podem ser silenciados em casa. Através da escrita, as crianças e adolescentes podem relatar suas vivências, refletir sobre suas emoções e até mesmo buscar por respostas e soluções para as situações que enfrentam. Além disso, a linguagem utilizada pode revelar muito sobre a dinâmica familiar e os padrões de comportamento que perpetuam a violência.

Identificar tendências e temas recorrentes nas redações pode auxiliar na formulação de políticas públicas e programas de intervenção que visem não apenas a proteção das vítimas, mas também a educação e a conscientização das famílias. Por exemplo, se muitos jovens mencionam o uso de substâncias como um fator que contribui para a violência em casa, isso pode indicar a necessidade de programas de prevenção e tratamento para dependência química.

Ademais, a abordagem da desigualdade de gênero nas redações pode destacar a necessidade de educação em direitos e respeito mútuo nas relações familiares. Promover a equidade de gênero desde a infância é fundamental para quebrar ciclos de violência que muitas vezes se perpetuam por gerações.

Entender a complexidade da violência doméstica contra crianças e adolescentes exige uma escuta atenta e uma análise crítica. As redações são mais do que simples textos; são janelas para realidades dolorosas e, ao mesmo tempo, potenciais ferramentas de mudança. Ao utilizá-las para informar práticas e políticas, podemos trabalhar em direção a um futuro onde todas as crianças e adolescentes possam viver livres de medo e violência, em ambientes familiares seguros e amorosos.

1.2. Objetivos

O principal objetivo desta pesquisa é investigar como as redações produzidas por crianças e adolescentes podem ser utilizadas como forma de denúncia de violência doméstica. Para tanto, propomos analisar as temáticas abordadas, os indicadores de violência presentes nos textos e as características das redações que podem ser indicativas de situações de abuso e maus-tratos. Além disso, buscamos identificar os possíveis impactos da violência na escrita dos jovens e as limitações e desafios enfrentados na análise das redações, a fim de fornecer recomendações práticas para profissionais da educação e da área social. Além disso, identificar os tipos de violência e seus aumentos contra crianças e adolescentes no Brasil e no Espírito Santo durante e após o período Pandêmico.

2. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: CONCEITOS E ESTATÍSTICAS

2.1. Conceito de Violência Doméstica

A violência doméstica contra crianças e adolescentes pode se manifestar de diversas formas, cada uma com suas características e consequências. Os principais tipos incluem: 1. ****Violência Física****: Envolve agressões corporais, como pancadas, empurrões, queimaduras ou qualquer ato que cause dano físico. Este tipo de violência pode resultar em lesões visíveis e, em casos extremos, até mesmo na morte; 2. ****Violência Psicológica****: Refere-se a ações que afetam a saúde mental e emocional da criança, como humilhações, ameaças, manipulações e isolamento. Esse tipo de violência pode levar a problemas de autoestima, ansiedade e depressão; 3. ****Violência Sexual****: Inclui qualquer ato sexual forçado ou não consensual, como abuso sexual, exploração ou assédio. Esse tipo de violência é extremamente prejudicial e pode ter consequências duradouras para a saúde mental e física da vítima e 4. ****Negligência****: Envolve a falta de cuidados adequados, como não fornecer alimentação, abrigo, educação ou assistência médica. A negligência pode resultar em danos ao desenvolvimento físico e emocional da criança. Identificam-se como crianças todos os indivíduos com idades entre 0 a 9 anos e como adolescentes todos os indivíduos entre 10 e 19 anos, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo Zambon et al. afirmam que uma dificuldade observada em relação à violência quando cometida pela família, é o receio da própria criança em relatar o ocorrido, temendo futuras punições; passando pela dificuldade diagnóstica e de notificação até a falta de dispositivos padronizados e efetivos para a adequada condução desses casos pelo sistema de saúde.

As crianças e os adolescentes estão entre os mais vulneráveis diante da violência, sobretudo a sexual. A área da Saúde se torna uma porta importante para a identificação precoce dos eventos de violência e o acolhimento das vítimas, uma vez que as equipes podem observar sinais e sintomas dos pacientes, fazendo a notificação para a oferta dos cuidados disponíveis. Ou seja, a Educação e a saúde são fundamentais nessa prevenção e nesse combate.

2.2. Estatística de 2011 a 2022

Os dados analisados correspondem aos casos notificados de adolescentes em situação de violência cadastrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) no período 2011 a 2018 no Estado do Espírito Santo e no ano de 2022 através do Sistema Único de Saúde no Espírito Santo (SUS-ES).

Na Primeira tabela⁹, notamos um aumento de percentual do número de notificações, nos anos de 2017 a 2018 na ordem de 40,6. Anterior ao Período Pandêmico, mas com uma grave

⁹ Tabela compartilhada do artigo: *Violência contra crianças e adolescentes no Espírito Santo*. Autor: Bruno da Silva Fagno.

crise política financeira no País (Verificaremos em outro capítulo os motivos que levam as violências domiciliares).

No Gráfico¹⁰ abaixo vimos os principais tipos de violência e suas ocorrências em porcentagem nos anos de 2011-2018.

Na Tabela 2¹¹ vimos o total de casos no Brasil por tipo de violência e faixa etária.

No Gráfico 2¹² temos no Espírito Santo o número de casos por tipo de violência e faixa etária.

Tabela 1: Número de notificações de Violência no Espírito Santo contra crianças e adolescentes de 2011 a 2018.

Período	Taxa de Crescimento
2011 → 2012	113,3%
2012 → 2013	54,4%
2013 → 2014	45,3%
2014 → 2015	28,2%
2015 → 2016	26,6%
2016 → 2017	26,5%
2017 → 2018	40,6%

Esse fenômeno pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo o estresse econômico, a falta de suporte social, e a fragilidade das redes de proteção infantil. Em tempos de crise, como durante a pandemia de COVID-19, muitos sinais de alerta foram ignorados devido ao isolamento social, levando a um aumento em casos de violência doméstica e, consequentemente, ao abuso infantil.

Tabela 2.

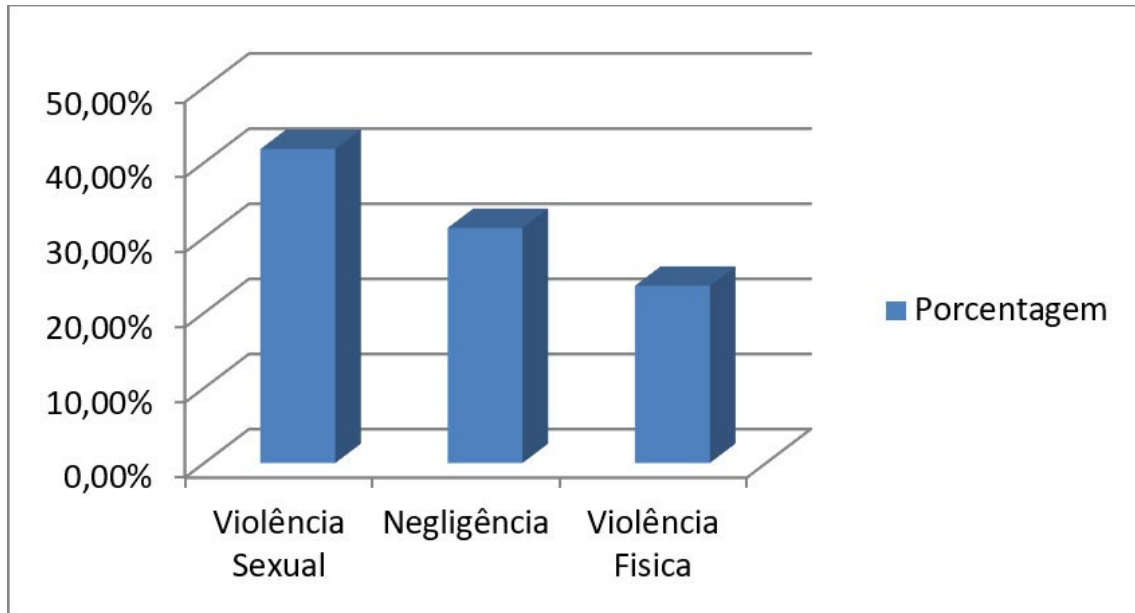
Tipos de Violência Infantil e ocorrências de 2011 a 2018:		
Tipos de Violência	Porcentagem	Anos
Violência Sexual	41,80%	2011-2018
Negligência	31,30%	
Violência Física	23,60%	

¹⁰ Gráfico feito utilizando dados da Pesquisa de Doutorado da Professora Doutora Márcia Pedrosa.

¹¹ Tabela Compartilhada do artigo: O aumento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil em 2022 - Sofia reinach e Betina Warmling Barros.

¹² Gráfico feito através de dados de 2022 da Delegacia de Polícia Civil da Criança e do adolescente.

Gráfico 1



Pelo gráfico feito através de colunas, vimos a prevalência dos casos de violência sexual entre os de 2011 a 2018. (LEITE, Franciéle M. C. et al, 2022).

O aumento dos casos de abuso sexual em crianças e adolescentes é um problema alarmante que gera preocupação em diversas esferas da sociedade, incluindo famílias, escolas, organizações governamentais e não governamentais. Esse fenômeno pode ter várias implicações e significados: ****Precariedade das Proteções****: O aumento pode indicar falhas nas políticas de proteção infantil e na eficácia de sistemas de denúncia. Muitas vezes, as vítimas não têm acesso a recursos adequados para denunciar o abuso ou não se sentem seguras para fazê-lo. ****Aumento da Visibilidade****: Em alguns casos, o aumento nos números pode refletir uma maior disposição das vítimas em relatar os abusos, graças a campanhas de conscientização e apoio psicológico. ****Mudanças Sociais****: Fatores sociais, como a crise econômica, o aumento da violência doméstica e a exposição a conteúdos inadequados, podem contribuir para o aumento do abuso. A desestruturação familiar e a falta de supervisão adequada também são fatores de risco. ****Impacto Psicológico****: O abuso sexual pode ter consequências devastadoras para a saúde mental e emocional das vítimas. ****Urgência de Ações****: O aumento dos casos evidencia a necessidade urgente de ações efetivas, como educação sobre consentimento, programas de prevenção nas escolas, capacitação de profissionais que lidam com crianças e adolescentes e maior rigor na aplicação da lei e ****Responsabilidade Coletiva****: Combater o abuso sexual infantil é uma responsabilidade coletiva. A sociedade deve estar atenta, ouvir as vítimas e trabalhar em conjunto para criar um ambiente seguro onde as crianças possam crescer e se desenvolver sem medo.

O aumento dos casos de abuso sexual em crianças e adolescentes é um alerta para a sociedade, exigindo ações imediatas e efetivas para a proteção e o bem-estar das vítimas.

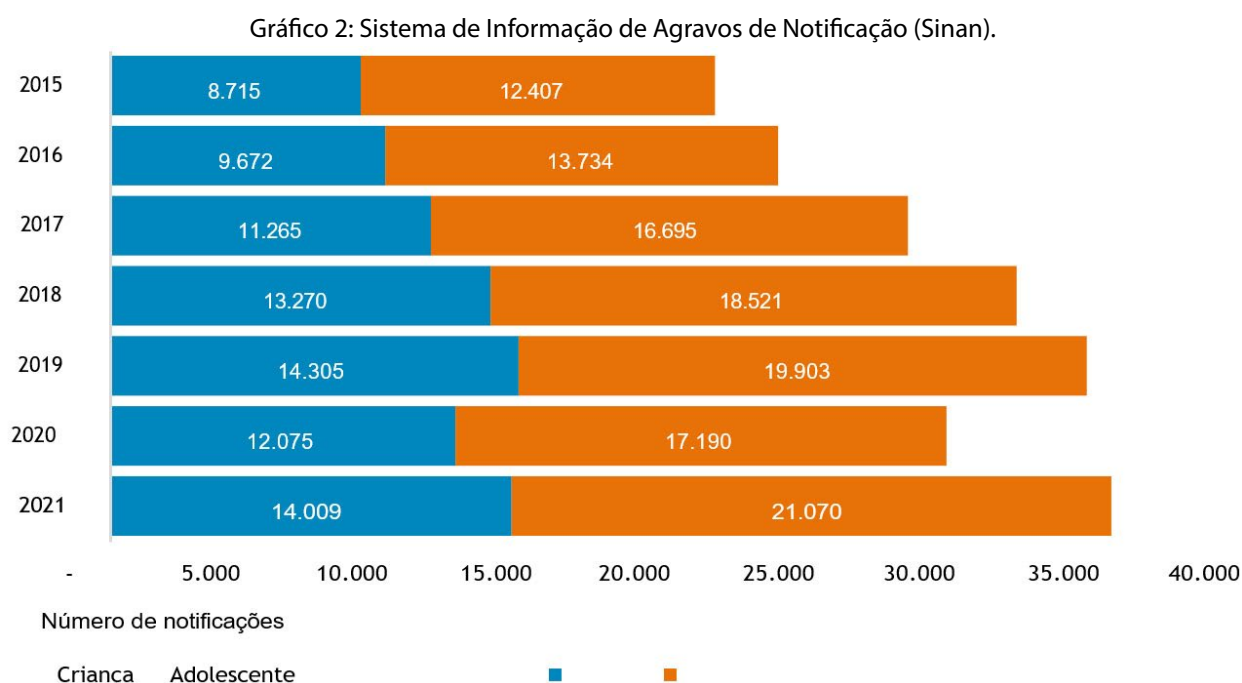
2.3. O período pandêmico e o aumento dos casos

No período de 2015 a 2021 foram notificados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo 83.571 (41,2%) em crianças e 119.377 (58,8%) em adolescentes. Observa-se que houve um aumento no número de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes entre 2015 e 2019. No entanto, em 2020, houve um decréscimo nesse número. Em 2021, o número de notificações foi o maior registrado ao longo do período analisado. (Ministério da Saúde -2024).

Em sete de julho 2020, foi promulgada a Lei Estadual 11.147, conhecida como Lei do Cuidado, tornando obrigatória a notificação de violência ao SUS (Sistema Único de Saúde), para os serviços de saúde, educação e assistência social de todo o território do Espírito Santo. Ocorreu um aumento nas notificações no ano de 2021, quando começa a recuperação dos números, mas ainda permaneceu uma queda de 10,6% comparando com 2019. (Secretaria Estadual de Saúde-ES- 2021).

No Espírito Santo, a Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA) é responsável por apurar os crimes cometidos contra as crianças e adolescentes, nos municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana. A delegacia recebe, em média, 150 registros de ocorrências por mês, o que em 2021 totalizou, aproximadamente, 1.750 registros. Destes, 254 foram tipificados como crime de Estupro de Vulnerável. (PCES-2021).

Somente neste ano, a equipe psicossocial da DPCA realizou 236 atendimentos às vítimas ou testemunhas de violências, majoritariamente envolvendo crimes de violência sexual. Os atendimentos apontam que 95% dos casos de violência sexual, envolvem crianças e adolescentes vítimas de pessoas da família ou de pessoas de seu convívio.



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).

Não conseguimos o registro de outros tipos de violência, mas constatamos os aumentos dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, no período Pandêmico através das Pesquisas analisadas.

Segundo dados, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, a Pandemia do novo Coronavírus ocasionou a redução de 18% nas denúncias de violência contra a criança e o adolescente recebidos pelo Disque 100 (Disque Direitos Humanos). Os dados integram comparativo dos meses de abril deste ano e de 2019. No mesmo período, ocorreu o inverso em outros segmentos. Houve aumento de 37% da violência contra a mulher e de 47% da violência contra demais grupos vulneráveis. O Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maurício Cunha, expôs sua preocupação em 2020, afirmando que:

"As nossas crianças e adolescentes estão sofrendo sozinhos agora. Durante a pandemia, não está sendo possível contar com espaços que possibilitavam a realização das denúncias, como as escolas. Por isso, a nossa preocupação em desenvolver ações que combatam as violações intrafamiliares", disse o secretário. CUNHA, Maurício - secretário nacional dos direitos da criança e do adolescente, Jul. 2020).

A situação das crianças e adolescentes durante a pandemia foi realmente alarmante. O isolamento social e a interrupção das atividades escolares resultaram em um cenário onde muitos jovens se encontraram vulneráveis e sem os meios adequados para buscar ajuda. As escolas, que frequentemente servem como um ambiente seguro e de apoio, deixaram de ser um espaço acessível para a realização de denúncias sobre abusos e violações.

2.4. Contabilizando o período anterior e posterior a pandemia

As crianças e os adolescentes, devido à sua condição de vulnerabilidade, enfrentam desafios significativos em relação à violência, especialmente a violência sexual. Nesse contexto, a área da Saúde desempenha um papel fundamental, não apenas no acolhimento das vítimas, mas também na identificação precoce dos sinais de abuso. As equipes de saúde, ao estarem em contato direto com esses jovens, têm a oportunidade de observar comportamentos e sintomas que podem indicar a ocorrência de violência, permitindo uma notificação adequada e a oferta de cuidados necessários.

Apresentamos a tabela com os dados coletados no Brasil com os tipos de violências não letais contra crianças e adolescentes no ano de 2022, já com o término do isolamento e com os números de ocorrências na Pandemia. O quadro sintetiza os índices coletados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública para o ano de 2022. Analisar tais registros documentados nas delegacias de todo o país em quatro grupos etários auxilia no diagnóstico em termos de quem são as vítimas prioritárias para cada tipo de violência.

Tabela 3

VIOLÊNCIA NÃO LETAL						
Tipo	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 13 anos	14 a 17 anos	0 a 17 anos	
	Taxa ⁽¹⁾	Taxa ⁽¹⁾	Taxa ⁽¹⁾	Taxa ⁽¹⁾	Ns. absolutos	Taxa ⁽¹⁾
ABANDONO						
Abandono de incapaz	20,0	24,5	20,0	9,0	9.348	18,7
Abandono material	1,4	1,8	2,1	2,2	879	1,8
VIOLÊNCIA FÍSICA						
Maus-tratos	41,8	55,7	51,6	29,9	22.527	45,1
Lesão corporal em VD	15,7	19,9	38,1	98,1	15.370	40,8
VIOLÊNCIA SEXUAL						
Estupro ⁽²⁾	49,9	85,1	200,8	99,5	51.971	104,0
Pornografia infanto-juvenil	0,4	1,4	6,6	6,2	1.630	3,4
Exploração sexual	0,1	0,4	2,5	4,8	889	1,8
Fonte: Secretarias de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Censo 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.						
(1)Taxa por 100 mil habitantes na faixa etária específica.						

Já os dados de 2022 no Espírito Santo, que revelaram 371 notificações de violência sexual contra jovens de 1 a 19 anos, com uma predominância de 87% de vítimas do sexo feminino, evidenciam a gravidade da situação. Esse parâmetro sublinha a importância de uma abordagem multidisciplinar, onde a Saúde colabora com outras áreas, como a Educação.

Através de um Estudo que teve a orientação da coordenadora do Laboratório sobre Estudos de Violência Saúde e Acidentes (Lavisa) da UFES, Franciéle Marabotti, observou-se que a violência sexual continuou sendo a mais notificada e que vem crescendo o número desse tipo de agressão. Sendo que, segundo o estudo, aconteceram casos com crianças menores de 2 anos. A violência sexual foi mais frequente nas meninas com 3 anos ou mais, residente da zona urbana. Já a negligência foi mais prevalente em meninos de até 2 anos e a violência física, entre meninos de 6 a 9 anos. Em relação às recorrências, elas costumam acontecer na residência da vítima e a partir de um mesmo agressor.

Em média, 390 crianças com idade entre 0 e 9 anos são vítimas de violência no Espírito Santo a cada ano, sendo que 32,5% sofrem violência recorrentemente. (MARABOTTI, Franciéle et al, 2022).

A análise dessas Tabelas e Gráficos faz com que entendamos que a integração entre Saúde e Educação é, portanto, crucial. As instituições de ensino podem capacitar professores e funcionários para reconhecer sinais de violência e fomentar um ambiente que incentive as denúncias.

Ao criar uma rede de apoio, onde a comunicação flui entre esses dois setores, é possível garantir que as vítimas recebam não apenas o atendimento médico necessário, mas também o suporte psicológico e emocional, essencial para a recuperação.

Além disso, é fundamental que haja políticas públicas que fortaleçam essa colaboração, promovendo treinamentos e recursos para que tanto as equipes de Saúde quanto as de Educação possam atuar de maneira eficaz na proteção dos jovens. Somente através de um esforço conjunto será possível enfrentar a violência sexual e proteger aqueles que são mais vulneráveis em nossa sociedade.

3. A IMPORTÂNCIA DA DENÚNCIA NA PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A denúncia é um elemento crucial na prevenção e no combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes, pois possibilita a interrupção de situações de abuso, protegendo o desenvolvimento e o bem-estar das vítimas. Este ato é um passo fundamental para garantir o cumprimento dos direitos da infância e adolescência, assegurando que crianças e adolescentes vivam em ambientes seguros e saudáveis. Aqui estão alguns dos aspectos mais relevantes da importância da denúncia:

- Interrupção de Ciclos de Abuso:** A violência contra crianças e adolescentes tende a se repetir e, muitas vezes, a se intensificar ao longo do tempo. Denunciar esses casos possibilita a interrupção do ciclo de violência, promovendo a proteção e a segurança das crianças e adolescentes envolvidos.
- Garantia de Direitos e Medidas Protetivas:** No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garante proteção integral à infância e adolescência, incluindo o direito a viver em um ambiente livre de violência. A denúncia permite que medidas protetivas sejam acionadas rapidamente, como o afastamento do agressor, além do acompanhamento e acolhimento das vítimas, assegurando a proteção dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes.
- Promoção de Redes de Apoio e Recuperação:** A denúncia aciona uma rede de serviços especializados, como atendimento psicológico, social e jurídico, essenciais para o processo de recuperação e fortalecimento emocional das vítimas. Esses serviços auxiliam na reparação dos danos causados e no desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes que viveram situações de violência.
- Prevenção de Reincidência e Proteção de Outras Vítimas:** Ao denunciar casos de violência doméstica, existe a chance de impedir a continuidade do abuso, evitando que outros jovens no mesmo ambiente se tornem vítimas.
- Incentivo à Consciência Social e Mudança Cultural:** Denunciar violência doméstica contra crianças e adolescentes ajuda a tornar o problema visível para a sociedade, destacando a importância de proteger a infância e adolescência.
- Mobilização Comunitária e Escolar:** Denúncias encorajam o envolvimento de toda a comunidade, incluindo escolas, vizinhos e familiares, para a identificação de sinais de abuso e a proteção das crianças e adolescentes.

Dessa forma, a denúncia é uma ação essencial para a proteção integral das crianças e adolescentes, promovendo um ambiente seguro e contribuindo para que eles cresçam livres de abusos e violência. Ao tornar o problema visível e permitir a atuação de uma rede de apoio, a sociedade caminha em direção a um futuro mais justo, em que o direito à infância segura seja garantido a todos.

3.1. Impactos da Violência Doméstica contra crianças e adolescentes na Sociedade

A violência contra crianças e adolescentes causa uma série de consequências negativas para a sociedade como um todo, impactando áreas como a saúde pública, a segurança, a educação e a economia. Esse tipo de violência, além de prejudicar profundamente o desenvolvimento das vítimas, contribui para a criação de ciclos de trauma e comportamentos prejudiciais que afetam a comunidade em várias dimensões.

Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira, no livro *Infância e Violência Doméstica: Fronteiras do Saber e Modos de Intervenção* (1994), afirmam que:

"A violência contra crianças e adolescentes transcende o indivíduo e impõe consequências de longo alcance para a sociedade, pois compromete o desenvolvimento de cidadãos plenos, afeta as relações familiares e amplia os custos para o sistema de saúde, segurança e justiça." (NOGUEIRA, Maria Amélia Azevedo et al, 1994).

Aqui estão alguns dos principais efeitos da violência contra crianças e adolescentes na sociedade:

1. **Agravamento de Problemas de Saúde Pública:** A violência contra crianças e adolescentes leva ao surgimento de traumas emocionais e físicos que podem acompanhar as vítimas por toda a vida. Isso aumenta a demanda por serviços de saúde pública, especialmente nas áreas de saúde mental, psicologia e tratamento de distúrbios como ansiedade, depressão e comportamentos autodestrutivos. Esse custo é assumido pela sociedade e gera uma sobrecarga nos sistemas de saúde.
2. **Impacto na Educação e na Produtividade Futura:** Crianças e adolescentes que sofrem violência enfrentam dificuldades na escola, como queda no rendimento e evasão escolar. A falta de qualificação afeta o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho, limitando suas oportunidades profissionais. Em longo prazo, a baixa escolaridade impacta negativamente a economia, pois gera uma força de trabalho menos qualificada e reduz a competitividade e o desenvolvimento econômico do país.
3. **Aumento da Criminalidade e da Violência:** Crianças que crescem em ambientes violentos têm maior probabilidade de desenvolver comportamentos agressivos e de se envolver em ati-

vidades criminosas. Isso perpetua um ciclo de violência que afeta a segurança pública e a sensação de tranquilidade da sociedade. A violência contra crianças e adolescentes também pode contribuir para o aumento de infrações e crimes na adolescência e na idade adulta, além de sobrecarregar o sistema de justiça e de segurança.

4. Fragilização das Estruturas Familiares e Comunitárias: A violência infantil fragiliza as relações familiares e diminui a confiança nas redes de apoio comunitário. O ambiente familiar, que deveria ser uma fonte de proteção, se torna um espaço de risco e gera um impacto negativo na coesão social. Isso compromete a formação de laços comunitários, uma vez que o medo e a desconfiança podem afastar os indivíduos e enfraquecer o senso de solidariedade.

5. Custos Econômicos Altos para o Estado e para a Sociedade: A violência contra crianças e adolescentes gera custos financeiros elevados, não apenas pela necessidade de atendimento médico e psicológico, mas também pelos gastos com assistência social, sistema judiciário e políticas de segurança. Esses custos poderiam ser direcionados para o desenvolvimento de programas preventivos e de suporte social, promovendo uma sociedade mais saudável e produtiva.

6. Impacto na Saúde Mental Coletiva: Os efeitos da violência se estendem para a saúde mental da sociedade, pois o conhecimento sobre casos de abuso afeta o senso de segurança e bem-estar geral da comunidade. Essa exposição a histórias de violência gera um impacto emocional e reforça uma cultura de medo e desconfiança, que inibe a participação e a colaboração social.

Esses impactos mostram que a violência contra crianças e adolescentes não é apenas um problema individual ou familiar; é uma questão de responsabilidade coletiva. Para construir uma sociedade saudável, segura e produtiva, é essencial investir em políticas de prevenção, proteção e educação que promovam o desenvolvimento pleno e a proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

No contexto de sua pesquisa sobre violência e desenvolvimento social, Cecília Maria Bouças Coimbra,

"A violência contra crianças e adolescentes é um fator de reprodução da exclusão social, pois interfere diretamente no desenvolvimento físico e psicológico dos jovens, limitando suas oportunidades e perpetuando ciclos de pobreza, marginalização e desigualdade que afetam toda a sociedade." (COIMBRA-1985).

Essa citação reforça como a violência infantil contribui para a perpetuação de problemas estruturais na sociedade, dificultando o desenvolvimento de cidadãos com plenas condições de participar e contribuir para um ambiente social saudável e justo. (COIMBRA, Cecília M. Bouças- 1985).

4. O PAPEL DAS REDAÇÕES NA CONSCIENTIZAÇÃO E DENÚNCIA

As redações produzidas por crianças e adolescentes podem desempenhar um papel significativo no apoio à denúncia de violência infantil. Ao expressar suas vivências e percepções por meio de textos, histórias ou até mesmo desenhos, as crianças têm a oportunidade de sinalizar possíveis situações de abuso ou negligência de forma indireta. Professores, psicólogos e educadores podem identificar sinais de violência nessas produções, oferecendo uma via de expressão e detecção valiosa. Abaixo estão alguns dos principais aspectos de como as redações infantis podem atuar nesse contexto:

- 1) Canal de Expressão para Sinais de Violência: Para muitas crianças e adolescentes, é difícil verbalizar diretamente suas experiências de violência, especialmente quando a violência é cometida por alguém próximo. Ao escrever uma redação, elas podem expressar sentimentos, medos e situações que estão vivenciando de forma segura e simbólica. Detalhes específicos ou sentimentos recorrentes de medo e insegurança podem ser indicativos de problemas que exigem atenção.
- 2) Detecção de Sinais de Alerta pelos Educadores: Professores e orientadores, ao lerem redações, têm a oportunidade de identificar indícios de que uma criança possa estar passando por alguma situação de violência. Termos como “medo”, “dor”, “sofrimento” e “solidão” podem indicar que algo está errado. Profissionais capacitados para perceber esses sinais podem intervir ou encaminhar a criança para os serviços de apoio e proteção.
- 3) Fortalecimento da Autoconfiança e do Sentimento de Segurança: Escrever sobre temas livres permite que as crianças expressem sentimentos e histórias que muitas vezes não têm coragem de contar diretamente. Essa prática ajuda a desenvolver a autoconfiança, pois elas se sentem encorajadas a falar sobre o que vivem. Em casos de violência, a redação serve como um espaço para a criança começar a elaborar a situação, o que pode ajudá-la a sentir-se mais segura para buscar ajuda posteriormente.
- 4) Incentivo à Comunicação com Adultos de Confiança: Atividades como redação em ambiente escolar promovem o diálogo entre crianças e adultos, o que pode estimular a confiança necessária para que a criança peça ajuda. Ao perceber que suas palavras são ouvidas e respeitadas, a criança pode sentir-se mais confortável para conversar abertamente com professores ou orientadores, caso esteja em uma situação de abuso.
- 5) Sensibilização sobre Direitos e Autoproteção: Propostas de redações que abordam temas como direitos infantis, segurança e autoconhecimento ajudam a conscientizar as crianças sobre sua própria proteção e a identificar comportamentos inadequados. A abordagem educativa por meio da escrita auxilia as crianças a entenderem que têm direito a viver sem violência e que, se enfrentarem situações de abuso, podem e devem buscar ajuda.

6) Produções Escritas como Ferramentas de Denúncia: Em alguns casos, uma redação pode conter descrições claras de abusos vividos pela criança. Essas produções, quando devidamente interpretadas e tratadas por profissionais da educação e proteção, podem ser levadas às autoridades competentes, constituindo-se como uma forma de denúncia indireta que ajuda a interromper o ciclo de violência.

Essas redações, portanto, não são apenas exercícios de linguagem e expressão; elas se tornam ferramentas valiosas de escuta ativa e acolhimento, ajudando a identificar e a prevenir casos de violência. Com o apoio de profissionais atentos e capacitados, as redações podem ser um primeiro passo na busca por justiça e segurança para crianças e adolescentes.

Temos alguns professores que estudam e apoiam a ideia da Redação como forma de denúncia, são eles: Ana Paula R. F. de Oliveira, que em seus estudos, ela analisa como a escrita pode ser utilizada como uma ferramenta de expressão e conscientização, especialmente entre o público jovem. Outra referência significativa é Maria Lúcia M. C. da Silva, que discute o papel da educação e da escrita na formação da cidadania crítica e na capacidade de denúncia de injustiças sociais. Em seus trabalhos, ela destaca como as atividades de redação em ambientes escolares podem estimular a reflexão e a expressão de preocupações sociais, incluindo a violência e também Cecilia Maria Bouças Coimbra também menciona, em suas obras sobre a violência infantil, como a expressão escrita pode ser um meio poderoso para as crianças denunciarem situações de abuso e violência, oferecendo uma perspectiva de empoderamento e conscientização.

Esses autores contribuem para a compreensão do papel das redações e da escrita como ferramentas importantes na luta contra a violência e na promoção dos direitos das crianças e adolescentes.

4.1. Metodologia de Análise das Redações

A metodologia e análise de redações como um método de denúncia de violências contra crianças e adolescentes é uma abordagem que permite a identificação de sinais de abuso, negligência e outras formas de violência de maneira sutil e eficaz. A mesma se baseou nos livros de "O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde" (2004) de Maria Cecília de Souza Minayo, No Artigo A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar de Sílvia Renata M. Lordello, & Liana Fortunato Costa (2013). e da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1970). Além do Documento INSPIRE: Sete Estratégias para Acabar com a Violência contra Crianças" (2016)., da Organização Mundial da Saúde.

Segundo Minayo:

"A violência contra crianças não pode ser compreendida de forma isolada; ela é fruto de um conjunto de relações sociais marcadas por desigualdades e vulnerabilidades, que evidenciam a fragilidade dos mecanismos de proteção." – Minayo (2004, *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*).

Essa citação ressalta a visão de que a violência infantil é um fenômeno complexo, ligado a contextos sociais mais amplos, e reforça a necessidade de abordagens qualitativas que captem essas múltiplas dimensões.

Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido* defende a ideia de que a educação deve ser um processo libertador e transformador, onde os alunos são incentivados a refletir criticamente sobre sua realidade e a expressar seus sonhos e aspirações. Ele destaca que a escrita e o diálogo são instrumentos essenciais para a conscientização e a construção de uma cidadania ativa, permitindo que os estudantes lutem por seus direitos e por melhorias sociais, inclusive na proteção infantil e no enfrentamento de situações de violência.

Em seu artigo Sílvia Renata M. Lordello e Liana Fortunato Costa sugerem que em seu artigo: *A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar* aborda diversos recursos metodológicos qualitativos, como entrevistas, narrativas, grupos focais e análise do discurso, apontando suas potencialidades e limitações na investigação desse tipo de abuso. Essas ferramentas são apresentadas como formas de compreender as dinâmicas familiares e sociais que perpetuam o abuso, bem como de desenvolver intervenções preventivas e terapêuticas eficazes sugerem que estudos futuros devem continuar a articular a metodologia qualitativa na investigação do abuso sexual intrafamiliar, visando aprimorar as estratégias de prevenção e intervenção nesse contexto. (LORDELLO, S. R.; COSTA, L. F. *A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar*. 2013, p. 127-135).

A Metodologia foi aplicada no contexto educacional em um município da Grande Vitória em três turmas de quinto ano, sendo usado o tema: Qual é o seu maior sonho? . Aqui estão às etapas e as considerações sobre como foi implementada essa abordagem:

1. Objetivo da Coleta de Redações: Foi definido claramente o propósito da coleta das redações. Esses podem incluir a identificação de situações de violência, o fortalecimento da expressão escrita e a promoção da conscientização sobre direitos humanos e proteção infantil. As Redações tinham o propósito de fazer com que os alunos expusessem seus sonhos e com isso falarem sobre como é possível lutar pelos mesmos.

2. Escolha do Público-Alvo: Foram determinados quais grupos de crianças e adolescentes participariam da atividade de redação.

Os Temas para as Redações: Propor temas que incentivem a reflexão sobre experiências pessoais, sentimentos e percepções. Exemplos de temas incluem "O que me faz feliz", "Meus medos" e "O que eu gostaria de mudar no meu mundo". É importante garantir que os temas sejam acessíveis e sensíveis à faixa etária dos participantes.

3. Ambiente de Produção: Criou-se um ambiente seguro e acolhedor onde as crianças se sintam confortáveis para expressar suas emoções e experiências. O ambiente escolhido foi à sala de aula.

4. Orientação e Acompanhamento: Foram fornecidas orientações claras sobre como escrever e expressar seus sentimentos. Isso pode incluir exemplos de redações e discussões sobre o que constitui uma experiência de violência. O acompanhamento é fundamental para assegurar que as crianças saibam que podem buscar apoio se precisarem. Houve uma conversa anterior sobre como “ir” atrás de seus sonhos.

4.2. Métodos de Coleta e Seleção de Redações

A coleta e seleção de redações sobre o tema: Qual é o seu maior sonho? foi uma etapa crucial para compreender as percepções e experiências das crianças e adolescentes dessas turmas de quinto ano que participaram, pois dentre essas redações algumas serviriam como denúncias contra maus tratos, abandono de incapaz e abuso sexual. Aqui estão alguns dos problemas apresentados nas Redações.

Avaliação e Análise de Redações

Estudo de Casos apresentados:

O Impacto do abuso Infantil no comportamento e aprendizagem

O abuso infantil é um problema global que afeta milhões de crianças em todo o mundo. As cicatrizes físicas e emocionais deixadas por esse tipo de abuso podem permanecer com as vítimas durante toda a vida. Este estudo de caso busca explorar a história de uma criança que sofreu abuso, analisar os impactos que isso teve em sua vida e discutir estratégias para lidar com as cicatrizes invisíveis deixadas por essa tragédia.

Estudo de Caso 1:

Título da Redação: Voar e ser feliz.

Nome: João (nome fictício)

Idade: 10 anos

Sexo: Masculino

Localização: Grande Vitória- ES

Deteção: Através de Escrita de redação onde o mesmo relatou sobre uma criança que sofria de abusos e queria voar para fugir de casa.

História de Abuso:

João vinha de uma família de classe baixa e vivia com seus pais e dois irmãos mais velhos. O pai era alcoólatra e frequentemente descontava sua raiva na esposa e nos filhos. João era o alvo principal das agressões físicas e emocionais. Durante anos, ele sofreu espancamentos, insultos e negligência. Além disso, João também foi vítima de abuso sexual por parte de um parente próximo.

O abuso deixou marcas profundas em João. Ele se tornou uma criança extremamente tímida e retraída, com dificuldades em se relacionar com outras pessoas. Tinha medo de qualquer pessoa do sexo masculino, sendo agressivo com os colegas que se aproximavam dele. Sua autoestima foi severamente afetada, pois ele internalizou os insultos constantes que recebia, acreditando ser "desprezível" e "indigno de amor". João também sofre de pesadelos frequentes, ansiedade e ataques de pânico. Sua confiança foi abalada e ele tem dificuldade em confiar em figuras de autoridade.

Estratégias de Apoio:

O Conselho tutelar foi acionado para tratar do assunto junto a família. A escola passou a abordar o assunto abuso infantil e os efeitos que pode ter em sua vida. Isso além de orientar as crianças, permitiu que ele, João, compreenda que não foi culpado pelo que aconteceu e que existem recursos disponíveis para ajudá-lo a se recuperar. O aluno foi encaminhado a CRASS (Centro de Referência das Assistência Social) e os mesmos o encaminharam a Terapia. A família do aluno passou a ser acompanhada pelo CRAS e pelo Conselho Tutelar. E no caso do Abuso sexual, o assunto foi encaminhado ao DPCA. Após compreensão do problema com o aluno o mesmo passou a ter todo o acompanhamento necessário para seu crescimento enquanto pertencimento e segurança.

Estudo de Caso 2:

Título: Sou amado.

Nome: José (nome fictício)

Idade: 11 anos

Sexo: Masculino

Localização: Grande Vitória- ES

Introdução:

Este estudo de caso relata a história de um aluno de quinto ano, cujo nome foi trocado para proteger sua identidade, o mesmo escreveu sobre seu problema familiar como um desa-

bafo. O aluno abordou o tema sensível do assassinato de sua mãe por seu pai no ano anterior e como sua vida mudou ao ir morar com a avó.

Contexto familiar:

O aluno vinha de um lar desestruturado, onde a violência doméstica era frequentemente presente. Infelizmente, em um trágico evento, sua mãe foi vítima fatal de um ato violento cometido por seu próprio pai. Após esse episódio traumático, o aluno teve que se adaptar a uma nova realidade. A mudança para a casa da avó, após a prisão do pai. Essa mudança representou uma transição significativa em sua vida, pois ele teve que se adaptar a uma nova rotina, um novo ambiente e a novos cuidadores. Sua avó, uma mulher amorosa e dedicada, fez o possível para proporcionar uma estrutura familiar estável e acolhedora ao aluno.

O aluno, com o passar do tempo, mostrou-se resiliente e gradualmente superou seus desafios emocionais. Participando de sessões de aconselhamento escolar, ele pôde trabalhar suas emoções e fortalecer sua capacidade de lidar com a perda e o trauma. Além disso, o apoio constante de sua avó e a compreensão de seus colegas de classe foram fundamentais para o processo de cura do aluno.

Estudo de Caso 3:

Título: Quero uma família.

Nome: Lucas (nome fictício)

Idade: 14 anos

Sexo: Masculino

Localização: Grande Vitória- ES

Adolescente em Situação de Rua e Violência Familiar

Contexto Geral:

Este estudo de caso foca em um adolescente, que chamaremos de Lucas, que viveu uma infância marcada pela violência e pela necessidade de sobrevivência nas ruas. Lucas cresceu em um ambiente familiar desestruturado, onde a violência física e a psicológica eram comuns. Desde muito jovem, ele foi forçado a vender balas e outros produtos nas ruas para trazer dinheiro para casa, sob a ameaça de apanhar caso não conseguisse arrecadar o valor estipulado por seus familiares.

Contexto Familiar e Social

Família: Lucas vive com sua mãe, com o pai e dois irmãos mais novos. Sua mãe e seu pai enfrentavam problemas com alcoolismo, frequentemente agredia os filhos, especialmente Lucas, que era

considerado o "responsável" por sustentar a família. O pai de Lucas mesmo presente não o tratava como a um filho o que deixou um vácuo emocional e uma ausência de referência masculina.

Ambiente: A família morava em uma favela, em condições precárias, numa casa de três cômodos. A violência doméstica era uma constante, e a falta de recursos levou com que seus pais forçassem a ele e aos seus irmãos mais novos a vender balas, até às duas horas da manhã, em um bairro totalmente longínquo de onde moravam. Se os mesmos não trouxessem uma determinada quantia de dinheiro ou se chupassem uma bala para não ficarem com fome, apanhavam de toalha molhada para não deixar marcas.

Trauma e Ansiedade: Lucas desenvolveu traumas significativos devido à violência que sofria em casa e ao estresse constante de ter que trabalhar para sobreviver. Ele apresentava sintomas de ansiedade, incluindo dificuldades para dormir, pesadelos frequentes e sentimentos de insegurança. Além de baixa autoestima e violência exacerbada com os demais colegas e professores.

Após denúncia e apuração do juizado de menores, os pais perderam o Pátrio poder, sendo que as crianças foram entregues a parentes que residem em Minas Gerais. A notícia posterior foi que os mesmos continuaram os estudos e estão bem. Mas, enquanto não se resolveu o problema com o juizado os alunos (Lucas e seus dois irmãos) tiveram total acompanhamento e apoio por parte da escola e ajuda por parte da Prefeitura e que trouxe um pouco de melhoria em seu comportamento social e em sua autoestima.

4.3. Resultados e Discussão

Essas redações trouxeram resultados significativos, evidenciaram tanto a eficácia desse método quanto os impactos nas vidas dos envolvidos. Abaixo estão alguns dos principais resultados observados através dos contextos apresentados nas redações: Detecção de Casos de abuso, exploração e negligência. Vários estudos indicam que a coleta de redações tem permitido que educadores e profissionais de saúde identifiquem mais facilmente sinais de abuso e maus-tratos. A escrita proporciona uma forma de expressão que muitas crianças podem achar mais acessível do que a comunicação verbal. "Toda criança tem o direito de crescer livre de violência e abuso. É nosso dever protegê-las." (UNICEF:- 1959)¹³.

Esses relatos explicaram de certa forma o que levava ao comportamento agressivo e distante. São relatos que contêm descrições de experiências de medo, dor e solidão, que funcionaram como indicadores claros das situações de violência que essas crianças e adolescentes passavam. Isso levou intervenções mais rápidas e efetivas. A análise de redações permitiu a identificação de padrões e palavras-chave que indicam possíveis situações de risco. Para o ex-presidente da

¹³ Declaração Universal dos Direitos da Criança foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959.

África do Sul, Nelson Mandela (1918-2013), "A maior força de uma criança é seu potencial; a maior fraqueza é a sua vulnerabilidade."

Essas declarações nas redações fizeram com que várias modificações ocorressem para que suas vidas de passassem por processos que pudessem trazer mais alívio e a felicidade que elas tanto almejavam em suas redações. As providências tomadas foram encaminhamentos para serviços de proteção e suporte psicológico, essa prática de redigir sobre suas experiências e sentimentos ajudou as crianças a se sentirem mais empoderadas e que poderiam lutar para serem felizes e trouxe também a consciência de seus direitos e da importância de denunciar abusos. As atividades de escrita estimulavam discussões sobre violência, direitos e proteção, aumentando a sensibilização entre os jovens. Este estudo de caso destaca a importância de criar um ambiente de apoio, respeito e empatia dentro das escolas, onde os alunos se sintam seguros para compartilhar suas experiências e enfrentar seus desafios.

Segundo o poeta Rainer Maria Rilke: "As crianças têm a coragem de buscar a felicidade, mesmo quando o mundo ao redor parece difícil." (1875-1926).

4.4. Principais Temáticas Abordadas nas Redações

As principais temáticas abordadas nas redações após leitura de textos e debates e audições de músicas tais como: Viver e não ter a vergonha de ser feliz (Gonzaguinha- 1945-1991) foi qual era o sonho dos participantes, o que é ser feliz e como fazer o mundo melhor.

5. CONCLUSÃO

A escola tem que ser um ambiente de apoio, respeito e empatia, onde os alunos se sintam seguros para compartilhar suas experiências e enfrentar seus desafios. Trabalhar com as redações como forma de denúncia e combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes não só contribui para a conscientização sobre a temática, mas também fornece uma plataforma para que os jovens expressem suas experiências e preocupações. Este processo pode ajudar a identificar problemas sociais, promover a educação sobre direitos humanos e mobilizar a comunidade para ações de prevenção e proteção.

O uso das redações como forma de denúncia contra a violência doméstica pode ser uma estratégia poderosa, especialmente no contexto pós-pandemia. As experiências vividas durante a pandemia ressaltam a importância de criar espaços seguros e de conscientização onde crianças e adolescentes possam se expressar livremente. A redação não apenas proporciona uma forma de denuncia, mas também ajuda a promover a recuperação emocional e a conscientização sobre os direitos das crianças, essencial para a construção de um futuro mais seguro e saudável.

6. SÍNTESE DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante observar se o aluno apresenta sinais de estresse, ansiedade, falta de concentração, baixa autoestima e problemas de confiança, esses podem ser devido às experiências traumáticas que enfrenta em casa. Aqui estão algumas formas de identificar possíveis padrões na escrita do aluno:

1. Compreensão limitada: O aluno pode ter dificuldade em entender o conteúdo da atividade de escrita ou nas instruções fornecidas pelos professores. Isso pode ser resultado de sua falta de concentração ou estresse emocional, que pode afetar sua capacidade de compreensão.
2. Baixa autoestima e falta de autoexpressão: O aluno pode ter dificuldade em expressar suas ideias ou sentimentos por medo de rejeição ou retaliação. Isso pode levar a uma escrita mais cautelosa ou superficial, evitando expressar-se de maneira autêntica.
3. Problemas de concentração: Os alunos que vivenciam situações de abuso são frequentemente distraídos emocionalmente, o que pode resultar em dificuldade em se concentrar. Isso pode se manifestar em erros ortográficos frequentes, falta de organização nas ideias ou dificuldade em manter coesão e coerência textual.
4. Evitação ou resistência à escrita: Alunos em situações de abuso podem tentar evitar atividades que possam desencadear lembranças dolorosas ou desfazer os padrões familiares. Isso pode levar à resistência à escrita, recusando-se a participar de tarefas relacionadas à escrita ou demonstrando uma falta de interesse geral.

A abordagem dessas questões sensíveis requer empatia e compreensão por parte dos educadores. É importante oferecer um ambiente seguro e acolhedor para que o aluno se sinta à vontade para compartilhar suas experiências, se assim desejar. Além disso, os educadores devem estar preparados para oferecer apoio emocional e encaminhamento adequado a profissionais capacitados, como psicólogos ou assistentes sociais, que possam ajudar o aluno a lidar com o abuso familiar.

Adicionalmente, é essencial que o educador esteja disposto a adaptar suas estratégias de ensino para atender às necessidades específicas do aluno. Isso pode incluir permitir que ele utilize a escrita como uma forma de expressar suas emoções e experiências, mesmo que isso signifique desviar-se dos padrões típicos de redação. O importante é que o aluno se sinta ouvido e compreendido.

Ao realizar a análise da escrita do aluno, é fundamental fazê-lo de maneira cuidadosa e ética, respeitando sempre a privacidade e confidencialidade do aluno. É importante realizar essa análise em conjunto com outros profissionais da área da educação e saúde, a fim de obter diferentes perspectivas e abordagens para auxiliar o aluno da melhor maneira possível.

Em suma, é necessário abordar a escrita de um aluno que sofre abuso familiar com sensibilidade e cuidado. Identificar possíveis padrões na escrita pode ajudar a compreender o impacto emocional que o abuso tem sobre o aluno. Oferecer um ambiente seguro, apoio emocional e encaminhamento adequado a profissionais especializados são medidas essenciais para auxiliar o aluno a superar essas adversidades e desenvolver suas habilidades de expressão escrita.

Citando nosso grande Patrono da Educação, Paulo Freire: “A escola deve ser um espaço de luta pela vida, onde se promove a defesa dos direitos humanos e a valorização da dignidade de todos, especialmente das crianças e adolescentes.” (Paulo Freire- 1991-1997).

Essa citação enfatiza a responsabilidade da escola não apenas em educar, mas em ser um espaço ativo na promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, reforçando seu papel protetivo e de transformação social. Freire acreditava que a educação deveria estar intrinsecamente ligada à conscientização sobre os direitos e à luta por um mundo mais justo. Como disse o grande Educador Paulo Freire: “Educação não transforma o mundo. Educação muda às pessoas. Pessoas transformam o mundo”. (FREIRE - 1979). Que possamos fazer nossa parte enquanto cidadãos e professores para transformar essa triste realidade.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviani N. de A. (Orgs.). **Infância e Violência Doméstica**: Fronteiras do Conhecimento. São Paulo: Cortez, 1993.

_____, Maria Amélia e GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Editora iglu, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues- **Paulo Freire, educar para transformar: fotobiografia**. Mercado Cultural. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/tf-paulo-freire-educar-para-transformar-fotobiografia,d06da2de-b5f0-46fd-8da4-c58e49e4a5de>. Acesso em: 20 de jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde e Cidadania. **Covid-19: Cai número de denúncias de violações contra crianças e adolescentes no Disque 100**. Brasília. Jul, 2020. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/julho/covid-19-cai-numero-de-denuncias-de-violacoes-contra-criancas-e-adolescentes-no-disque-100>. Acesso em: 25 de jan 2025.

_____. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF. Presidência da República. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 23 jan 2025.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Pro-

gramáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde.** – Brasília, DF. 2014. Atualizado em 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/publicacoes/linha-de-cuidado-para-a-atencao-integral-a-saude-de-criancas-adolescentes-e-suas-familias-em-situacao-de-violencias-orientacao-para-gestores-e-profissionais-de-saude/> Acesso em 23 de jan 2025.

_____. Ministério da Saúde- **Linha de Cuidado para a Atenção Integral à Saúde de Crianças, Adolescentes e suas Famílias em Situação de Violências.** Brasília, 2010. Disponível em: https://saude.es.gov.br/Media/sesa/DANTS/viol%C3%A4ncia-cultura%20de%20paz/linha_cuidado_crianças_famílias_violências.pdf . Acesso em: 25 de jan 2025.

_____. Ministérios da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Boletim Epidemiológico. Vol-54, nº08- **Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021.** Brasília, fev 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023/boletim-epidemiologico-volume-54-no-08> - Acesso em: 24 de jan 2025.

BRINO, R. F., & WILLIAMS, L. C. A. (2003). **Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil.** Cadernos de Pesquisa, 119, 113-128. Disponível em: [:/Users/WINDOWS%2010/Downloads/Dialnet-ConcepcoesDaProfessoraAcercaDoAbusoSexualInfantil-6208940.pdf](https://www.repositorio.ufpa.br/bitstream/handle/2011-6/10000/1/ConcepcoesDaProfessoraAcercaDoAbusoSexualInfantil-6208940.pdf). Acesso em: 23 de jan 2025.

Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2020 - Fundação Abrinq. São Paulo. Set. 2021. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2020-03/cenario-brasil-2020-1aediçao.pdf>. Acesso em: 25 de jan 2025.

COIMBRA, Cecília M. Bouças - **Discursos Sobre Segurança Pública e Produção de Subjetividade: violência urbana e alguns de seus efeitos** - Projeto de Pós-Doutorado, São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência da USP, 1997.

NAÇÕES UNIDAS: **Declaração dos Direitos da Criança.** 20 de novembro de 1959. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/carta/>. Acesso em: 26 de jan 2025.

ESPÍRITO SANTO. Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN. **Violência contra crianças e adolescentes. Ocorrências registradas na delegacia de proteção à criança e ao adolescente – DPCA: 2004-2007.** Vitória: Editora, 2009. Disponível em: <https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/ViolenciaDPCA.pdf>. Acesso em: 26 de jan. 2025.

ESPÍRITO SANTO – Governo Estadual. Lei Estadual 11.147/2020. Lei do Cuidado. **Torna obrigatória a notificação de violência ao SUS no Espírito Santo.** Vitória, 2020. Disponí-

vel em: <https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI111472020.html>. Acesso em: 26 de jan. 2025.

FAGNO, Bruno da Silva - **Violência contra Crianças e Adolescentes no Espírito Santo (Relatório Final)** - Universidade Federal do Espírito Santo Departamento de Estatística XIV Semana de Estatística e Ciência de Dados. Vitória- ES, 2020. Disponível em: https://estatistica.ufes.br/sites/estatistica.ufes.br/files/field/anexo/bruno_da_silva_fagno.pdf. Acesso em: 25 de jan. 2025.

FIOROTTI, Karina Fardin; LEITE, Franciéle Marabotti Costa; LUIS, Mayara Alves; RIBEIRO, Luíza Eduarda Portes - Revisão sistemática sobre o impacto social e de saúde da violência doméstica para os adolescentes. **Periódicos UFES**. v. 24 n. 1 (2022).

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido- Paz e Terra. 17ª Edição. Rio de Janeiro. 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 23 de jan. 2025.

GALVÃO, Júlia - **Violência contra crianças e adolescentes é responsabilidade de toda a sociedade**. Jornal da USP no Ar. São Paulo- SP- 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-e-responsabilidade-de-toda-a-sociedade/> Acesso em: 27 de jan. 2025.

LORDELLO, S. R., & Costa, L. F. (2013). **A metodologia qualitativa no estudo do abuso sexual intrafamiliar**. Revista Psicologia e Saúde, pág.127-135.

MANDELA, Nelson - **"A maior força de uma criança é seu potencial; a maior fraqueza é a sua vulnerabilidade"**. UNICEF. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004.

NUNES, Antônio Jakeulmo, SALES, Magna Coeli Vitorino - **Violência contra crianças no cenário brasileiro** - Scielo Brasil – São Paulo- SP, maio 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hbQG5xjXFgD6qBLw4D95NNg/#>. Acesso em: 27 de jan. 2025.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Inquérito sobre as políticas de saúde sexual, reprodutiva, materna, neonatal, da criança e do adolescente, 2018-2019: relatório sucinto**. Genebra, 2020.

O que é, o que é? . Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior. Viver Gonzaguinha. Rio de Janeiro. Selo SESC. 2024. 14 faixas.

Pesquisa aponta: ES tem 390 crianças vítimas de violência por ano. 32% dos casos são re-

correntes - Superintendência de Comunicação da UFES- Vitória- ES. Jul., 2022. Disponível em: <https://www.ufes.br/conteudo/pesquisa-aponta-es-tem-390-criancas-vitimas-de-violencia-por-ano-32-dos-casos-sao>. Acesso em: 24 de jan. 2025.

Proteção de Crianças e Adolescentes contra as Violências – UNICEF Brasil- São Paulo- Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/protecao-de-criancas-e-adolescentes-contra-violencias>. Acesso em: 24 de jan. 2025.

Quase 700 crianças e adolescentes foram abandonadas ou sofreram maus-tratos em 2022 no ES - ANDI – Vitória- ES, Abr. 2023. Disponível em: https://andi.org.br/infancia_midia/quase-700-criancas-e-adolescentes-foram-abandonadas-ou-sofreram-maus-tratos-em-2022-no-es/. Acesso em: 25 de jan. 2025.

REINACH, Sofia; BARROS Betina Warmling - **“O aumento da violência contra crianças e adolescentes no Brasil em 2022”**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Edição Nº 201. Brasília. Set.2023. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/o-aumento-da-violencia-contra-criancas-e-adolescentes-no-brasil-em-2022/>. Acesso em: 27 de jan. 2025.

RELATÓRIO VIOLÊNCIA dados 2020-2021- **Relatório: Dados de violência interpessoal/ autoprovocada de pessoas notificadas ao SUS do Espírito Santo, 2016 a 2021** - GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – Vitória- ES – Jan/2022. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/Media/sesa/DANTS/viol%C3%A4ncia-cultura%20de%20paz/RELATORIO%20VIOLENCIA%20dados%202020-2021%20EM%2012.01.22.pdf>. Acesso em: 27 de jan. 2025.

RILKE, Rainer Maria. **"As crianças têm a coragem de buscar a felicidade, mesmo quando o mundo ao redor parece difícil."** (1875-1926).

RISTUM, Marilena - **A violência doméstica contra crianças e as implicações da escola**. Temas psicol. vol.18 no. 1 Ribeirão Preto, SP - 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100019. Acesso em: 27 de jan. 2025.

SILVA, Lygia Maria Pereira da. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. EDUPE, Recife, 2002. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_criancas_adolesc.pdf

Zambon MP, Jacintho ACA, Medeiro MM, Guglielminetti R, Marmo DB. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio**. Rev Assoc Med Bras 2012.

LITERATURA DE CORDEL COMO FERRAMENTA PARA O LETRAMENTO LITERÁRIO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM CONTEXTO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE EM SÃO MATEUS-ES

CORDEL LITERATURE AS A TOOL FOR LITERARY LITERACY IN THE EDUCATION OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS IN A CONTEXT OF DEPRIVATION OF FREEDOM IN SÃO MATEUS-ES

DOI: 10.29xxxxxx.1-1

Edinéia Xavier Pereira de Lacerda¹
Luciana Teles Moura Pirola²

1 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Professora Orientadora do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

Os marcos legais internacionais da Organização das Nações Unidas, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990, estabelece a educação como um direito de todos cidadãos, o Estado do Espírito Santo segue a mesmo alinhamento de cumprimento das orientações estabelecidas principalmente no que refere-se o direito a educação de todos cidadãos e dever do Estado e da Família. Nesta presente pesquisa aqui apresentada, objetiva-se assegurar o ensino da literatura de cordel para promover aprendizagem do letramento literário para alunos em privação de liberdade matriculados na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA). A pesquisa justifica-se embasada na atual Constituição de 1988, ao afirmar que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e ainda justifica-se respaldada na Lei nº 7.210 de 1984, ao prever assistência ao preso, dentre elas educacional. A questão norteadora foi se a literatura de cordel promover o desenvolvimento literário dos 30 alunos em contexto de privação de liberdade de São Mateus matriculados na EJA do Ensino Médio? Para responder a pergunta norteadora, recorreu-se à pesquisa dentro da abordagem qualitativa, engendrada nos objetivos da pesquisa exploratória e nos procedimentos da pesquisa-ação. Para coleta de dados recorreu-se a entrevistas semiestruturadas e os textos produzidos pelos sujeitos da pesquisa numa sequência didática de 12 aulas; Para analisar dos dados coletados buscou-se a metodologia qualitativa análise de conteúdo da Bardin (2011); Dentre os resultados expressivos destacou-se o maior protagonismo dos alunos nas aulas; Verificou-se potencialidade da literatura de cordel para facilitar a aprendizagem do objeto de conhecimento letramento literário. Conclui-se que a ferramenta literatura de cordel, além de promover o letramento literário, contribuiu mediante os textos produzidos aprendizagens essenciais e significativas para toda vida dos alunos.

Palavras-chave: Letramento de Cordel. Letramento Literário. Alunos. EJA. Sistema Prisional.

ABSTRACT

The international legal frameworks of the United Nations, the 1988 Constitution of the Federative Republic of Brazil, and the 1990 World Conference on Education for All establish education as a right for all citizens. The State of Espírito Santo follows the same alignment in complying with these guidelines, particularly regarding the right to education for all citizens and the duty of both the State and the family. This research aims to ensure the teaching of literature of cordel as a means to promote literary literacy among students deprived of liberty enrolled in the Youth and Adult Education (EJA) program. The study is justified based on the 1988 Constitution, which affirms that education is a right for all and a duty of the State and the family, and on Law No. 7,210 of 1984, which provides for assistance to inmates, including educational support. The guiding question of this study was whether literature of cordel fosters literary development among 30 students deprived of liberty in São Mateus enrolled in the EJA High School program. To answer this question, the study adopted a qualitative research approach, structured within the objectives of exploratory research and action research procedures. Data collection was conducted through semi-structured interviews and the analysis of texts produced by the research subjects in a 12-lesson didactic sequence. The collected data were analyzed using Bardin's (2011) qualitative content analysis methodology. Among the significant findings, the increased protagonism of students in the classroom stood out. The study also identified the potential of literature of cordel in facilitating the learning of literary literacy. It was concluded that literature of cordel, beyond fostering literary literacy, contributed to the acquisition of essential and meaningful lifelong learning through the texts produced by the students.

Keywords: Cordel Literacy. Literary Literacy. Students. EJA. Prison System.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aqui apresentada, é um recorte de uma dissertação de mestrado em andamento, que traz luz acerca da educação no sistema prisional no Estado do Espírito Santo, sob tutela da Secretaria de Estado da Educação (SEDU), a implementação desta política pública estadual foi em 2005, visando o cumprimento da Lei nº 7.210 de 1984, que estabelece um rol de assistências ao cidadão preso, na qual destaca-se a instrução escolar em associação com a instrução profissional.

Na mesma direção, o Decreto nº 7.626, estabelece que a educação de pessoa em privação de liberdade é vista como forma de reintegração social, que também vislumbra ao cidadão egresso dar continuidade aos estudos, bem como da sua ressocialização na sociedade (Brasil, 2011).

A educação de uma pessoa em privação de liberdade está para além de assegurar a instrução escolar, configura-se um dos primordiais Direitos Humanos já pensado em 1948, sendo uma proteção universal independente de religião, gênero e raça. A educação nessa modalidade de ensino é vista como forma de ressocialização social e prevê a continuidade dos estudos das pessoas egressas do sistema prisional assegurando assim seus direitos sociais materializado através da instrução escolar e seu acesso ao mundo do trabalho e o resgate aos valores comunitários e o exercício da plena cidadania (Brasil, 1996).

A educação no sistema prisional está para além do direito constitucional, é uma ferramenta capaz de gerar transformação na vida humana daqueles que estiveram em privação de liberdade, pois uma missão desta modalidade de ensino é que a educação não significa apenas assegurar o ensino formal bem como promover a convivência humana enlaçada no respeito ao próximo e do propósito de moldar novas perspectivas de vida, dentre elas a inserção no mundo do trabalho e do respeito aos valores comunitários, além de exercer a cidadania.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 e, das minhas vivências de 12 anos exercendo a docência no Sistema Prisional na unidade prisional em São Mateus, pude observar a importância da educação no sentido de transformar vidas, além de contribuir para formação humana global dos educandos e o seu preparo para o mundo do trabalho.

O ensino na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) no sistema prisional deve respeitar e reconhecer as necessidades específicas da população privada de liberdade, através de práticas pedagógicas significativas para vida do aluno, promovendo nas rotinas de aprendizagem estratégias de ensino capazes de gerar autorreflexão, emancipação da consciência do sujeito prospectando a sua vida em sociedade.

A pesquisadora embasada na obra os Condenados da Terra do pensador negro, Frantz Fanon, o ensino do Sistema Prisional promove um ensino emancipatório e com práxis pedagógica transformadora, visto que nos relatos dos sujeitos em privação de liberdade na qual sou

docente,vieram de condições de invisibilidade, injustiças, exploração e exclusão,dessa forma à pesquisadora na sua mediação pedagógica traz o tema gerador literatura de cordel como ponto de partida para o ensino do letramento literário dos alunos da sua turma da Educação de Jovens e Adultos (Fanon,1968).

Para pesquisadora um dos desafios da docência com os alunos em privação de liberdade, na qual delineou-se o objeto de conhecimento Literatura de Cordel como ferramenta pedagógica no ensino do letramento literário, foi em propor práticas pedagógicas que despertasse nos alunos a motivação intrínseca para aprendizagem dos 30 alunos da EJA sob minha responsabilidade da docência.Nos alunos pude observar nesses 12 anos de docência o desejo para querer aprender, entretanto se faz necessária metodologia da contextualização e recontextualização entrelaçados com seus conhecimentos prévios adquiridos em suas vivências sociais, nas palavras de Freire (2021), um dos saberes necessários para prática pedagógica é a capacidade do professor de inovar suas estratégias de ensino, visando despertar no aluno a curiosidade epistemológica para promover aprendizagens essenciais e um ensino significativo.

O gênero literatura de cordel, propicia ao aluno exercer o protagonismo do seu processo de ensino e aprendizagem,pois eles vivenciam a autonomia por meio de suas produções textuais, em muitas foram observadas a escrevivência de si, descrevendo um pouco de suas vidas, seus sofrimentos, perdas, erros cometidos, ausência da família, dos filhos, da mulher amada, dos arrependimentos e da esperança de quando retornar a vida em sociedade, almejar uma nova vida e dar continuidade aos estudos e de ingressar no mundo do trabalho.

Os relatos acima expostos expõe a nova concepção, missão e visão acerca do sujeito em privação de liberdade, essas conquistas na qual faremos um breve recorte teve seu início em 1948 na Declaração Universal dos Direitos Humanos, sendo um dos mais significativos marcos institucionais internacionais na história dos direitos humanos,ela fundamenta-se na proteção universal dos direitos humanos, independente de gênero,raça ou religião.

Esse documento inspirou às constituições de muitos países,inclusive a do Brasil,visando assegurar os direitos humanos, outros instrumentos adotados desde 1945, expandiram internacionalmente em prol dos direitos humanos a todos cidadãos.

Em 05 de Outubro de 1988, foi promulgada a atual Constituição da República Federativa do Brasil, surgindo uma nova era do estado democrático, em seu artigo 205, explicita sendo a educação direitos de todos e dever do Estado e da família, visando assim o pleno desenvolvimento da pessoa e, seu preparo conforme é assegurado nas unidades de educação prisional da Secretaria de Educação do Espírito Santo (SEDU), para exercer sua plena cidadania crítica e participativa na sociedade e, também sua qualificação profissional forjada dentro das unidades educacionais do sistema prisional (Brasil,1988).

No mesmo rol de implementação de políticas públicas para pessoas em contexto de privação de liberdade, em 1990 a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, promovida pela Organização das Nações Unidas, reitera e fortalece as constituições de diversos países ao enfatizar que toda pessoa tem direito à educação, englobando os sujeitos em sistemas prisionais (Onu, 1990).

Ainda segundo a ONU, a educação exerce um dos pilares fundamentais para capacitar os indivíduos a serem agentes ativos na busca da justiça social, econômica e ambiental, esse documento produzido para todas nações mundiais, propositalmente lança luz que o sujeito em privação de liberdade têm direito à educação com foco na ressocialização, no trabalho e na continuidade dos estudos, pois a historiografia mostra em um passado recente sendo o sistema prisional, espaço sem fins educacionais, apenas para cumprimento da pena, trazendo como consequência a dificuldade no processo de ressocialização do preso, sendo um dos fatores associados a reincidência (Onu, 1990).

Na mesma esteira, outro marco institucional avançado ocorreu na Declaração de Incheon na Coreia do Sul em 2015, sobre a Agenda da Educação para 2030, sobre a educação, os principais objetivos foram assegurar uma educação inclusiva e equitativa, na qual abarca os sujeitos em contextos de privação de liberdade, pois a educação é a mola propulsora de desenvolvimento e para formação humana global dos cidadãos de uma dada sociedade (Onu, 2015).

Dessa forma, configura-se a educação um dos Direitos Humanos primordiais para promoção da instrução escolar e profissional do cidadão em contexto de privação de liberdade, entendemos que o preso ao cumprir sua pena, retorna a vida em sociedade e, mediante a instrução escolar e do trabalho, não retornará para vida de criminalidade.

No que refere-se ao Estado do Espírito Santo, a política pública de implantação do sistema prisional teve início em 2005, está sob a responsabilidade da SEDU, suas ações estão em alinhamento com os avançados marcos legais institucionais e constitucionais. A SEDU oferta a modalidade de ensino Educação Prisional, assegurando, o Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA.

No ano escolar de 2024, foram matriculados 3.718 internos, distribuídos em 230 turmas, cuja missão é a ressocialização desses sujeitos de direitos a sua ressocialização na sociedade (Sedu, 2025).

Em minhas vivências nessa modalidade de ensino, é observado o quão é importante o processo de escolarização para promoção da reeducação, ressaltando a existência de um quantitativo importante de sujeitos com maior formação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, acompanhamos melhorias na aprendizagem de cada um deles, principalmente na mudança de comportamentos, no aprendizado do saber conviver com o outro, com as diferenças, o saber escutar, a aprendizagem dentro do seu ritmo e de resolver conflitos pelo diálogo.

Os 12 anos de docência da pesquisadora no sistema prisional de São Mateus, a sua prática educativa em consonância com a educação libertadora advogada por Freire (2021), para o autor, aquele que ensina é o que mais aprende, enfatizando que quando se ensina também aprende, venho aprendendo a captar no olhar de cada aluno suas palavras veladas, posso pensar sobre suas vidas, seus mundos, seus fracassos, a desassistência familiar, a inserção no mundo da criminalidade, drogas, homicídios, roubos e latrocínios.

Em seus escritos na literatura de cordel, é observado lacunas de dificuldades de aprendizagem de conhecimentos simples de leitura e escrita dos conteúdos de ensino, essa realidade reflete a ausência desses corpos nos bancos das escolas.

A prática pedagógica acolhedora da pesquisadora uma mulher que é mãe e tem filhos seu sacerdócio é de entrega porque esses alunos precisam de um ensino significativo para suas vidas, bem como de uma educação de alta qualidade e permeada pela amorosidade como se eles fossem meus filhos. O labor da docência no sistema prisional traz motivação intrínseca para fomentar nas aulas estratégias de ensino inovadoras mediante a temas geradores relevantes para a vida dos alunos. Caminhando com Paulo Freire (2021), em *Pedagogia do Oprimido*, sou uma educadora com consciência de que educar é um ato político e pedagógico norteador do meu ofício no exercício da docência, instigou a motivação pessoal da professora pesquisadora para a produção deste artigo e da dissertação de mestrado.

Os 12 anos de docência no sistema prisional, me ensinou a importância da apropriação dos escritos de Paulo Freire na sua obra clássica “*Pedagogia do Oprimido* de 1968 e de Frantz Fanon na obra “*Os condenados da terra* de 1968, porque os dois autores costuram acerca de quem são os sujeitos oprimidos na sociedade, em sua maioria os sujeitos pobres, periféricos, invisibilizados e marginalizados na sociedade, em sua maioria os sujeitos de pele escura, estes perfazem segundo dados do Anuário da Segurança Pública de 2023, revelou que 69,1% são pretos e pardos (negros), estamos lidando com um sistema criminal no Brasil que tem cor, sendo assim a educação para os alunos em privação de liberdade segundo Freire (1968) é ancorada na pedagogia para classe oprimida, com fins de uma educação libertadora e voltada para emancipação e conscientização do sujeito.

Dando continuidade a discussão acima, propiciar aos alunos da EJA do sistema prisional, pautada na pedagogia freireana, materializada na literatura de cordel como ferramenta para o desenvolvimento de competências e habilidades do letramento literário, através da metodologia da dialógica, reflexiva e para conscientização, foi o caminho para construção do conhecimento e colocando-os como sujeitos capazes de mudança de suas realidades, assim tenho norteado meu ofício de professora para com esses alunos, que possuem direitos de aprendizagem de qualidade, visando a aquisição de aprendizagens essenciais.

Estive, estou e estarei comprometida em ensinar com amorosidade para esses alunos, primeiramente porque todos os dias há novos desafios na arte de ensinar e, eles são alunos da classe oprimida, e entendo que precisam de uma professora com diálogo com a educação libertadora e emancipadora.

A proposta didático-pedagógica de ensinar literatura e suas ramificações com do Cordel numa perspectiva da educação progressista de Paulo Freire visando o processo de ensino e aprendizagem do letramento literário, mediante a leitura de textos para emancipação, reflexão e consciência do aluno da sua realidade, na qual o aluno ocupa o protagonismo da aprendizagem vislumbrando mudança da sua vida.

A justificativa da presente pesquisa justifica-se embasada na atual Constituição da República Federativa de Brasil, de 05 de Outubro de 1988, em seu artigo 205, ao estabelecer que a educação é direito de todos sendo dever do Estado e da família estão inseridos pessoas em contextos de privação de liberdade.

Ainda justifica-se respaldado no Art. 10 da Lei 7.210 de 1984, na afirmativa de que a educação é um dos Direitos Humanos primordiais para o desenvolvimento social, afetivo, cognitivo em suma integral do ser humano, sendo assim os sujeitos em contexto de privação de liberdade é resguardado a assistência da instrução escolar, objetivando assim prevenir o crime e, orientar o retorno à convivência em sociedade (Brasil, 1984).

Contextualização da problemática desta pesquisa, a população prisional brasileira, dados de 2024 do Ministério da Justiça e Segurança Pública notificou 663.906 presos, sendo o terceira maior população carcerária do mundo, sobre a caracterização da população carcerária 95,7% são homens e destes 73% negros, e 4,3 mulheres (Brasil, 2024).

Cerca de 44% dos presos no Brasil não completaram o Ensino Fundamental e outros 6% não tiveram qualquer nível de educação formal, mostrou pesquisa que o tráfico de drogas é o principal crime que mais leva pessoas à prisão no Brasil, sendo cerca de 173 mil pessoas.

Diante desse dado estatístico, entedemos a emergência de temas geradores acerca dessa temática nos conteúdos de ensino das unidades temáticas, objetivando despertar nos alunos a conscientização da gravidade desse crime e suas consequências, colocando o aluno no processo de ação-reflexão-ação, suas ações têm consequências, para Freire (1968) e (2021), o oprimido na maioria das vezes foi observado nesses 12 anos de docência, que após a prisão por tráfico de drogas, os mesmos conscientizam-se de suas ações mediante a pena que será cumprida na prisão, a reflexão é carregada de sentimentos de culpa e de uma parcela significativa de suas vidas que serão dentro da prisão.

Pontuamos que a população prisional brasileira possui o menor nível de escolaridade do país, dados indicam que 53% dos presos não concluíram o Ensino Fundamental, 11% não concluíram o Ensino Médio, e 6% são analfabetos.

Um avanço no sistema penal brasileiro é o fornecimento de educação com base na lei já citada, em associação com a possibilidade de trabalho são previstos pela legislação brasileira. Entretanto somente 18% dos presos em dias atuais, têm acesso à educação e somente 23,9 dos presos têm acesso ao trabalho, tais ações em conjunto corroboram para diminuição de um dia de sua privação (Brasil, 2024).

No que refere-se ao Estado do Espírito Santo, o sistema prisional tem um total de 23.633 presos, distribuídos em 37 unidades prisionais, com um quantitativo de 3.718 alunos, distribuídos em 230 turmas, matriculados no Ensino Fundamental e Ensino Médio nas unidades prisionais do ES (Sejus, 2024).

Acerca dos conhecimentos escolares, foi observado na avaliação diagnóstica nos alunos do sistema prisional de São Mateus importante insuficiência de aprendizagem no componente curricular de Língua Portuguesa, materializada em leitura e escrita, denotando ruptura na trajetória escolar, principalmente na evasão, trazendo como consequência lacunas de aprendizagem no processo de alfabetização e letramento.

Sendo assim, buscou-se por meio de práticas pedagógicas inovadoras em Língua Portuguesa, com foco nos alunos na Educação de Jovens e Adultos no contexto prisional de São Mateus, aumentar o aprendizado dos alunos no processo de alfabetização e letramento.

Para aceleração da aprendizagem dos alunos da EJA em Leitura e Escrita, a pesquisadora promove nas rotinas de aprendizagem oficinas de leitura de obras literárias, visando melhoria das competências específicas a proposição do gênero literatura de cordel como ferramenta para o aprendizado do letramento literário.

Tomando a perspectiva teórica de Cosson (2021), sobre letramento literário, o autor defende como sendo um processo de apropriação da literatura para construção literária de sentidos e, com função humanizadora trazendo significado com a vida dos alunos, oportunizando-o de práticas sociais da leitura e escrita.

O tema gerador Literatura de cordel como aponta Alves (2008), mostra potencialidade para ampliar a capacidade dos alunos de reconhecer e compreender as diversidades sociais, políticas, econômicas e culturais na qual eles estão inseridos.

Dessa forma, o problema de pesquisa foi investigar se no processo de ensino e aprendizagem através do gênero literatura de cordel promove contribuição para apropriação do letramento literário de 30 alunos da EJA do Ensino Médio em contexto de privação de liberdade em São Mateus – ES?

Delineou-se como objetivo da pesquisa; verificar a contribuição da do gênero literatura de cordel como ferramenta para apropriação do letramento literário no processo de ensino e aprendizagem de 30 alunos da EJA do Ensino Médio numa unidade de privação de liberdade de São Mateus-Es.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Educação em contextos de privação de liberdade

Segundo Julião e Onofre (2013), a educação prisional envolve a reintegração de indivíduos à sociedade através da internalização de normas, valores e padrões que foram negligenciados ou perdidos. Esse processo é essencial para a ressocialização, que se refere especificamente à adaptação do indivíduo à vida normal após cumprir sua pena, promovida pelas instituições de controle. Ressalta-se, diante do exposto, a importância de oferecer aos apenados oportunidades de aprendizado e desenvolvimento pessoal durante o cumprimento de suas penas.

Com base nos autores acima citados no que dispõem a educação em estabelecimentos prisionais é amplamente reconhecida como uma ferramenta eficiente para promover a integração social e a aquisição de conhecimentos. Oferecendo aos detentos a oportunidade de garantir um futuro melhor após a sua liberdade. Nesse contexto, o processo de educação passará a desempenhar um papel primordial para ajudar a superar o fracasso, pois quando o recluso apresenta um comportamento adequado à vida prisional merece automaticamente ser considerado como readaptado à vida livre.

Nos apontamentos de Onofre (2007) e Maeyer (2009), a educação nas prisões não deve ser vista como uma mercadoria ou um meio de troca, mas sim como um processo que todos no ambiente prisional vivenciam, sendo importante converter a prisão num espaço de aprendizagem, não somente para transformar os reclusos em destinatários de sequências educativas, mas também para transformar o próprio espaço. Porém, o ambiente prisional é altamente vigiado e considerado perigoso, o que impede a realização de programas educativos e de ressocialização.

Lourenço Filho (2019) aponta que a educação prisional enfrenta inúmeras dificuldades, já que a educação nesse contexto não ocorre apenas em salas de aula, mas em todo o ambiente carcerário. Rangel (2009) observa que os espaços prisionais, além de diferenciados para atividades educacionais, são complexos e incorporam diversas dificuldades educacionais presentes na sociedade, como fracasso escolar, analfabetismo e exclusão social.

Nesse aspecto, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, no Brasil há 852 mil presos, destes 8% eram analfabetos, 92% não concluíram o ensino médio e, destes, 70% não finalizaram nem o Ensino Fundamental. Isso demonstra a necessidade de políticas educativas específicas para essa população. Ressalta-se, diante do exposto, que o sistema penitenciário tem mais da metade das pessoas sob custódia com baixa disparidade educacional (Brasil, 2024).

Os dados recentes apresentados pelo Conselho Nacional de Justiça fica evidente a necessidade de políticas educativas específicas dentro do sistema prisional brasileiro. A baixa escolaridade dos detentos reflete suas trajetórias de exclusão social e educacional, além de impor

barreiras para sua reintegração e ressocialização. Portanto, é essencial que políticas educativas específicas sejam implementadas, direcionadas a essa população, à luz da urgência de iniciativas que visem ampliar o acesso à educação dentro das prisões.

É preciso, contudo, compreender que a educação prisional é um direito garantido por lei. O Ministério da Educação (MEC), junto com o Estado e o Governo, desenvolve ações, programas e projetos direcionados para o analfabetismo, que muitas vezes não chegam aos sistemas prisionais. Analisando essa conjuntura, salienta-se que o decreto n.º 7.626, de 24 de novembro de 2011, do Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional (PEESP), estabelece uma série de objetivos voltados para a melhoria da educação no âmbito carcerário. Entre os principais objetivos, destacam-se:

Executar ações conjuntas e troca de informações entre órgãos estaduais e do Distrito Federal com atribuições nas áreas de educação e de execução penal;

2.1.1 Incentivar a elaboração de planos estaduais de educação para o sistema prisional, abrangendo metas e estratégias de formação educacional da população carcerária e dos profissionais envolvidos em sua implementação;

2.1.2 Contribuir para a universalização da alfabetização e para a ampliação da oferta da educação no sistema prisional;

IV - Fortalecer a integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos no sistema prisional;

V - Promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação do ensino nos estabelecimentos penais; e

VI - Viabilizar as condições para a continuidade dos estudos dos egressos do sistema prisional.

Parágrafo único: Para o alcance dos objetivos previstos neste artigo serão adotadas providências necessárias para assegurar os espaços físicos adequados às atividades educacionais, culturais e de formação profissional, e sua integração às demais atividades dos estabelecimentos penais (Brasil, 2011, p.234).

Contudo, Melo (2019) destaca que, no final de 2017 foi vetada a lei que obrigava instituições prisionais a incluírem espaços destinados à educação e saúde em suas construções e reformas, o que dificulta ainda mais a ressocialização dos presos. Compreendendo isso, o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece a educação básica como um direito fundamental e uma responsabilidade conjunta entre o Estado e a sociedade. Esse artigo sublinha a importância da educação para o desenvolvimento completo do indivíduo, preparando-o para o exercício pleno da cidadania e para sua qualificação profissional.

Tal como referido, a educação prisional é considerada parte da educação básica e possui finalidades semelhantes às do sistema educacional regular. A Lei de Diretrizes e Bases da Edu-

cação Nacional (LDB), Lei n.º 9.394/1996, estabelece os princípios e objetivos da educação, assegurando o desenvolvimento pleno do aluno, capacitando-o para o exercício da cidadania e preparando-o para o mercado de trabalho.

De acordo com Miranda et al.(2011) e Reis (2011), ainda no contexto nacional, a educação em presídios integra a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), respeitando as especificidades do ambiente prisional e promovendo a ampliação das perspectivas de futuro dos detentos, a EJA é destinada àqueles que, na idade padrão da educação básica, não puderam ou não conseguiram manter-se nas escolas. Os presos enfrentam dificuldades educacionais similares às dos alunos da EJA em liberdade, como problemas de aprendizagem e alto índice de reprovação.

Na afirmativa de Costa (2006) e Melo (2019), a implementação bem-sucedida da EJA em prisões enfrenta desafios significativos, incluindo a adaptação dos conteúdos programáticos às realidades dos detentos e a promoção de uma abordagem pedagógica inclusiva e motivadora os autores aponta que a falta de um processo seletivo específico para professores que atuam em prisões é um grande desafio, pois não há verificação se os candidatos conseguem articular reflexões sobre direitos humanos e condições prisionais, destaca-se que os docentes devem ter práticas voltadas para uma docência humana e solidária, conhecida como socioeducação.

Na perspectiva teórica de Miranda et al. (2021), assim, cabe ao Estado, através de políticas públicas educacionais adequadas, proporcionar uma educação de qualidade aos encarcerados, visando sua ressocialização e diminuindo a reincidência em atos ilegais. Visto que, promover a educação no sistema prisional pode aumentar as chances dos presos, quando reintegrados à sociedade, de viverem pacificamente e contribuir positivamente para suas comunidades.

3. LETRAMENTO LITERÁRIO E LITERATURA DE CORDEL

O termo alfabetização tem origem no termo inglês “literacy” que por sua vez chega ao português, denotando o resultado da ação de lecionar ou aprender a ler e escrever. Desse processo resulta a condição que um grupo no contexto social ou indivíduo adquire ao se apropriar da escrita (Soares, 2004).

Paulo Freire (1968), nesse contexto, foi pioneiro ao introduzir a leitura de mundo afirmando-a como essencial para a vida escolar do aluno. Nessa perspectiva, Freire vincula o conceito de alfabetização, defendendo a alfabetização como meio de conscientização e apropriação social da leitura e da escrita por parte do aluno, o que criou um novo termo para designar o que ele já antecipava há décadas.

Sob essa ótica, o aprendizado do letramento crítico, reflexivo e para leitura de mundo na proposição de Ramos et al. (2017), vai além da capacidade de ler e escrever, proporcionando

acesso à cultura, à inserção social e à participação plena na sociedade contemporânea. Em uma sociedade “grafocêntrica”, aqueles que não têm acesso à leitura e à escrita tendem a ser excluídos. O letramento, portanto, se apresenta como uma ferramenta de mudança social, garantindo ao indivíduo os meios para buscar seus direitos mais básicos. Para esses autores o estudos envolvendo letramento literário, tem demonstrado o valor de incluir esse conceito na base da orientação educacional

Na assertiva de Cosson (2021), na qual entramos em acordo, compreender o letramento literário implica ir além da leitura e escrita, permitindo ao aluno relacionar o que lê com sua própria realidade e experiências de vida. Quando isso ocorre, o trabalho com a literatura atinge um de seus principais objetivos: significar algo dentro da escola. Esse entendimento é fundamental porque o letramento literário desempenha um papel importante no processo educativo.

Nesse sentido, Cosson (2021) argumenta que a leitura literária na escola ajuda a desenvolver habilidades de leitura, não apenas criando um hábito, mas fornecendo os instrumentos necessários para conhecer e articular o mundo por meio da linguagem.

Baseando-se na visão de Cosson (2021) que vê nos textos literários a possibilidade de formação humana, permitindo aos indivíduos idealizar, sentir, viver e até mesmo transformar a sua história e a história dos outros através da literatura, a alfabetização literária é uma prática social, além de ser uma responsabilidade da escola. Ele também ressalta atividades de planejamento que visam capacitar os alunos no reconhecimento desse importante papel da literatura no ambiente escolar.

Duas abordagens para desenvolver o letramento literário na escola: a sequência básica e a sequência expandida. De forma a exemplificar o que aponta, pode-se dizer que a sequência básica, foco desse projeto, inclui etapas de motivação, introdução, leitura e interpretação, a motivação prepara os alunos para a leitura, aproximando-os do gênero ou tema abordado. A introdução apresenta o autor e a obra, podendo incluir visitas de poetas ou entrevistas. A leitura pode ser escalonada e realizada em diferentes espaços, dependendo do texto e da realidade dos alunos. Posteriormente a interpretação envolve a compreensão e discussão do texto, promovendo um diálogo entre autor, leitor e comunidade (Cosson, 2021).

Segundo Zappone (2008), o letramento literário pode ser observado em diversos espaços além da escola, incluindo novelas, séries, filmes, cinema, internet e contação de histórias populares e anedotas. Considerando essas proposições, utilizaremos a Literatura de Cordel como uma ferramenta para promover o letramento literário. Ainda nessa discussão, pode-se inferir que o termo "Cordel" origina-se do português lusitano, referindo-se ao cordão onde os folhetos eram pendurados para venda nas feiras nordestinas. Essas produções foram associadas ao material usado para expor esses textos, consolidando-se como Literatura de Cordel.

Nesse sentido, vale dizer que de acordo com documentos norteadores da educação, como as Orientações Curriculares para o Ensino Médio de 2006, a importância da literatura de cordel é ressaltada entre outras manifestações literárias a serem abordadas no ambiente escolar no processo de ensino e aprendizagem, ao problematizar a seguir:

Qual seria então o lugar do rap, da literatura de cordel, de letras de música e de tantos outros tipos de produções literárias, em verso, no ensino de literatura? Sem dúvida, muitos deles de importância mais acentuada, seja por transgredir, por denunciar, por serem significativos dentro de determinado contexto, mas isso ainda é insuficiente se eles não tiverem suporte em si mesmo, ou seja, se não revelarem qualidade estética (Brasil, 2006, p. 56-57).

Nessa perspectiva, Silva (2012) argumenta que o melhor método para ensinar literatura de cordel é por meio de aulas de literatura que incluem leituras, comparações intertextuais e observação dos aspectos comuns entre os universos erudito e popular, preservando a memória e originalidade dessas obras.

Atualmente, a literatura de cordel é escrita em diversas formas métricas, desde versos curtos até o grande alexandrino. Os autores contemporâneos se preocupam com a uniformização ortográfica, a beleza rítmica e a sonoridade das rimas, conseqüentemente, a introdução da literatura de cordel na educação prisional pode ser bastante vantajosa, pois pode proporcionar aos alunos um modo de expressão cultural e pessoal, além de promover a alfabetização literária que, por sua vez, contribui para o desenvolvimento da sociedade através destes elementos para a reintegração social (Silva, 2012).

Nos apontamentos de Miranda et al. (2011), frente a essas proposições, elucida-se que transformar o ambiente prisional em um espaço de formação humana é possível por meio de mudanças nas práticas educativas, sugere-se assim, que pesquisas subsequentes abarquem uma análise mais aprofundada nos métodos pedagógicos implementados nos contextos educacionais prisionais, em particular na EJA.

4. EDUCAÇÃO NAS PRISÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

De acordo com Reis (2011), a partir do que apresentam as pesquisas sobre a educação prisional, pode-se inferir que são relativamente recentes nesse sentido, a maioria desses estudos se concentra em menores infratores submetidos a medidas socioeducativas, abordando principalmente os resultados dessas medidas e as motivações para atos ilícitos. Além disso, a autora também menciona trabalhos em que os professores da educação prisional refletem sobre suas práticas pedagógicas.

No entanto, são poucos os estudos que abordam diretamente o processo de ensino-apren-

dizagem acerca dessa modalidade de ensino, uma lacuna que ainda persiste, até porque no curso de formação de professores, pouco se discute sobre o ensino no contexto prisional, exigindo conforme prevê a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), cursos de formação continuada para os professores que atuam nessa recente modalidade de ensino que possui um quantitativo de 3.718 mil alunos matriculados neste ano escolar de 2025.

A proposta pedagógica do Sistema Prisional da SEDU, tem alinhamento na teoria humanista da educação na perspectiva de Maslow (1962), essa tem como premissa que todos devem ter igualdade de oportunidades, uma das suas características configura-se no aluno ocupar o protagonismo da sua jornada de aprendizagem e o ensino é centrado no aluno, fomenta o pensamento crítico e a formação integral do aluno. No que refere-se a prática pedagógica é sustentada nos pilares da tendência pedagógica progressista da pedagogia freireana de Paulo Freire, sendo o processo de ensino e aprendizagem visando a educação emancipadora, libertadora, crítica e reflexiva e para tomada de conscientização dos alunos acerca da sua realidade alunos em contextos de privação de liberdade possui suas especificidades e realidades distintas, dentre elas uma educação com foco na ressocialização na sociedade, prevenir reincidência e o crime e que o aluno continue seus estudos e exerça o seu direito de plena cidadania, que possui direitos e deveres.

5. QUADRO TEÓRICO- METODOLÓGICO

5.1. Tipo e abordagem da pesquisa

A presente pesquisa ora aqui apresentada enquadra-se na abordagem da pesquisa qualitativa, sendo sendo foco neste tipo de pesquisa a busca por dados mensuráveis e, sim na construção do seu processo, bem como compreender e e descrever subjetividades de determinados fenômenos de uma dada realidade (Gil,2019).

A pesquisa enquadra-se nos objetivos da pesquisa exploratória sobre o gênero Literatura de Cordel pode ser utilizado como instrumento principal para promover o letramento literário.

Para cumprir com o objetivo geral proposto, a pesquisa enquadra-se na pesquisa-ação, sobre esse tipo de pesquisa é pertinente afirmar que:

A pesquisa-ação é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo operativo ou participativo” (Thiollent, 2011, p. 14).

A pesquisa-ação, por ser uma metodologia baseada na ação prática, permite uma abordagem participativa onde alunos e professores podem colaborar ativamente no desenvolvimento

e aplicação da metodologia. Nesse ponto, sobressaem-se os aspectos de contextos educacionais como o da EJA no sistema prisional, onde a inclusão e a participação dos sujeitos são fundamentais para o êxito das práticas pedagógicas propostas.

5.2. Local e sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada no segundo semestre letivo de 2024, numa escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio localizada no município de São Mateus - ES. Esta escola, além de atender a demanda educacional local, passou a atender a EJA da unidade prisional do município. A escola do sistema prisional atende 250 alunos no total, na modalidade de EJA, distribuídos em 12 turmas de Ensino Fundamental e 8 turmas de Ensino Médio, com aulas nos turnos matutino e vespertino.

Os sujeitos da pesquisa foram os alunos de uma turma da primeira etapa da EJA no Ensino Médio, composta por 30 alunos do gênero masculino com faixa etária entre 20 e 40 anos. O critério para escolha dessa turma foi por representar uma amostra diversificada de alunos dentro do contexto prisional. Esses alunos como muito bem ensina Freire (2021), possuem saberes trazidos de suas vivências socioculturais, sendo esses diferentes saberes prévios o ponto de partida para o ensino dos conhecimentos do currículo formal, tais experiências de vida e habilidades são observadas em desenho e outras formas de expressão artística.

A coleta de dados foi realizada por meio de diários de bordo e entrevista semiestruradas com os 30 sujeitos da pesquisa, para análise dos dados coletados, recorreu-se à metodologia qualitativa da análise do conteúdo seguindo as orientações de Bardin (2011).

Para o desenvolvimento da atividade proposta de literatura de cordel, realizou-se uma sequência didática com 10 aulas, sendo cada uma delas com a duração de 50 minutos, com atividades voltadas para leitura e escrita de diversas obras da literatura brasileira, por meio da utilização da metodologia da literatura de cordel, visando o letramento literário. A seguir descreve-se a sequência didática das atividades desenvolvidas do objeto de conhecimento proposto:

5.3. Descrição das atividades

1ª Aula No primeiro encontro, será aplicado um questionário diagnóstico para direcionar a professora pesquisadora a ter um melhor direcionamento para a leitura do cordel com os alunos. As perguntas incluem: quais tipos de livros ou textos você mais gostava de ler? Como a leitura influenciou sua vida até agora? Este momento é importante para identificar as referências de leitura dos participantes antes do envolvimento com as atividades propostas.

2ª Aula: Esta etapa corresponde à motivação. Cosson (2021) sugere que o trabalho com o texto literário na Sequência Básica comece com uma motivação para aguçar a curiosidade dos estudantes. Será realizada a acolhida dos alunos com o filme "Morte e Vida Severina". Sob essas circunstâncias, cabe frisar que, os alunos do sistema prisional têm pouco acesso a tecnologias, então o filme serve como uma forte motivação para eles, pois é uma atividade permitida dentro do sistema prisional. O filme foi escolhido por narrar a história de Severino, um retirante nordestino que migra em busca de uma vida melhor, enfrentando adversidades como a seca e a exploração. A vida de Severino reflete a realidade de muitos alunos, abordando temas de desigualdade e luta por sobrevivência. Além disso, a relação do filme com o cordel é importante, pois destaca o diálogo entre as artes: literatura e teatro.

3ª Aula: Posteriormente, no terceiro encontro, visando proporcionar um aprofundamento do tema, a turma será convidada a assistir à reportagem "Literatura de cordel" produzida pelo Globo Rural. Após a reportagem, será realizada uma discussão sobre a importância do cordel na cultura nordestina, sua história, a utilização de rimas e a técnica da xilogravura. Após a discussão, a professora pesquisadora guiará a turma na pesquisa sobre a biografia do autor Patativa do Assaré, utilizando a obra "Patativa do Assaré: uma biografia" de Carvalho (2017), com o objetivo de promover uma aproximação dos alunos com a figura do autor, e após a leitura, os alunos apresentarão suas impressões sobre a vida e obra do autor através de uma atividade escrita.

4ª Aula: Nesta etapa, os alunos serão introduzidos ao estudo das características do gênero textual cordel, sua função social, composição estrutural e marcas linguísticas. A leitura do cordel "A Triste Partida" de Patativa do Assaré será realizada em uma roda de leitura, seguida de uma discussão sobre a temática abordada.

5ª Aula: Na sequência, a música "A Triste Partida", interpretada por Luiz Gonzaga, será levada para a sala de aula a fim de discutir a intertextualidade que será explorada entre o cordel e a música, destacando como os diferentes gêneros dialogam e complementam-se. Ao final, os alunos realizarão uma atividade de interpretação para demonstrar as semelhanças entre os gêneros, utilizando trechos da música.

6ª Aula: No sexto encontro, chamado de interpretação, conforme Cosson (2021), que explica a importância da interpretação no processo de construção do sentido do texto através do diálogo entre autor, leitor e comunidade, será realizada uma oficina para a produção de um cordel individual pelos alunos, inspirado em suas próprias histórias de vida. Este cordel será ilustrado com xilogravuras produzidas pelos alunos.

7ª e 8ª Aula: Apresentação dos cordéis produzidos pelos alunos em uma exposição intitulada "Vozes do Cordel: Narrativas de Vida e Esperança". Esta exposição terá o intuito de demonstrar o trabalho dos alunos para professores e outros alunos da unidade prisional, des-

tacando a importância do processo de letramento literário e a expressão de suas próprias histórias através do cordel.

9ª e 10ª Aula : Socialização dos trabalhos individuais produzidos e, dos novos conhecimentos adquiridos acerca da Literatura de Cordel.

5.4. Resultados e Discussão

Os resultados indicaram interesse dos alunos no processo de ensino e aprendizagem sobre literatura de cordel como ferramenta para o desenvolvimento do letramento literário dos alunos, na explicação de Freire (1968), as obras propostas para leitura e escrita além de promover melhoria na alfabetização e letramento, provoca nos alunos narrativas individuais de suas próprias vidas de sujeitos historicamente marginalizados e da classe oprimida, entretanto foi relato pelos 30 alunos que a obra *Vozes do Cordel: Narrativas de Vida e Esperança*, contribui para tomada de conscientização de si sobre suas vidas, afirmando a importância da obra para reflexão acerca do esperar que significa se levantar, ir atrás de uma nova vida no processo de ressocialização e nunca desistir.

Verificou-se que na atividade propostas denominada xilogravuras na qual seria acerca de suas próprias histórias de vida os 26 alunos negros da turma afirmaram que sofreram violência extrema e com armas da ação policial e, relataram que muitas das vezes sem direito a argumentação, as gravuras mostraram eles em posição de busca e apreensão de drogas, em inúmeras vezes com armas apontadas na cabeça. Nota-se que as gravuras retrata que a criminalização no Brasil tem cunho racial, para dar sustentação as vozes dos alunos recorremos aos aportes teóricos de Freire (1968) e Fanon (2008), às xilogravuras com as histórias de vida de cada um dos 26 alunos negros sinalizam que os sujeitos pretos, pobres e periféricos conforme eles se autodescreveram são oprimidos numa sociedade brasileira de classe e o segundo autor, um dos mais renomados pensadores negros da história, afirma a violência sofrida pelos negros desde o processo de escravização e colonização e na escola o racismo estrutural perpassa a vida dos alunos negro, a pele negra no sistema carcerário do Brasil corresponde 69,1%. Na explicação de Cosson (2021), a proposta pedagógica da literatura de cordel corrobora conforme observa-se nas narrativas dos alunos negros para o desenvolvimento do letramento literário.

Um dos resultados expressivos e recorrentes foi que a atividade do filme *Morte e Vida Severina*, na afirmativa deles, fizeram-os lembrar de suas infâncias, que eles já nem lembravam mais devido ao longo tempo de prisão, e puderam revisitar em suas memórias toda trajetória de sua vida, para Maslow (1962), a teoria humanista tem centralidade no aluno e suas necessidades, sua singularidade e que ele é o ator principal na responsabilidade sobre suas ações.

6. CONCLUSÃO

O artigo debrouçou-se em tratar acerca da Educação de Jovens e Adultos em contexto de privação de liberdade, pautamos nos avançados marcos legais e constitucionais que atestam que todos têm direito à educação, englobando assim os sujeitos presos.

No Brasil a Constituição de 1988, em seu artigo 205, explicita a educação como direito de todos cidadãos e dever do Estado e da família, assegurando assim o princípio da equidade. Também discorremos no texto sendo a educação um dos principais Direitos Humanos do homem, primordial para sua formação humana global.

No que refere-se aos sujeitos em privação de liberdade, a lei nº 7.210 de 1984, tornou-se um marco ao assegurar sendo um dos seus direitos em associação com a instrução profissional, visando a sua ressocialização e objetivando por meio da educação prevenir o crime e a reincidência que no Brasil ainda é uma realidade.

O artigo está focalizado em promover uma educação pautada na perspectiva humanista e na pedagogia freireana, para tal qual, buscou-se a metodologia da literatura de cordel como ferramenta para o aprendizado dos alunos do letramento literário como meio para os alunos revisitarem suas histórias de vida na perspectiva da reflexão e conscientização, colocando-os como protagonistas no processo de ensino e aprendizagem materializado por meio de leituras e escritas de obras, e da produção textual individual de cordel, visando a confecção de um portfólio de suas narrativas.

Sublinhamos que o objetivo da pesquisa foi alcançado através dos textos produzidos mostram a contribuição da literatura de cordel para o desenvolvimento do letramento literário. Destacamos que o problema de pesquisa teve resolução porque nos textos produzidos pelos alunos nas atividades propostas.

Aponta-se como contribuição desta presente pesquisa, corroborar para leitura e estudo de professores exercem a docência no sistema prisional de educação na área de Língua Portuguesa.

Finalizamos, ressaltando os esforços da SEDU, para garantir uma educação de qualidade nas 37 unidades do sistema prisional, com cursos de formação continuada para os professores.

Ainda concluímos, sendo a literatura de cordel excelente ferramenta pedagógica para aumentar o aprendizado de leitura e escrita dos alunos, porque esses em sua maioria como é citado no corpus da pesquisa não concluíram os anos iniciais do Ensino Fundamental e uma parcela significativa são analfabetos, sendo assim a literatura de cordel além de promover apropriação da alfabetização e letramento, promoveu aos alunos visitar em suas memórias suas histórias de vida e, pela educação ancorada na pedagogia freireana contribui para o processo de ressocialização na sociedade para sua inclusão numa perspectiva libertadora, emancipadora, reflexiva e conscientizadora.

REFERÊNCIAS

- Alves, Roberta M. Literatura de cordel: Por que e para que trabalhar em sala. In: Revista Fórum Identidades, Sergipe, vol. 4, ano 2, p. 103-109, 2008.
- Bardin L. Análise do conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- Brasil. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens Código e suas Tecnologias. Brasília, 2006..
- Brasil. Ministério da Segurança Pública. Brasília, 2024.
- Brasil. Anuário Brasileiro da Segurança Pública. Brasília, 2024.
- Brasil. Lei de Execução Penal - Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Brasília: Ministério da Justiça, 1984.
- Brasil. Decreto n. 7.626, de 24 de novembro de 2011.
- Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/1996. Brasília: Diário Oficial da União. 1996.
- Cosson, R. O que é Letramento Literário. 2021. Glossário - Disponível em:
<<https://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/letramento-literario>> Acesso em: 11 ago. 2024
- Costa, A. C. G. Socioeducação: Estrutura e Funcionamento da Comunidade Educativa. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.
- Fanon, F. Os condenados da terra. São Paulo: Zahar, 1968.
- Freire, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo. Paz & Terra, 1968.
- Freire, P. Pedagogia da Autonomia. 51.ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.
- Galvão, Ana Maria de O. Cordel: leitores e ouvintes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- Gil, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2019.
- Julião, E. F.; Onofre, E. M. C. Apresentação: educação em prisões. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 21-39, jan./mar. 2013.
- Lourenço Filho, S. Educação Prisional. Canal Futura, Youtube, 18 jan. 2019.

Maeyer,M. “Prólogo”. In: RANGEL, Hugo. (Coord.). Mapa Regional latinoamericano sobre educación en prisiones. Notas para el análisis de la situación y la problemática regional. Centre International d'études pédagogiques (CIEP), 2009.

Melo, V. M. Educação Prisional. Canal Futura, Youtube, 18 jan. 2019.

Miranda, K. A. D. S. N., et al. Uma análise sobre a educação no sistema prisional de Cáceres-MT. Revista Teoria e Cultura.v.16,n.2,p.1-13,2021.

Moslow,A. Introdução a psicologia do ser. Rio de Janeiro: Eldorado, 1962.

Onofre, E. M. C., ed. A educação escolar entre as grades. São Carlos: EdUFSCar, 2007, 160 p.

Onofre, E. M.; Julião, E. F. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. Revista Educação & Realidade, v. 38, n. 1, p. 51-69, 2013. .

Onu. Organização das Nações Unidas. New York, 2015.

Onu.Organização das Nações Unidas. New York, 1990.

Reis, V. S. O. Fazer e o (não) Saber de uma Professora de Inglês em um Centro de Reabilitação. In: CORACINI, M. J.; MORENO, C. (Orgs.) Nas Malhas do Discurso: Memória, Imaginário Subjetividade. Formação de Professores (Língua Materna e Estrangeira) Leitura e Escrita. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

Sejus. Secretaria de Sgurança Pública. Espírito Santo, 2024.

Sedu. Secretaria de Educação do Espírito Santo.2025.

Silva, Josivaldo Custódio. A Literatura de Cordel no livro didático do ensino médio. In. BELO. Roberto (Org). Literatura de Cordel: a cultura popular em movimento – Recife: Ed. Coqueiro. 2012.

Soares, M. Letramento um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Thiollent,M. Metodologia da pesquisa-ação{Livro eletrônico}. São Paulo: Cortez, 2022.

Zappone, M. H. Y. Modelos de letramento literário e ensino da literatura: problemas e perspectivas. Rev. Teoria e Prática da Educação, v.11, n.1, p. 49- 60, jan./abr. 2008.

O USO DO GEOGEBRA COMO ALTERNATIVA DIDÁTICO PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DE GEOMETRIA PLANA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

THE USE OF GEOGEBRA AS A DIDACTIC AND PEDAGOGICAL ALTERNATIVE FOR TEACHING PLANE GEOMETRY IN BASIC EDUCATION

DOI: 10.29xxxxxx.1-1

Erlaine Rodrigues Brandão¹
Jocitiel Dias da Silva²

1 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Professor Orientador do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

O uso de novas tecnologias no ambiente escolar é algo que está em voga. E tal constatação serve de base para que se busque alternativas no lidar com este assunto de maneira assertiva. Assim, é propósito do presente trabalho foi explorar o uso do GeoGebra como alternativa didática pedagógica para o ensino de geometria plana na Educação Básica a partir da análise de como o GeoGebra contribui para o ensino matemático, mediante o entendimento descritivo de suas soluções didático-pedagógica para o ensino de geometria plana na Educação Básica. O estudo mostrou que a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo está comprometida com a integração de tecnologias móveis no ensino, principalmente em Matemática, com o Geogebra sendo amplamente utilizado por professores. A maioria dos professores relatou satisfação com o uso de software educativo como estratégia de ampliar a compreensão dos alunos e estimular o interesse. Apesar disso, desafios, como infraestrutura e treinamento, precisaram ser superados. Todos os professores que usaram o Geogebra consideraram-no satisfatório, com altas expectativas de melhoria na interatividade e aprendizado. Estudantes de diferentes níveis expressaram entusiasmo com o Geogebra, vendo-o como uma ferramenta valiosa para tornar o ensino de geometria mais envolvente e eficaz. Ambos os grupos de estudantes do ensino fundamental e médio reconheceram o valor da tecnologia na educação, destacando a importância crescente dela no ensino. Por fim, conclui-se que tanto professores quanto estudantes tiveram atitudes positivas em relação ao uso do GeoGebra, reconhecendo seu potencial para melhorar o ensino e aprendizado de geometria.

Palavras-chave: Software educacional. Tecnologia da Informação e Comunicação. GeoGebra. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

The use of new technologies in the school environment is something that is in vogue. And this observation serves as a basis for seeking alternatives to deal with this subject in an assertive manner. Thus, the purpose of this study was to explore the use of GeoGebra as a didactic-pedagogical alternative for teaching plane geometry in Basic Education based on the analysis of how GeoGebra contributes to mathematical teaching, through the descriptive understanding of its didactic-pedagogical solutions for teaching plane geometry in Basic Education. The study showed that the Education Department of the State of Espírito Santo is committed to the integration of mobile technologies in teaching, especially in Mathematics, with Geogebra being widely used by teachers. Most teachers reported satisfaction with the use of educational software as a strategy to expand students' understanding and stimulate interest. Despite this, challenges, such as infrastructure and training, needed to be overcome. All teachers who used Geogebra considered it satisfactory, with high expectations of improvement in interactivity and learning. Students at different levels expressed enthusiasm for Geogebra, seeing it as a valuable tool for making geometry teaching more engaging and effective. Both groups of elementary and high school students recognized the value of technology in education, highlighting its growing importance in teaching. Finally, it was concluded that both teachers and students had positive attitudes towards the use of GeoGebra, recognizing its potential to improve geometry teaching and learning.

Keywords: Educational software. Information and communication technology. GeoGebra. Teaching and learning.

1. INTRODUÇÃO

Dentro do contexto educacional que se apresenta na atualidade, faz-se necessário – e urgente – uma mais profunda compreensão das particularidades que permeiam as principais implicações associadas ao uso de novas tecnologias no ambiente escolar tradicional. E tal constatação serve de base para que se busque alternativas no lidar com este assunto de maneira assertiva (PERINI, 2018).

Nos últimos anos, vivenciou-se intensa revolução tecnológica, com a criação de novos métodos e abordagens, os quais conduzem à execução de inúmeras atividades que, por sua vez, ocorrem de maneiras distintas. Isto, no momento, se sucede de tal modo, que os resultados que são registrados mostram-se muito interessantes, nos mais variados empreendimentos da sociedade (ALMEIDA; FRANCO, 2014).

O espaço educativo também é invadido pelas mudanças e aperfeiçoamento dos seus métodos de trabalho, implicando, assim, em adaptações e evolução dos modos de aprender e ensinar os mais diversos saberes. As maneiras tidas como tradicionais, utilizadas por tanto tempo, podem dar espaço e conviverem com novas propostas e novos desafios. Há oportunidade, portanto, para a construção de uma prática didático pedagógica diferenciada (ALMEIDA, 2017).

A aplicação de novas tecnologias como metodologia didático-pedagógica no ambiente escolar possibilita a manutenção da qualidade geral do ensino na área da Matemática. Quando os professores tomam consciência desta possibilidade, podem melhor trabalhar os desafios postos à sua frente, os quais inviabilizam o uso de práticas inovadoras no espaço matemático.

Considerando isso, será preciso entender, também, até que ponto os professores estão procurando superar os obstáculos e proporcionar aos seus alunos uma metodologia didática diferenciada, a partir da utilização do GeoGebra, como instrumentação de ensino, sendo que este se apresenta como um software de matemática dinâmica, com a interação da geometria, da álgebra e do cálculo (BRETAS, 2020).

Tomando como base as premissas postas, apresenta-se o seguinte problema de pesquisa: perante o potencial lúdico de suas funções, até que ponto o uso do GeoGebra como alternativa didático-pedagógica para o ensino de geometria plana na Educação Básica pode contribuir para o ensino da matemática?

Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho é pesquisar como o GeoGebra contribui para o ensino da matemática com foco nas suas soluções didático-pedagógicas para o ensino de geometria plana no segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio.

Para tanto, foram definidos os objetivos específicos para verificar se os professores fazem uso de novas tecnologias para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem da Matemática no âmbito da Educação Básica; investigar as práticas de ensino utilizadas no espaço pesquisado, com a intenção de descobrir como se comportam os alunos ao lidarem com o GeoGebra no estudo de geometria plana; relatar a disponibilidade dos professores em entender e utilizar o GeoGebra como ferramenta pedagógica; elaborar um Guia Didático como Produto Final, que contemple as orientações acerca da aplicação do programa GeoGebra no estudo de conteúdos de geometria plana.

2. METODOLOGIA

Levando-se em consideração que a metodologia consiste em descrever o trajeto a ser explorado pela pesquisa, a fim de alcançar os objetivos traçados, este capítulo trata exatamente do assunto, com o devido delineamento das etapas do trabalho.

2.1. Visão geral da pesquisa

Na concepção de Gil (2010, p. 16), o item metodologia se apresenta como “[...] o caminho percorrido pelo pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade [...] conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”. Seguindo por este viés, confirma-se que a metodologia tem papel crucial na pesquisa aqui proposta, que deseja investigar o empreendedorismo, a partir de suas práticas, conhecimentos e saberes, no contexto das escolas e do espaço pesquisado no município de Muqui, Estado do Espírito Santo. A fim de procurar alcançar os objetivos propostos, foi escolhido trabalhar a partir de uma abordagem quali-quantitativa, associando os recursos por esta proporcionados.

Deste modo, para a realização e concretização desta pesquisa, levantou-se discussão teórica, fazendo uso de fontes secundárias. De acordo com Gil (2010), se faz necessário selecionar as fontes e seu grau de cientificidade, a fim de passar segurança nas argumentações. Tais fontes foram as bases literárias, constantes em artigos, dissertações, livros e periódicos de acesso livre. Após selecionados, foram analisados e vastamente citados no trabalho, corroborando as outras ações da investigação.

Trata-se de um estudo de caso, que, de acordo com Gil (2010), caracteriza-se por uma experiência investigativa acerca de assunto específico, posto em determinado espaço e realidade, com a necessidade de planejamento, estruturação de técnicas, utilização de instrumentos e a análise dos dados coletados. É importante ressaltar, ainda, que o estudo de caso se mostra um tipo de pesquisa muito usado na área das Ciências Sociais.

Sendo, então, um estudo de caso, o pesquisador foi a campo para explorar o tema, corroborada pelo fato de que no tipo investigação exploratória, a pesquisa visa formular um problema, “[...] com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarear conceitos” (GIL, 2010, p. 85). Portanto, de conformidade com as conceituações aqui postas, delineia-se o presente estudo, com a sua viabilidade.

2.2. Detalhamento das etapas

Confirmando que a intenção foi investigar o uso do GeoGebra como alternativa didático-pedagógica para o ensino de geometria plana na Educação Básica como contribuição para o ensino matemático de melhor qualidade. Este processo metodológico atende a etapas, a partir das demandas constantes nas ações estabelecidas para uma pesquisa o mais precisa possível, adentrando o espaço das escolas do município universo da pesquisa a fim de buscar os dados necessários à consolidação do trabalho de investigação.

Deste modo, para realizar a coleta de dados tomou-se como instrumento de pesquisa um questionário semiestruturado para ser respondido por professores e outro por alunos das escolas de Muqui, com especificidade para o 7º Ano do Ensino Fundamental e 1º Ano do Ensino Médio.

Com os dados coletados, foram feitas, de modo comparativo, a análise dos mesmos, a fim de comparar com a hipótese levantada, corroborando ou negando a mesma.

Seguindo o desenvolvimento das ações constantes nesta pesquisa, estruturou-se o Produto Final, exigência do Mestrado Profissional, que consiste em um manual de orientação para a utilização do programa GeoGebra para a Educação Básica, em linguagem simplificada e acessível ao público estudantil. Este produto encontra-se em anexo.

2.3. Sujeitos e locus da pesquisa

Tomou-se como espaço a ser investigado a Escola Estadual Ensino Fundamental e Médio Marcondes de Souza, localizada no município de Muqui-ES. O motivo da escolha deste universo foi por ser ele o ambiente de trânsito e trabalho do autor da pesquisa, com o acesso às informações necessárias para a aquisição de dados.

O modelo de amostra utilizada tem a sua intencionalidade, pois, à luz do que destacam Marconi e Lakatos (2007), a amostra intencional se faz presente quando o pesquisador tem interesse nos dados de elementos específicos da população. Neste viés, importa que o pesquisador se desvia da “massa” de uma determinada população e se lança àqueles que entende como adequados, a partir de um contexto particular.

O número médio de alunos investigados foi de 102 estudantes do Ensino Fundamental II (EF II) e Médio (EM) da Escola Estadual Ensino Fundamental e Médio Marcondes de Souza. Já o número de docentes consultados foram 12 (doze) professores de matemática que trabalham em escolas estaduais e municipais no município de Muqui-ES e representam os professores de matemática lotados na instituição de campo. Apenas 2 professores não responderam o questionário.

O município de Muqui é uma cidade capixaba, que apresenta os seguintes dados: Área Territorial: 327,268km²; População estimada: 15.602 pessoas (dados de 2021); Densidade demográfica: 3,96hab/km² (dados de 2010); Escolarização 6 a 14 anos: 97,7% (dados de 2010); IDHM Índice de desenvolvimento humano municipal: 0,694 (dados de 2010); Mortalidade infantil: 7,04 óbitos por mil nascidos vivos (dados de 2020); PIB per capita? 13.130,06R\$ (dados de 2010); IDEB – Anos iniciais do Ensino Fundamental I (Rede pública) (dados de 2019): 5,7; DEB – Anos finais do Ensino Fundamental II (Rede pública) (dados de 2019): 4,6; Matrículas no Ensino Fundamental: (dados de 2021)? 1.757 matrículas; Matrículas no Ensino Médio (dados de 2021): 377 matrículas; Docentes no Ensino Fundamental (dados de 2021):124 docentes; Docentes no ensino médio (dados de 2021): 41 docentes; Número de estabelecimentos de Ensino Fundamental (dados de 2021): 9 escolas; Número de estabelecimentos de ensino médio (dados de 2021): 2 escolas. O município tem em média 13 de professores de matemática no Ensino Fundamental e Médio (Efetivos e temporários). Num total de 6 escolas de Ensino Fundamental e Médio.

2.4. Coleta dos dados

A coleta de dados da investigação ocorreu a partir da utilização de instrumento de pesquisa, como questionários semiestruturados, com perguntas abertas e fechadas. Os mesmos foram respondidos por escrito por professores e por alunos das salas selecionadas e abordaram pontos importantes referentes à prática cotidiana de instrumento pedagógico de tecnologia virtual diretamente nas aulas de Matemática (o GeoGebra) na perspectiva de uma aprendizagem mais significativa por parte dos alunos

De posse dos dados coletados, foi feita a sua análise, a partir dos conteúdos teóricos que alicerçam a pesquisa. Com a tabulação dos dados, comparando o posicionamento dos respondentes com as bases conceituais, foi estruturada a discussão acerca dos resultados obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa (questionários).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste segmento, iremos expor os desfechos e reflexões alcançados ao longo do estudo. Começaremos por detalhar o processo de desenvolvimento em uma sequência, seguido pelos resultados e as discussões decorrentes.

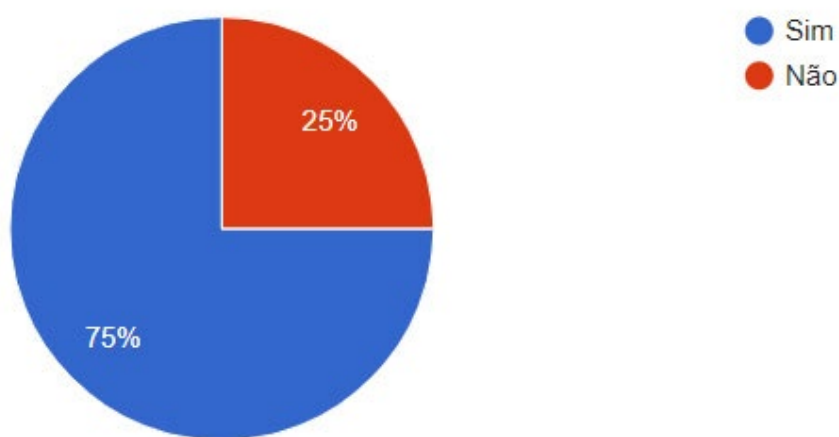
O objetivo geral deste trabalho foi compreender como o GeoGebra contribui para o ensino de geometria plana no segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio. Para tanto, elencou-se alguns objetivos específicos que foram explorados nas seções seguintes.

3.1 Pesquisa com professores

Para alcançar o primeiro objetivo específico de verificar se os professores fazem uso de novas tecnologias de ensino de Matemática no âmbito da Educação Básica. Neste sentido, foi aplicado um questionário (Apêndice A) conforme descrito na seção 3.4. As perguntas do questionário abordaram o incentivo ao uso de tecnologias, o efetivo uso, o tipo de tecnologia utilizada e os resultados obtidos.

A pergunta 1 buscou rastrear a participação da SEDU em ações de incentivo ao uso da tecnologia móvel como instrumento pedagógico. A Figura 1 apresenta o resultado das respostas dos 12 professores inquiridos, e representa que a SEDU tem de alguma forma se comprometido em seguir as diretrizes federais previstas na BNCC e as sugestões da UNESCO para inserção de tecnologias móveis no processo de ensino-aprendizagem.

Figura 1: Respostas sobre o incentivo ao uso de celulares em sala de aula



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

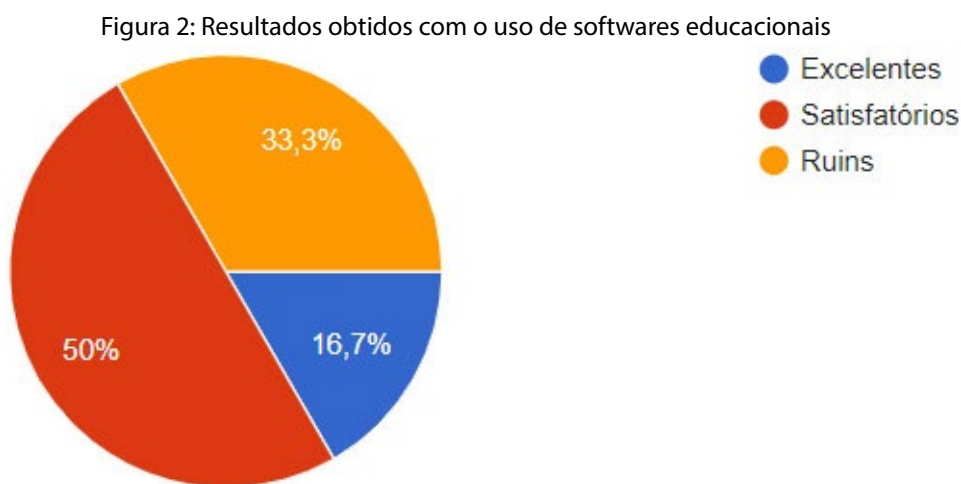
A pergunta 2 está associada à anterior, pois muitas instituições públicas de ensino sofrem com escassez de recursos digitais e o celular pode ser uma boa alternativa para viabilizar o uso de ferramentas como os softwares educacionais. Neste sentido, a questão 2 rastreou a efetiva utilização destes instrumentos em aulas. O resultado obtido foi que metade dos professores, ou seja, seis profissionais utilizam aplicativos ou programas de computadores para incrementar suas aulas.

Destes os aplicativos Geogebra foi o mais citado (4 vezes), seguido do Kahoot listado por 3 professores. Foram lembrados ainda o Wordwall, o Quizz e o Khan Academy. Além disso, algumas citações como “Além do celular, gosto de usar o notebook e incentivar pesquisas, data-

-show e outros” e “Kahoot, wordwall, uso como revisão de conteúdos, pois o jogo ajuda melhorar no conhecimento e no raciocínio lógico.” exemplificam alguns dos motivos pelos quais os professores consideraram importante o uso de tecnologias de suporte às aulas e com que objetivos podem ser aplicadas.

Sobre as razões de não aplicarem as ferramentas destacadas em sua prática docente, três professores confirmaram que não o fazem por falta de infraestrutura tanto no que se refere a equipamentos quanto ao acesso internet; dois alegaram não terem treinamento apropriado e terem dificuldades de usar e aplicar as ferramentas; e um ainda não tinha experienciado. Estes dados corroboram os desafios verificados por Perini (2018).

A pergunta 3 visava identificar em que nível, uma vez utilizadas, os softwares educacionais estavam produzindo resultados com os estudantes. Foram estabelecidos 3 níveis e os dados estão dispostos na Figura 2.



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Os resultados demonstram que os professores em sua maioria estão satisfeitos com a aplicação de softwares educativos. Além disso, alguns comentários corroboram aspectos ressaltados pela literatura e por documentos governamentais:

(1) “É interessante, mas a escola tem que proporcionar meios para funcionar a tecnologia dentro de sala.” – **Remete a questão da responsabilidade de disponibilizar a ferramenta;**

(2) “A utilização de softwares educacionais possibilitaria o aluno ampliar sua visão um tópico”; “Com o uso da tecnologia em sala de aula, os alunos tiram dúvidas em relação aos conteúdos e também em relação a utilização da Internet”; “A utilização do kahoot e do Quiizz em geral é feita para reforçar ou complementar o aprendizado através de perguntas sobre o conteúdo. Em relação ao Geogebra, é satisfatório para o aluno verificar o comportamento dos gráficos dos diferentes tipos de funções estudadas em matemática.” – **Destaca objetivos e possibilidades da aplicação.**

(3) “Mesmo com recurso tem alguns alunos que não tem interesse em aprender.”; *Nem sempre os alunos estão dispostos aprender, acaba se distraindo.* – **Destaca sobre as dificuldades do dia-a-dia de sala de aula.**

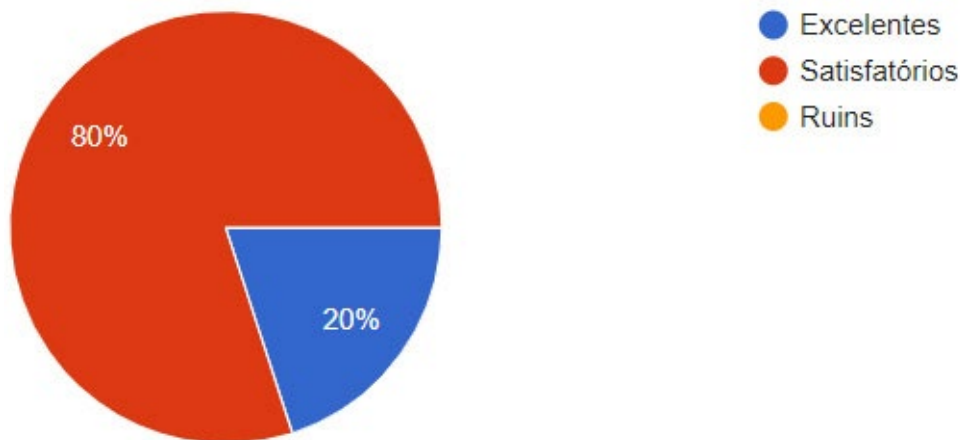
(4) “Os estudantes se sentem desafiados a resolver as atividades”; “Torna o aprendizado atrativo – **Realça para o caráter instigante da ferramenta.**

(5) “Todas as propostas na sala de aula com jogos é um sucesso, pois os alunos se interagem melhor e se sente desafiados, despertando um interesse no conteúdo.” – **Expõe a confiança na melhoria do desempenho dos estudantes.**

(6) “Não temos como utilizar”, “Acredito apenas que possa ser satisfatório, pois ainda não tive esta experiência.”; “Tenho dificuldades com tecnologia – **Ressalta alguns motivos dos professores para não utilização.**

As seis perguntas posteriores se concentraram na relação dos professores com o software Geogebra. A pergunta 4 revelou que apenas um dos professores não conhecia o Geogebra. Enquanto que a pergunta 5, demonstrou que quase 59% dos professores já utilizara o aplicativo em sala de aula. A pergunta 6 só foi respondida por 5 professores que efetivamente utilizaram o software e 100% deles considerou satisfatório (80%) ou excelente (20%) ilustrado na Figura 3.

Figura 3: Resultados observados em seus alunos, com a utilização do software educacional Geogebra



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A pergunta 7 foi específica para os professores que nunca havia aplicado e questionou se estariam dispostos a aplicar este software para estudar a Geometria Plana com seus alunos. O resultado unânime demonstra a confiança dos professores na ferramenta e seu compromisso em aplicá-las em sala de aula. E a unanimidade das repostas positivas na pergunta 8 corrobora a ideia de que todos os professores investigados entendem a relevância do Geogebra para a auxiliar a prática pedagógica.

A pergunta 9 gerou muitas respostas interessantes sobre as expectativas para a proposta de uso do software educacional Geogebra como auxiliar de aprendizagem de Geometria Plana. Os comentários estão listados abaixo:

- I. *“Além de aguçar a curiosidade dos educandos, será mais fácil no entendimento do conteúdo aplicado”*
- II. *“Que seja um sucesso, e que tenha praticidade na resolução das atividades, facilitando na compreensão do conceito que está sendo trabalhado, estimulando a criatividade dos nossos alunos.”*
- III. *“Aumentar o interesse dos alunos pelo conteúdo.”*
- IV. *“Complementar o aprendizado dentro de sala de aula e utilizar tecnologias educacionais para auxiliar o ensino de matemática.”*
- V. *“Acredito que seja de fundamental importância a utilização desta como demais ferramentas tecnológicas para o ensino da matemática.”*
- VI. *“Muitas expectativas, a tecnologia está cada dia mais a nosso favor, basta saber utilizar com nossos alunos durante as aulas, acaba chamando mais atenção do aluno, deixando de ser uma disciplina “chata”.”*
- VII. *“Aprender a utilizar em sua plenitude”*
- VIII. *“Avançar na aprendizagem, dinamizar o ensino aprendizagem e aprofundar conhecimento.”*
- IX. *“Acredito seja boa para os alunos apresentam dificuldades”*
- X. *“São muitas boas, devido o software geogebra ser capaz de construir e elaborar figuras planas, calcular áreas e entre outros. O ensino pode ser mais dinâmico.”*
- XI. *“São ótimas, mas preciso aprender a utilizar o geogebra.”*
- XII. *“Acredito que ao se trabalhar com alguma tecnologia o intuito é obter dinamismo no aprendizado e despertar mais interesse do aluno.”*

A análise dos dados obtidos do questionário aplicado aos professores demonstrou que a utilização de tecnologias digitais, como o Geogebra, no ensino de geometria plana tem se mostrado uma abordagem promissora, com o potencial de melhorar a compreensão e o interesse dos alunos.

O estudo revelou que a Secretaria de Educação (SEDU) está comprometida com a inserção de tecnologias móveis no processo de ensino-aprendizagem. Essa atitude demonstra o reconhecimento da importância das tecnologias digitais no ensino. O incentivo ao uso de dispositivos móveis, como celulares, reflete a ideia de que as tecnologias podem ser aliadas na educação, especialmente em disciplinas como a Matemática, onde a visualização e a interatividade são essenciais.

A pesquisa mostrou ainda que metade dos professores utiliza aplicativos ou programas de computador em suas aulas, e o Geogebra foi o mais citado. Isso ressalta a importância das ferramentas digitais na preparação e entrega de aulas, especialmente em disciplinas que envolvem conceitos abstratos, como a geometria.

O Geogebra é um software que combina álgebra e geometria de maneira interativa e se mostrou capaz de tornar o aprendizado de geometria plana mais acessível e atraente para os alunos. Os resultados indicam que a maioria dos professores está satisfeita com a aplicação de softwares educativos. Isso sugere que o uso de tecnologias digitais está contribuindo positivamente para o processo de ensino-aprendizagem.

Alguns comentários dos professores destacam a possibilidade de ampliação da visão dos alunos sobre os tópicos, a resolução de dúvidas e o estímulo ao interesse dos alunos pelo conteúdo. Essas observações corroboram a literatura que enfatiza os benefícios do uso de tecnologias no ensino, como a melhoria do desempenho dos alunos e a promoção da interação e do interesse.

A pesquisa se concentrou na relação dos professores com o software Geogebra, o mais conhecido e mais utilizado em suas aulas. Além disso, todos os professores que utilizaram o software consideraram-no satisfatório ou excelente. Esses resultados mostram que o Geogebra é uma ferramenta bem recebida pelos professores e pode ser eficaz no ensino de geometria plana e as expectativas dos professores em relação ao seu uso são amplas e positivas.

Eles esperam que o Geogebra estimule o interesse dos alunos, facilite a compreensão dos conceitos, aumente a interatividade e a dinâmica nas aulas, e ajude os alunos a superar desafios. Essas expectativas destacam o potencial do Geogebra como uma ferramenta de ensino que não apenas melhora o entendimento dos conceitos, mas também torna o processo de aprendizado mais envolvente.

Em resumo, o estudo e as opiniões dos professores destacam a importância das tecnologias digitais, especialmente do Geogebra, no ensino de geometria plana. Essa ferramenta oferece recursos interativos que parecem tornar o aprendizado mais dinâmico e eficaz, estimulando o interesse dos alunos e auxiliando os professores na entrega de conteúdo. No entanto, é importante superar desafios, como a infraestrutura e o treinamento, para garantir que todas as escolas e professores possam aproveitar essas oportunidades de ensino aprimorado.

3.2. Pesquisa com os estudantes

Outro objetivo específico deste estudo era investigar as práticas de ensino utilizadas no espaço pesquisado, com a intenção de descobrir como se comportam os alunos ao lidarem com o GeoGebra no estudo de geometria plana. Neste sentido, foram realizadas atividades práticas com o Geogebra e depois aplicado um questionário aos alunos.

Durante o percurso do trabalho de campo, foram desenvolvidas atividades utilizando o GeoGebra com 44 (quarenta e quatro) estudantes do Ensino Fundamental II (EF II) e 58 (cinquenta e oito) do Ensino Médio (EM) da Escola Estadual Ensino Fundamental e Médio

Marcondes de Souza. Os alunos do ensino médio utilizaram a sala de aula com os Chromebooks cedidos pela Secretaria de Educação do Estado Espírito Santo e alguns utilizaram os próprios celulares. Os estudantes do ensino fundamental II praticaram com os recursos do laboratório de informática.

As atividades propostas foram compatíveis com os dois níveis de escolaridade explorados e sua elaboração foi realizada em consonância com o planejamento de aula dos professores de matemática responsáveis pelas turmas que participaram com sugestões que foram consideradas na construção das atividades.

A pesquisa foi desenvolvida com uma abordagem quali-quantitativa uma vez que o questionário de 5 perguntas contendo perguntas fechadas e abertas permitiu a construção de tabelas e representações gráficas que permitiram propor inferências quantitativas e respostas livres que tornou possível capturar impressões mais subjetivas dos estudantes.

O questionário foi aplicado aos alunos após a participação de uma atividade prática de geometria plana utilizando o GeoGebra. O questionário se iniciou inquirindo sobre nome e nível de escolaridade dos estudantes. O que permitiu uma avaliação geral e por nível de escolaridade.

As perguntas de 1 a 3 tinham o intuito de investigar a extensão do conhecimento dos estudantes sobre softwares educacionais e sua aplicação como ferramentas educativas em sala de aula.

A pergunta (1) buscou investigar o conhecimento dos estudantes sobre softwares educacionais. Entre o grupo do ensino fundamental II, apenas 27,3% dos estudantes afirmaram ter conhecimento deste tipo de ferramenta. Este número sobe para 36,2% entre os alunos do ensino médio e revela que a maioria dos alunos desconhece uma classe importante de ferramentas digitais que possuem grande potencial de auxiliar seu aprendizado em sala de aula e seus estudos individuais.

A pergunta (2) questionou sobre a participação de aulas com softwares educacionais. No Ensino Fundamental II (EF II), apenas 15,9% dos estudantes já haviam utilizado das ferramentas digitais destacadas em uma aula. No Ensino Médio (EM) um montante um pouco maior de 24,1% respondeu positivamente. A pergunta (3) era específica sobre o GeoGebra, a partir dela verificou-se que apenas 9,1% dos estudantes do EF II e 12,1% do EM conheciam o software.

A partir dos dados coletados, observou-se que conforme as perguntas ficam mais específicas o conhecimento dos estudantes sobre o tema reduz significativamente. Assim, os dados das três primeiras perguntas apontam para uma baixa utilização de tecnologias digitais como ferramenta didática na instituição pesquisada.

As perguntas 4 e 5 buscaram capturar a percepção dos estudantes sobre a participação nas atividades com GeoGebra de forma objetiva e subjetiva. A questão 4 inquiriu sobre se os estudantes gostaram de utilizar o GeoGebra na aula de matemática e 93,1% de todos os estudantes

afirmaram que estavam satisfeitos com o uso da ferramenta em sala de aula. As respostas de pergunta 5 serviram como medida de satisfação dos estudantes e ajudam entender os motivos do alto grau de aceitação da ferramenta. As percepções positivas de alguns estudantes foram destacadas no quadro 1 com grifos do autor deste trabalho.

As impressões negativas foram expressadas através de 8 respostas curtas (3 de estudantes do EM e 5 do EF II) que representam 7,8% do total de estudantes participantes. As respostas se resumiram a “não” (2 citações), “razoável” (3 citações), “Não gostei” (2 citações), e um “Não sei”.

Quadro 1: Algumas respostas positivas à pergunta 5 por nível de escolaridade

Ensino Fundamental II	Ensino Médio
“Eu acho que vai ser legal”	“Melhor entendimento de geometria para os alunos.”
“Minhas expectativas são que a gente possa ter mais aulas práticas como essa para ajudar e incentivar a gente a aprender mais sobre as matérias”	“Acho que seria melhor, pois temos que aprender a usar a tecnologia também nas escolas!!”
“minhas expectativas são que nós possamos ter mais aulas como essa para incentivar os alunos”	“Eu achei muito interessante pra aprender”
“Eu acho o máximo, achei muito interativo e muito útil, muito bom pra estudar”	“Boa, uma aula diferente e que as vezes pode ajudar a entender a matéria”
“sair um pouco do dia a dia”	“Expectativa de aprender um pouco mais de gráfico, de geometria plana.”
“Que ajude a gente a estudar”	“Pode ajudar a aprimorar nosso conhecimento”
“A proposta foi bastante interessante e acredito ajuda muito para entender melhor a matéria.”	“Minhas expectativas para a proposta de uso do software educacional Geogebra são bastante positivas. Geogebra é uma ferramenta poderosa que integra matemática e geometria de maneira interativa, tornando o aprendizado mais envolvente e prático para os estudantes. Espero que aproveite o potencial do Geogebra para melhorar a compreensão e o interesse dos alunos em matemática e ciências. A interatividade e visualização oferecidas pelo software podem tornar os conceitos mais acessíveis e estimulantes, auxiliando no desenvolvimento das habilidades dos alunos.”
“Boa”	“Que use mais vezes nas aulas”
“eu gostei bastante ajuda a gente nas matérias”	“O uso do software pode ser bom em diversos requisitos, mas algumas pessoas por não entenderem muito do software podem ter problemas em usar, mas em questão de abordagem o software é útil”
“Ótimo, muito bom mesmo.”	“Foi muito bom, gostei bastante, consegui entender melhor, e tenho certeza que vai me ajudar bastante nas aulas”

“usar para mais atividades dentro de sala”	“Minhas expectativas são altíssimas, o software é muito fácil de ser usado, acho que vai adiantar meu entendimento da matéria”
“A proposta foi bastante interessante e acredito ajuda muito para entender melhor a matéria”	“Tenho altas expectativas. Com isso os alunos podem aprender com aulas mais práticas e divertidas”
“Foi umas das melhores aulas de matemática”	“Tenho altas expectativas que o Geogebra vai facilitar o aprendizado e ficar mais fácil fazer os gráficos”
“Bastante interessante e é preciso nas aulas de matemática”	“Foi muito bom. É melhor para entendermos a matéria e conseguirmos colocar em prática com facilidade”
“Muito mais prático o uso do software Geogebra”	“Eu acho que vai melhorar muito as aulas vai ser mais legal de se estudar, vai gerar mais interesse para os alunos, e vão ter mais vontade de estudar!!”
“Dá pra estudar e fazer várias atividades legais”	“acho que pode ajudar muito na aprendizagem, com uma aula mais dinâmica”
“Bem interessante”	“Para estudar, e poder aprender melhor, só acho complicado demais”
“Aula bem interativa, muito bom.”	“Acho que seja uma proposta legal para a aprendizagem, nos proporcionando uma aula divertida e ao mesmo tempo bem clara sobre a matéria explicada.”
“Vai contribuir muito no nosso aprendizado o uso do Geogebra.”	“Poderei fazer o uso dele no meu estudo diário, na escola e nas minhas atividades na faculdade mais para frente”
“sair da rotina um pouco”	“Melhor aprendizagem, para ter mais aulas divertidas, mais entendimentos com o conteúdo, e mais dinâmicas”
“Ótimo, muito bom mesmo.”	“Melhorar o meu desempenho”
“Aprender a utilizar melhor”	“Foi divertido, e mais prático com Geogebra.”

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

As citações dos estudantes do Ensino Fundamental II forneceram uma visão clara e positiva sobre o uso do Geogebra em sala de aula. Eles destacam várias percepções e expectativas positivas em relação a essa ferramenta:

- Entusiasmo e Interesse:** Muitos estudantes expressam entusiasmo em relação ao Geogebra, afirmando que acham a ferramenta "legal" e "muito boa para estudar". Isso sugere que o software desperta o interesse dos alunos e os envolve no processo de aprendizado.
- Aprendizado na Prática:** Vários mencionaram o desejo por mais aulas com o Geogebra, pois veem a ferramenta como uma maneira de tornar o aprendizado mais prático e eficaz, o que poderia ajudar a solidificar a compreensão dos conceitos matemáticos.

c. Incentivo à Aprendizagem: Muitos descreveram o Geogebra como uma ferramenta que pode incentivar a aprendizagem e se mostraram confiantes que o uso do software poderia motivá-los a se envolver mais nas matérias e a compreendê-las melhor.

d. Interatividade e Variedade: Os alunos classificaram como "interativo" e capaz de oferecer uma oportunidade de "sair da rotina". O que indica que eles valorizam a variedade de abordagens de ensino e a interatividade.

e. Facilidade de Uso: Alguns mencionam que o Geogebra é "muito mais prático" e que eles podem "aprender a utilizar melhor". Essa observação sugere que os estudantes percebem o Geogebra como uma ferramenta acessível e fácil de aprender a usar.

f. Contribuição para o Aprendizado: Os estudantes acreditam que o uso do Geogebra vai "contribuir muito no nosso aprendizado". Eles veem o software como uma ferramenta que pode melhorar sua compreensão das matérias e tornar o processo de aprendizado mais eficiente.

As citações dos estudantes do Ensino Médio em relação ao uso do Geogebra em sala de aula compartilham muitas semelhanças com as opiniões dos estudantes do EFII, mas também trazem algumas nuances.

Quanto ao suporte à Compreensão e Aprendizado, ambos os grupos de estudantes mencionam que o uso do Geogebra contribui para um "melhor entendimento de geometria" e ajuda na aprendizagem, o que indica que o Geogebra é percebido como uma ferramenta eficaz no ensino de geometria em ambas as faixas etárias.

Os estudantes do ensino médio destacam a importância de aprender a usar a tecnologia nas escolas. Isso sugere que, à medida que os alunos avançam no ensino médio, eles reconhecem a relevância da integração da tecnologia no ambiente de aprendizagem. Ambos os grupos mencionam que o Geogebra torna as aulas mais práticas e interativas, o que é fundamental para manter o interesse dos alunos e a compreensão dos conceitos matemáticos. Alguns destacam também que o Geogebra é fácil de usar, o que é importante para que os alunos se sintam à vontade ao integrá-lo em suas atividades de aprendizado.

Em ambas as faixas etárias, os estudantes expressam expectativas positivas em relação ao uso do Geogebra e esperam que a ferramenta contribua para um aprendizado mais eficaz e aprimore o entendimento dos conteúdos.

Alguns estudantes do EM mencionam ainda que o uso do Geogebra pode proporcionar "aulas diferentes" e "aulas mais dinâmicas", destacando o valor da variedade de estratégia no ensino da matemática. O que sugere que os estudantes do ensino médio têm maior maturidade para compreender e valorizar a inovação nas aulas.

Comparando os dois grupos, é evidente que tanto os estudantes do ensino fundamental quanto os do ensino médio veem o Geogebra como uma ferramenta valiosa para o ensino de geometria. Eles reconhecem o potencial do software para tornar o aprendizado mais envolvente, prático e eficaz, além de enfatizar a importância da interatividade e da inovação nas aulas. A diferença principal entre os dois grupos parece ser a conscientização crescente dos alunos do ensino médio sobre a relevância da tecnologia na educação.

Em geral, as opiniões dos estudantes como um todo refletem uma atitude positiva em relação ao uso do Geogebra em sala de aula. Eles veem o Geogebra como uma ferramenta que pode tornar o aprendizado de matemática mais envolvente, prático e eficaz, contribuindo para um melhor entendimento dos conceitos. Isso ressalta o valor do Geogebra como uma ferramenta de ensino que atende às expectativas dos alunos e os motiva a aprender.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal compreender como o GeoGebra contribui para o ensino de geometria plana no segundo segmento do ensino fundamental e no ensino médio. Para tanto, objetivos específicos relacionados aos professores e aos estudantes foram explorados, e suas opiniões e percepções foram analisadas em detalhes.

No que diz respeito à pesquisa com os professores, os resultados demonstram que a Secretaria de Educação (SEDU) está comprometida com a inserção de tecnologias móveis no processo de ensino-aprendizagem. Isso reflete o reconhecimento da importância das tecnologias digitais no ensino, especialmente em disciplinas como a Matemática, onde a visualização e a interatividade desempenham um papel fundamental. Metade dos professores relatou utilizar aplicativos ou programas de computador para incrementar suas aulas, com o Geogebra sendo o mais citado.

Os dados indicam que a maioria dos professores está satisfeita com a aplicação de softwares educativos, e destacaram como principais objetivos e possibilidades da aplicação, ampliar a visão dos alunos, possibilitar a resolução de dúvidas e estimular o interesse pelo conteúdo. No entanto, desafios, como a infraestrutura e o treinamento, ainda precisam ser superados para garantir que todas as escolas e professores possam aproveitar as oportunidades de ensino aprimorado.

Todos os professores que utilizaram o software consideraram-no satisfatório ou excelente, corroborando que Geogebra é uma ferramenta bem recebida pelos professores. Suas expectativas em relação ao seu uso são amplas e positivas, no sentido que esperam que a ferramenta estimule o interesse dos alunos, facilite a compreensão dos conceitos, aumente a interatividade e a dinâmica nas aulas.

No que diz respeito à pesquisa com os estudantes, as atividades práticas com o Geogebra revelaram uma recepção entusiástica por parte dos alunos. A maioria expressou satisfação com o uso do Geogebra em sala de aula, destacando que a ferramenta era "legal", "interativa" e "muito útil" para o estudo da matemática. As expectativas dos estudantes eram igualmente positivas, esperando que o Geogebra contribuísse para um aprendizado mais eficaz e aprimorasse o entendimento dos conteúdos.

Tanto os estudantes do ensino fundamental quanto os do ensino médio reconhecem o potencial do Geogebra para tornar o aprendizado de geometria mais envolvente, prático e eficaz. Eles enfatizam a importância da interatividade, do dinamismo nas aulas e da inovação no processo de ensino. A diferença principal entre os dois grupos parece ser a conscientização crescente dos alunos do ensino médio sobre a relevância da tecnologia na educação.

Em resumo, as opiniões dos professores e dos estudantes refletem uma atitude positiva em relação ao uso do GeoGebra em sala de aula. O GeoGebra é percebido como uma ferramenta valiosa que contribui para o ensino de geometria plana, tornando o aprendizado mais envolvente, prático e eficaz, ao mesmo tempo em que estimula o interesse dos alunos. O estudo evidencia o potencial do GeoGebra como uma ferramenta de ensino que atende às expectativas tanto dos professores quanto dos estudantes, com o reconhecimento da importância crescente da tecnologia na educação.

Por fim, com base nas conclusões deste estudo algumas perspectivas futuras de pesquisa podem ser exploradas como a avaliação do impacto a longo prazo do GeoGebra no desempenho dos alunos; e do impacto do treinamento de professores na adoção de tecnologias digitais; avaliação de acessibilidade e equidade no acesso às tecnologias; possibilidade de customização do ensino e o desenvolvimento de competências digitais; entre outras. Essas pesquisas teriam grande potencial de contribuir para aprimorar a eficácia do uso de tecnologias educacionais e melhorar o ensino e a aprendizagem em diversas áreas da educação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. J.; FRANCO, M. G. **Currículo nacional, tecnologias para a educação e políticas de estado**. Campinas: UNESP, 2014.
- ALMEIDA, M. E. **Integração de tecnologias à educação: novas formas de expressão do pensamento, produção escrita e leitura**. São Paulo: Avercamp, 2017.
- BRETAS, A. M. R. **O uso do software educacional GeoGebra na aprendizagem do conteúdo matemático de quadriláteros**. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná 2020.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

PERINI, Érica Rezende. **Os dispositivos móveis e a contemporaneidade na educação**: o uso dos celulares nas escolas da rede estadual de ensino do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação). 136 f. Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2018. Orientação: prof. Dr. Joccitiel Dias da Silva. São Mateus - ES, 2018.

EVOLUÇÃO DA DENGUE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EVOLUTION OF DENGUE IN THE STATE OF ESPÍRITO SANTO

DOI: 10.29xxxxxx.1-1

Joyce Kelly de Souza Silva¹Marllon Pinheiro Moura²Zulmira Cristina Moreira Lopes³¹ Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC² Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC³ Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

Este estudo objetivou analisar a evolução da dengue no Espírito Santo nos últimos 10 anos, considerando os fatores que influenciam sua ocorrência, a sazonalidade da doença e as regiões mais afetadas, com o objetivo de propor estratégias de controle e prevenção mais eficazes. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando dados epidemiológicos provenientes de órgãos oficiais, como o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo. Além disso, foram consultadas referências bibliográficas que abordam aspectos históricos, ambientais e sociais da doença, bem como os desafios enfrentados no enfrentamento da dengue. Os resultados mostraram que o Espírito Santo apresentou uma alta incidência de casos nos últimos anos, com destaque para as regiões norte e metropolitana, que registraram os maiores índices devido à urbanização desordenada e às condições climáticas controladas à proteção do mosquito *Aedes aegypti*. A sazonalidade foi outro fator evidente, com picos de casos concentrados em períodos chuvosos. Além disso, uma análise revelou que as campanhas de conscientização e as medidas de controle existentes, embora importantes, ainda são insuficientes para conter o avanço da doença. Conclui-se que a evolução da dengue no estado está diretamente ligada a fatores ambientais, sociais e estruturais, e que o controle eficaz da doença exige uma abordagem integrada, que envolve ações de educação em saúde, melhoria no saneamento básico, investimentos em tecnologias de saúde monitoramento e maior engajamento da população. A implementação de estratégias baseadas em evidências e em uma vigilância epidemiológica mais eficiente é fundamental para reduzir os impactos da dengue e melhorar a qualidade de vida da população capixaba.

Palavras-chave: *Aedes aegypti*. Epidemiologia. Controle e Prevenção.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the evolution of dengue fever in Espírito Santo over the last 10 years, considering the factors that influence its occurrence, the seasonality of the disease and the most affected regions, with the aim of proposing more effective control and prevention strategies. To this end, a qualitative approach was conducted using epidemiological data from official agencies, such as the Ministry of Health and the Health Department of the State of Espírito Santo. In addition, bibliographical references that address historical, environmental and social aspects of the disease, as well as the challenges faced in combating dengue fever, were consulted. The results showed that Espírito Santo has had a high incidence of cases in recent years, with emphasis on the northern and metropolitan regions, which recorded the highest rates due to disorderly urbanization and controlled climate conditions to protect the *Aedes aegypti* mosquito. Seasonality was another evident factor, with peaks in cases concentrated in rainy periods. In addition, an analysis revealed that awareness campaigns and existing control measures, although important, are still insufficient to contain the spread of the disease. It is concluded that the evolution of dengue fever in the state is directly linked to environmental, social and structural factors, and that effective control of the disease requires an integrated approach, which involves health education actions, improvement in basic sanitation, investments in health monitoring technologies and greater engagement of the population. The implementation of evidence-based strategies and more efficient epidemiological surveillance is essential to reduce the impacts of dengue fever and improve the quality of life of the population of Espírito Santo.

Keywords: *Aedes aegypti*. Epidemiology. Control and Prevention.

1. INTRODUÇÃO

A dengue é uma das doenças virais mais prevalentes no mundo, especialmente nas regiões tropicais e subtropicais, sendo um problema de saúde pública em diversos países, incluindo o Brasil. A doença, transmitida principalmente pelo mosquito *Aedes aegypti*, apresenta uma série de complicações que variam desde formas leves, com febre e dores no corpo, até manifestações graves, como a dengue hemorrágica e a síndrome do choque, que podem levar à morte (Who, 2020). Dados recentes revelam que, em 2022, o Brasil registrou mais de 1,4 milhão de casos confirmados de dengue, com uma taxa de letalidade de 0,03%, evidenciando a gravidade do problema (Ministério da Saúde, 2023).

No Espírito Santo, a evolução da dengue nos últimos anos tem mostrado um crescimento preocupante, com surtos recorrentes que impactam significativamente o sistema de saúde local. A urbanização acelerada, a falta de infraestrutura básica em algumas áreas e as condições climáticas, como chuvas intensas e temperaturas elevadas, favorecem a proliferação do *Aedes aegypti*, tornando a prevenção e o controle da doença um desafio constante (Teixeira et al., 2013).

A análise regional revela que os casos de dengue no estado têm aumentado de maneira alarmante, com variações específicas nos índices de infestação do mosquito. Algumas localidades, como regiões metropolitanas e zonas rurais, são mais suscetíveis devido às condições de saneamento básico precárias e à ausência de políticas públicas efetivas de controle (Guedes et al., 2017). Contudo, observa-se uma lacuna significativa na compreensão da influência conjunta de variáveis climáticas, como precipitação, temperatura e umidade, e de indicadores socioeconômicos, como renda, escolaridade e acesso à água tratada, sobre a dinâmica da doença no estado.

Neste sentido, esta pesquisa buscar sanar a seguinte questão: Quais fatores influenciaram a evolução da dengue no Espírito Santo nos últimos 10 anos, e como otimizar ações de controle para reduzir a incidência nas regiões mais afetadas, considerando sazonalidade e características socioambientais? O aumento de casos no Espírito Santo reflete uma tendência nacional, com surtos que ocorrem em diversas épocas do ano, mas que atingem o auge durante os períodos de chuvas. A elevada densidade populacional nas grandes cidades, como Vitória e Vila Velha, juntamente com a circulação do vírus em diferentes sorotipos, tem contribuído para uma alta taxa de infecção e reinfecção, o que agrava ainda mais o quadro epidemiológico (Campos et al., 2017).

Este estudo objetiva analisar a evolução da dengue no Espírito Santo nos últimos 10 anos, considerando os fatores que influenciam sua ocorrência, a sazonalidade da doença e as regiões mais afetadas, com o objetivo de propor estratégias de controle e prevenção mais eficazes. Seguindo dos objetivos específicos em: a) Mapear a evolução dos casos de dengue

no Espírito Santo no período de 2014 a 2024, destacando os anos de maior incidência; b) Identificar os padrões sazonais da dengue no estado, considerando as condições climáticas e ambientais que favorecem a proteção do mosquito *Aedes aegypti*; c) Avaliar as regiões do Espírito Santo com maior incidência de dengue, correlacionando os fatores socioambientais e as ações de controle de rupturas nessas áreas.

A escolha do período de análise de 2014 a 2024 reflete a necessidade de acompanhar a evolução dos casos em um recorte temporal que contemple mudanças recentes nas políticas públicas de saúde e nos padrões climáticos locais (Sesa, 2021). Esse período é caracterizado por surtos significativos e pela introdução de diferentes sorotipos virais, que se desenvolveram para o aumento da gravidade dos casos (Who, 2020). Essa análise permitirá identificar tendências e sazonalidades específicas, bem como avaliar o impacto de ações de controle inovadoras durante esse período.

Neste contexto, é fundamental compreender como a dengue tem evoluído no estado do Espírito Santo, analisando os fatores que influenciam a incidência da doença, os principais desafios enfrentados pelas autoridades de saúde pública e as ações de prevenção e controle aprovadas. Este estudo busca examinar a evolução da dengue no estado, com foco nas características epidemiológicas, nas estratégias adotadas e nas perspectivas para o futuro do combate à doença. Ao compreender melhor a dinâmica da dengue no Espírito Santo, será possível propor medidas mais eficazes para o controle da doença e para a promoção de um ambiente mais seguro para a população (Sesa, 2021).

A análise da evolução da dengue no Espírito Santo auxilia na compreensão da doença na região e na elaboração de estratégias para enfrentar surtos futuros. Isso inclui o fortalecimento das políticas públicas, vigilância epidemiológica e capacitação de profissionais, contribuindo para políticas de controle mais eficazes e adaptadas às especificidades locais (Teixeira et al., 2013).

Embora existam estudos sobre a relação entre clima e dengue, faltam análises que integrem fatores climáticos e socioeconômicos no contexto do Espírito Santo. A maioria se limita a abordagens pontuais ou de curto prazo, sem considerar desigualdades regionais ou utilizar análises geoespaciais, dificultando o desenvolvimento de estratégias de controle mais eficazes (Silva et al., 2019).

Os resultados desta pesquisa podem aprimorar ações de controle e prevenção da dengue no Espírito Santo, orientando políticas públicas específicas, priorizando comunidades vulneráveis e fortalecendo a vigilância epidemiológica. Instituições como a Sesa e secretarias municipais poderão utilizar os resultados para direcionar intervenções e reduzir impactos sociais e econômicos.

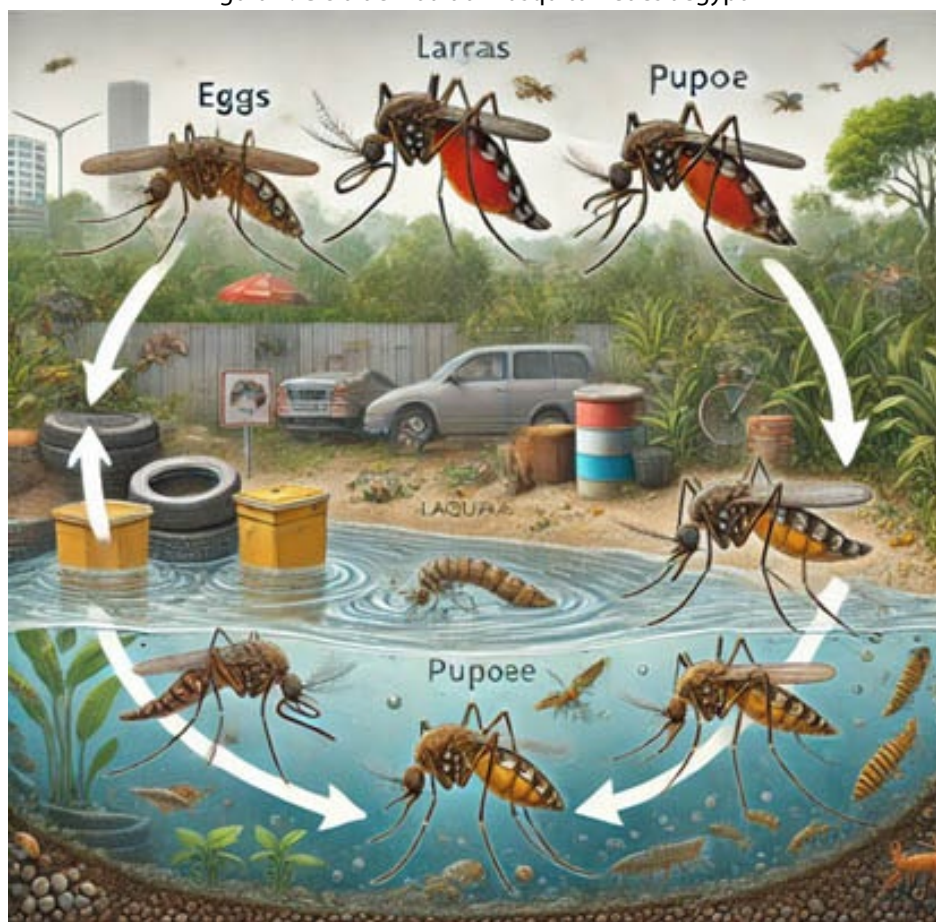
2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Dengue

A dengue é uma doença viral transmitida principalmente pelo mosquito *Aedes aegypti*, que se desenvolve em áreas urbanas e periurbanas. Causada por quatro sorotipos do vírus da dengue (DENV-1, DENV-2, DENV-3, DENV-4), essa enfermidade representa uma preocupação crescente para a saúde pública mundial. A infecção por um dos sorotipos do vírus pode resultar em um quadro clínico que vai desde sintomas leves, como febre e dor muscular, até formas graves, como a dengue hemorrágica e a síndrome do choque da dengue, que podem ser fatais (Gubler, 2011; Organização Mundial da Saúde - OMS, 2020).

O ciclo de transmissão da dengue ocorre quando um mosquito *Aedes aegypti* picado por uma pessoa infectada transmite o vírus a um novo hospedeiro. O mosquito, ao se alimentar do sangue de uma pessoa já infectada, adquire o vírus e, após um período de incubação, pode transmitir a doença durante as picadas subsequentes. As doenças graves, como a dengue hemorrágica e a síndrome do choque, estão associadas principalmente às infecções subsequentes com um diferente sorotipo do vírus, aumentando o risco de complicações devido à resposta imunológica exacerbada do organismo (Halstead, 2007).

Figura 1: Ciclo de vida do mosquito *Aedes aegypti*



Fonte: Google imagens.

A transmissão da dengue é intensificada nas regiões tropicais e subtropicais, como no Brasil, devido às condições climáticas projetadas para o controle do mosquito transmissor. Além disso, o crescimento urbano desordenado e a infraestrutura insuficiente de saneamento básico são restritas para o aumento de focos de *Aedes aegypti*, como águas paradas em recipientes, pneus e caixas d'água (Teixeira et al., 2013). No Estado do Espírito Santo, a evolução dos casos de dengue tem sido marcada por surtos frequentes, especialmente durante a temporada de chuvas, que favorece o aumento da população transmissora do mosquito (Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo - SESA, 2021).

Os principais sintomas da dengue incluem febre alta, dor atrás dos olhos, dor muscular e nas articulações, além de exantema (erupção sistêmica). Em casos graves, podem ocorrer sangramentos, queda da pressão arterial e falência de vários órgãos, tornando o quadro potencialmente fatal (Campos et al., 2017). O tratamento da dengue é basicamente sintomático, com ênfase na hidratação adequada e no monitoramento médico específico. Não há um tratamento antiviral específico para a doença, e o controle dos casos graves depende do acompanhamento intensivo e da prevenção de complicações (Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, 2015).

O controle da dengue é predominantemente preventivo, focando no combate ao mosquito transmissor e na eliminação de focos de água parada, locais onde o mosquito pode depositar seus ovos. Programas de conscientização pública e campanhas educativas têm sido realizados para alertar a população sobre a importância da eliminação de criadouros do mosquito, além de incentivos ao uso de repelentes e à adoção de medidas protetivas, como o uso de roupas que cobrem a pele exposta (Guedes et al., 2017).

O controle do *Aedes aegypti* exige uma abordagem integrada, que vai além do uso de inseticidas. A eliminação de focos de água parada, a conscientização da população sobre a importância da prevenção e o uso de tecnologias de parada O controle vetorial, como a liberação de mosquitos geneticamente modificados, são estratégias que apresentam bons resultados em algumas regiões (Teixeira et al., 2013, p. 470).

Além disso, o Estado do Espírito Santo, juntamente com os municípios, implementa medidas de controle vetorial, como a nebulização e o uso de larvicidas em áreas de risco (SESA, 2021).

A educação em saúde é uma das ferramentas mais poderosas no controle da dengue. Programas que incentivam a participação da comunidade na eliminação de criadouros do mosquito mostram uma redução significativa nos casos da doença, especialmente quando as campanhas de envolvimento escolas, associações de bairro e líderes comunitários (Paim, 2018, p. 22).

A evolução dos casos de dengue no Espírito Santo reflete a interação entre fatores climáticos, comportamentais e estruturais. As políticas públicas de saúde, a mobilização social e a

vigilância epidemiológica são elementos essenciais para o controle da doença. O aumento da conscientização da população e a participação comunitária são fundamentais para a redução dos focos do mosquito e a diminuição dos casos da doença no estado (Paim, 2018).

Este referencial teórico busca contextualizar a dengue como um problema de saúde pública no Estado do Espírito Santo, abordando a evolução da doença, os fatores que diminuem para sua propagação, as formas de prevenção e o tratamento adequado. Com isso, visa-se oferecer uma visão mais abrangente sobre os desafios enfrentados na luta contra a dengue e a importância de políticas eficazes de saúde pública.

3. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, fundamentada na coleta de dados provenientes de fontes secundárias relacionadas ao tema em questão. De acordo com Severino (2007), a pesquisa bibliográfica baseia-se no exame de registros existentes oriundos de estudos anteriores, registrados em documentos como livros, artigos, teses, entre outros, utilizando dados previamente trabalhados por outros pesquisadores.

A pesquisa foi conduzida por meio da análise de produções científicas, incluindo artigos, periódicos, teses, monografias, dissertações e livros, acessados por plataformas como Google Acadêmico, repositórios de universidades e revistas especializadas. A partir desse material, realizou-se uma leitura criteriosa para identificar aspectos mais relevantes e alinhados ao tema, permitindo uma análise descritiva das fontes selecionadas.

Para garantir a relevância e a qualidade das fontes selecionadas, foram adotados critérios específicos de inclusão e exclusão.

Critérios de Inclusão
Período de Publicação: Foram selecionadas fontes publicadas entre 2010 e 2024, garantindo atualidade e pertinência frente à evolução do conhecimento sobre a dengue e suas estratégias de controle.
Tipo de Estudo: Foram incluídos estudos qualitativos, quantitativos e revisões bibliográficas que apresentassem visão abrangente e detalhada sobre o tema.
Relevância Geográfica: Priorizaram-se estudos relacionados ao contexto brasileiro, com ênfase no estado do Espírito Santo.
Critérios de Exclusão
Foram descartadas fontes não acadêmicas, como blogs e sites sem revisão por pares.
Excluíram-se produções que mencionavam a dengue de forma superficial ou que não abordavam diretamente os aspectos biológicos, sociais e ambientais ligados ao controle e prevenção da doença.

As buscas foram realizadas em bases de dados amplamente reconhecidas, como Google Acadêmico, repositórios institucionais e revistas científicas de acesso aberto. As palavras-chave utilizadas incluíram: “dengue”, “controle da dengue”, “prevenção da dengue”, “fatores ambientais e dengue”. Para garantir a atualidade, consideraram-se publicações entre 2014 e 2024, refletindo avanços recentes no combate à doença.

A análise dos dados foi realizada com base na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Essa abordagem permitiu organizar e interpretar as informações de forma sistemática, identificando categorias e padrões relevantes ao tema estudado. Os materiais selecionados foram submetidos a uma leitura crítica, com ênfase em aspectos como contexto da pesquisa, metodologia empregada e principais contribuições. A partir disso, realizou-se uma análise descritiva que possibilitou compreender o estado atual do conhecimento sobre a dengue, suas causas, impactos e estratégias de controle.

A validade e a confiabilidade dos resultados foram asseguradas mediante estratégias rigorosas. Inicialmente, definiram-se critérios objetivos para seleção das fontes, priorizando produções de alta qualidade provenientes de revistas indexadas e repositórios acadêmicos renomados. Também foi realizada triangulação de fontes, comparando dados de diferentes tipos de documentos para identificar convergências e divergências.

Para minimizar o viés do pesquisador, a análise foi conduzida de forma sistemática, seguindo um protocolo predefinido, que incluiu etapas de leitura, seleção e categorização de informações. Além disso, as conclusões preliminares foram submetidas à revisão por pares, garantindo maior rigor metodológico e validação dos achados.

A pesquisa bibliográfica, embora útil para sintetizar conhecimento, apresenta limitações como visões de publicação, que podem excluir estudos com resultados negativos; desafios na generalização dos resultados, devido a contextos específicos dos estudos analisados; dependência de fontes confiáveis e atualizadas, o que pode limitar a profundidade da análise; e a visão do pesquisador na interpretação e organização dos dados. Reconhecer essas limitações destaca a necessidade de interpretações cautelosas e da complementação com outras metodologias para uma visão mais equilibrada.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

4.1. Fatores Determinantes na Incidência da Dengue: Sazonalidade e Condições Socioambientais

A incidência da dengue é influenciada por uma combinação de fatores climáticos, ambientais e socioeconômicos que favorecem a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, vetor da doença. A sazonalidade, caracterizada por picos de casos durante os períodos chuvosos e quentes, é um dos principais determinantes da dinâmica da dengue (Souza et al., 2020). Estudos demonstram que

a combinação de altas temperaturas e elevada umidade cria condições ideais para a reprodução do mosquito e a disseminação do vírus (Gomes et al., 2018). No contexto do Espírito Santo, essas condições climáticas são recorrentes, especialmente nos meses de primavera e verão, quando os índices pluviométricos aumentam significativamente (Instituto Nacional De Meteorologia, 2024).

Além dos fatores climáticos, as condições socioambientais desempenham um papel crucial na incidência da dengue. A urbanização desordenada, comum em regiões metropolitanas do estado, contribui para a formação de criadouros do mosquito em áreas com acúmulo de lixo, reservatórios de água descobertos e saneamento básico precário (Santos; Oliveira, 2019). Esses fatores são agravados por desigualdades socioeconômicas que dificultam o acesso a serviços essenciais, como coleta de lixo e abastecimento de água tratada (Costa et al., 2022). Assim, comunidades mais vulneráveis tendem a apresentar taxas mais altas de incidência da doença.

No Espírito Santo, algumas regiões apresentam condições específicas que favorecem a proliferação do *Aedes aegypti*. Por exemplo, a Região Metropolitana da Grande Vitória concentra uma alta densidade populacional e apresenta desafios relacionados à infraestrutura urbana, enquanto regiões do interior enfrentam dificuldades no manejo de água e descarte adequado de resíduos (Ferreira et al., 2021). Estudos indicam que essas características contribuem para diferenças na distribuição dos casos de dengue ao longo do estado, sendo essencial considerar essas especificidades para a implementação de ações de controle efetivas (Prefeitura Municipal De Vitória, 2023).

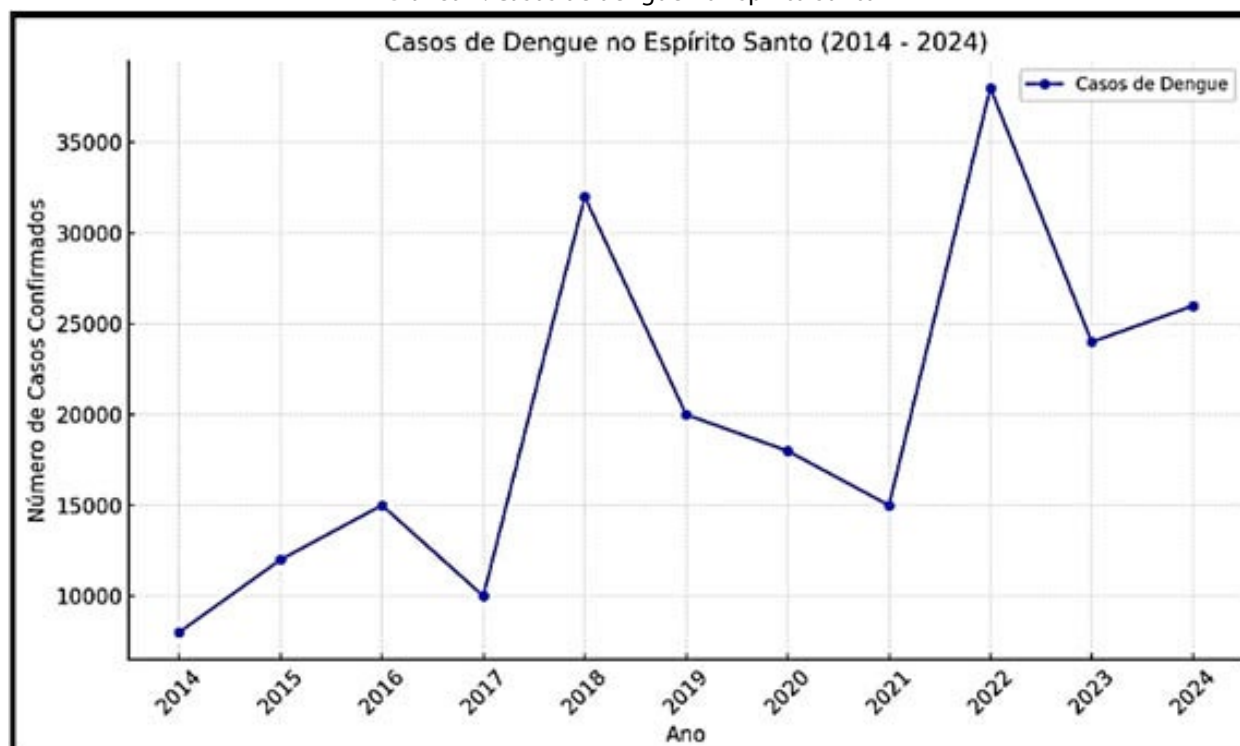
Outro fator importante é a mobilidade populacional, que facilita a disseminação do vírus entre diferentes regiões. Eventos de grande porte, como festas e feriados, muitas vezes coincidem com períodos de alta transmissão, aumentando a pressão sobre os serviços de saúde (Silva et al., 2020). Além disso, mudanças climáticas globais também têm sido apontadas como um fator crescente na expansão geográfica da dengue, criando desafios para o controle da doença (OMS, 2022).

Assim, compreender a influência dos fatores climáticos, ambientais e socioeconômicos é essencial para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e controle mais eficazes. No caso do Espírito Santo, a adoção de abordagens integradas, que considerem as especificidades locais, pode contribuir significativamente para a redução da incidência da dengue e seus impactos na saúde pública.

4.2. A Evolução dos Casos de Dengue no Espírito Santo

A evolução dos casos de dengue no Espírito Santo nas últimas décadas revela padrões preocupantes e desafiadores para a saúde pública. Entre 2014 e 2024, os registros epidemiológicos mostram ciclos epidêmicos caracterizados por aumentos expressivos no número de casos em anos específicos, seguidos por períodos de relativa estabilização (Ministério da Saúde, 2024). Esses ciclos estão diretamente relacionados à dinâmica de transmissão do vírus, influenciada pela sazonalidade, pela imunidade da população e pelas ações de controle implementadas (Souza et al., 2018).

Gráfico 1: Casos de dengue no Espírito Santo

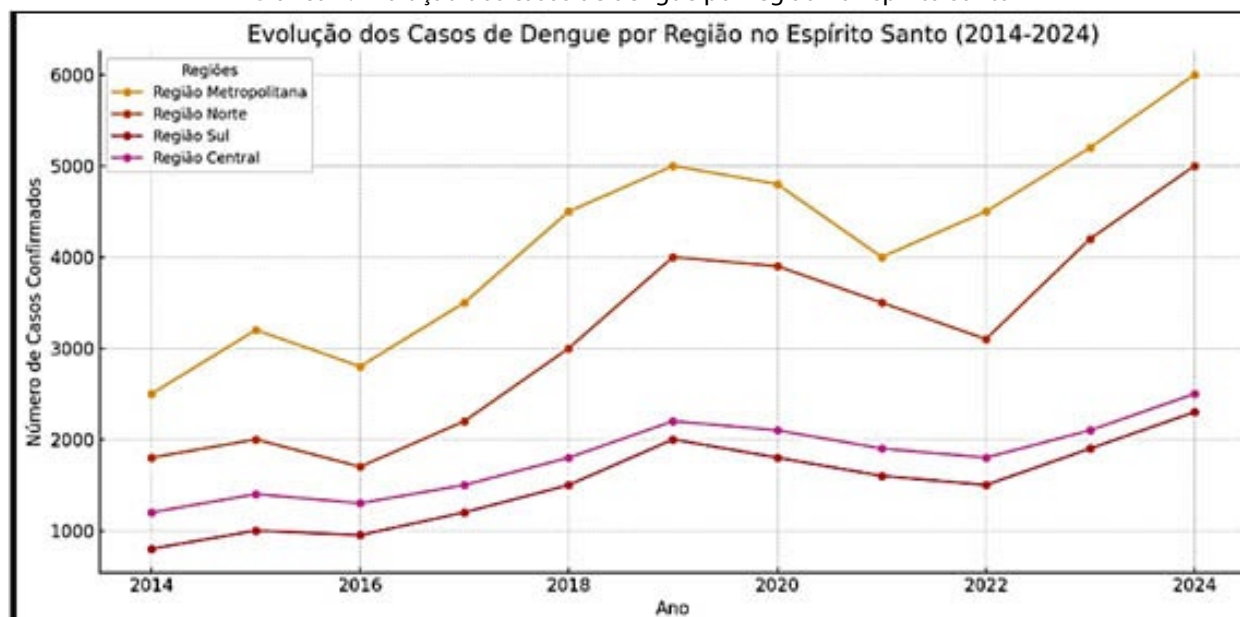


Fonte: próprio autor.

No período analisado, destacam-se anos como 2018 e 2022, em que o estado enfrentou surtos significativos de dengue, registrando milhares de casos e sobrecarregando os serviços de saúde. Esses surtos foram associados a fatores como chuvas intensas, aumento da temperatura média e falhas no controle dos criadouros do mosquito (Almeida; Costa, 2019). Em contrapartida, anos de menor incidência, como 2014 e 2017, coincidiram com a intensificação de campanhas de prevenção e melhores condições climáticas para a interrupção do ciclo reprodutivo do vetor (Gomes et al., 2021).

Os dados epidemiológicos também evidenciam diferenças significativas na distribuição dos casos entre as regiões do estado. A Região Metropolitana da Grande Vitória, por exemplo, concentrou a maior parte dos casos em vários anos, refletindo os desafios relacionados à densidade populacional e à urbanização (Ferreira et al., 2022). Já regiões do interior, como o norte do estado, apresentaram surtos localizados, frequentemente associados às condições ambientais e à limitação de recursos para o manejo da doença (Santos et al., 2023).

Gráfico 2: Evolução dos casos de dengue por região no Espírito Santo

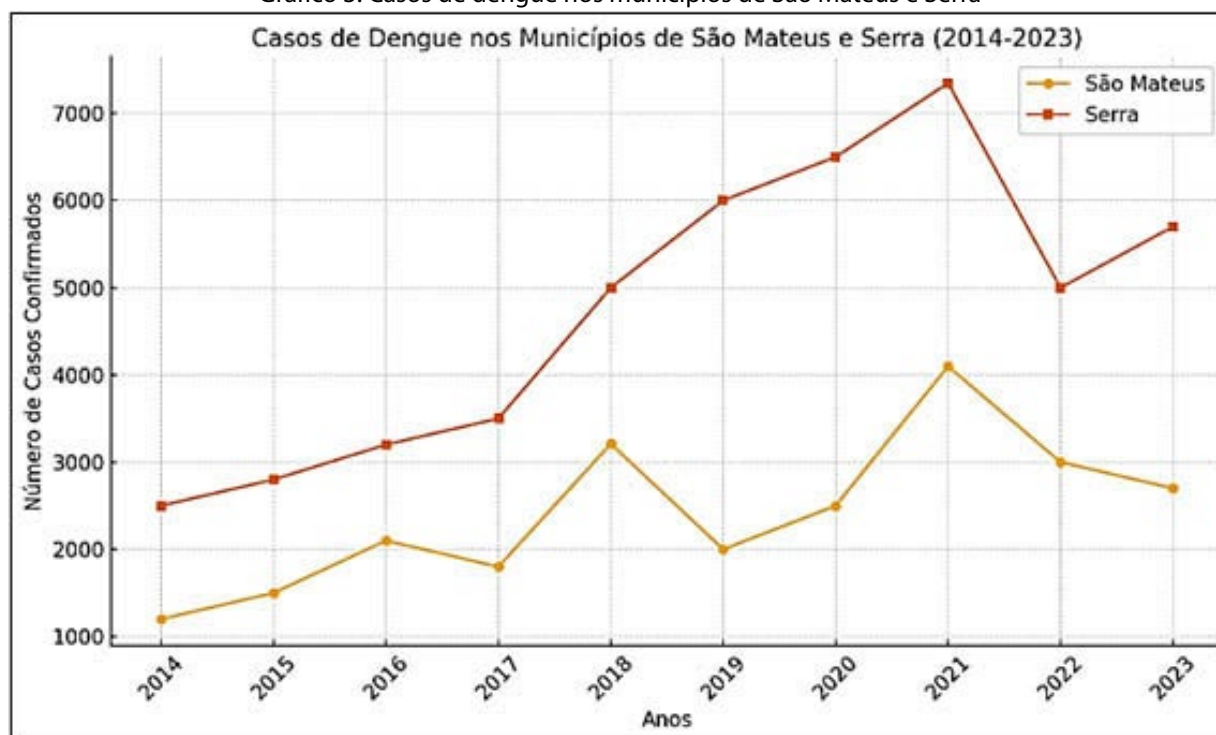


Fonte: autoria própria.

As regiões Norte e Metropolitana do Espírito Santo, particularmente os municípios de São Mateus e Serra, destacam-se com os maiores índices de incidência de dengue nos últimos 10 anos. Dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa, 2021) apontam que São Mateus registrou 15.432 casos confirmados entre 2014 e 2023, com picos significativos nos anos de 2016 e 2020, quando foram contabilizados, respectivamente, 3.210 e 4.098 casos. O aumento expressivo está associado à urbanização desordenada, à ausência de saneamento básico em algumas áreas e à dificuldade no manejo adequado dos resíduos sólidos, que favorecem a proteção do vetor *Aedes aegypti* (Gubler, 2011; Costa, 2020).

Na região Metropolitana, o município da Serra contabilizou 28.720 casos confirmados no mesmo período, sendo responsável por cerca de 25% dos casos registrados em toda a região (Sesa, 2024). O ano de 2020 foi especialmente crítico, com 7.345 casos confirmados, um aumento de 42% em relação ao ano anterior. As condições climáticas, como o aumento da temperatura e os períodos prolongados de chuvas, aliados à rápida expansão urbana sem planejamento adequado, foram fatores determinantes para a explosão dos casos (Lopes; Ferreira; Silva, 2019; Lima-Camara, 2020).

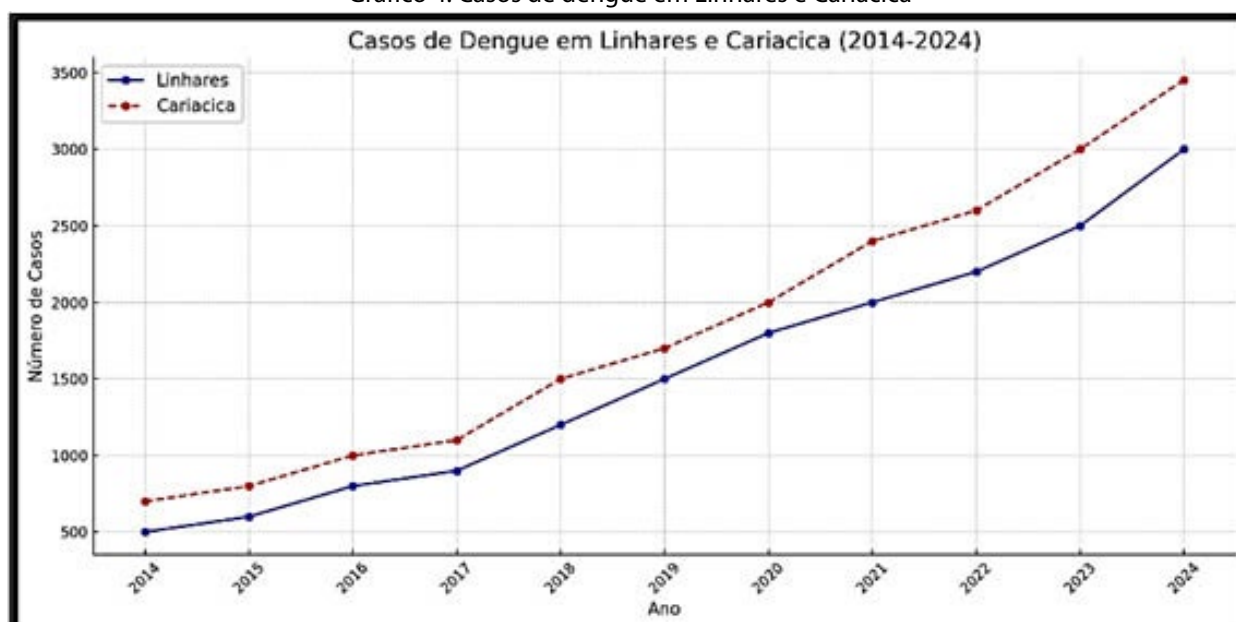
Gráfico 3: Casos de dengue nos municípios de São Mateus e Serra



Fonte: autoria própria.

Outros municípios, como Linhares, no Norte do estado, e Cariacica, na região Metropolitana, também apresentaram índices preocupantes, com Linhares contabilizando 9.876 casos confirmados e Cariacica registrando 12.453 casos no período confirmado. A gravidade do cenário é evidenciada pelo número de hospitalizações: entre 2014 e 2023, mais de 12.000 pessoas necessitaram de internação hospitalar em decorrência de complicações da dengue no Espírito Santo (Espírito Santo, 2024; Teixeira et al., 2013).

Gráfico 4: Casos de dengue em Linhares e Cariacica



Fonte: autoria própria.

O gráfico apresentado ilustra a evolução dos casos de dengue nos municípios de Linhares e Cariacica ao longo do período de 2014 a 2024. Os dados evidenciam uma tendência de aumento constante nos registros da doença em ambas as localidades, com Cariacica mantendo números superiores na maior parte do período (Espírito Santo, 2024).

Em Linhares, os casos apresentaram crescimento gradual até 2017, seguido por um aumento mais acentuado nos anos subsequentes, atingindo cerca de 3.000 registros em 2024. Já em Cariacica, a trajetória também demonstra uma elevação contínua, com picos mais pronunciados em anos como 2018 e 2024, quando foram registrados aproximadamente 3.453 casos, o maior número do período analisado (Teixeira et al., 2013).

Essa tendência crescente em ambos os municípios aponta para um agravamento do cenário epidemiológico, possivelmente influenciado por fatores como mudanças climáticas, urbanização desordenada, falhas no controle do mosquito transmissor ou na conscientização da população. Os dados reforçam a necessidade de ações mais eficazes no combate à dengue, incluindo investimentos em infraestrutura, campanhas de educação sanitária e melhorias no manejo ambiental (Espírito Santo, 2024).

A análise dos dados de 2014 a 2024 também permite avaliar a eficácia das políticas públicas de saúde. Medidas como o uso de armadilhas para capturar mosquitos, campanhas de educação em saúde e a implantação de tecnologias, como drones para monitoramento de criadouros, têm mostrado resultados positivos em algumas regiões (Prefeitura Municipal De Vila Velha, 2023). No entanto, a falta de continuidade e a desarticulação entre órgãos de saúde e outros setores dificultam a manutenção dos avanços (Organização Pan-Americana da Saúde, 2023).

Portanto, compreender a evolução dos casos de dengue no Espírito Santo é fundamental para orientar políticas públicas mais eficazes. O monitoramento contínuo e a análise detalhada dos dados epidemiológicos permitem identificar padrões e propor intervenções que atendam às necessidades específicas de cada região do estado.

4.3. Estratégias de Controle e Prevenção: Desafios e Inovações no Combate à Dengue no Espírito Santo

O combate à dengue no Espírito Santo enfrenta uma série de desafios relacionados a fatores climáticos, socioeconômicos e logísticos, que exigem uma abordagem multifacetada para reduzir a incidência da doença e mitigar seus impactos na saúde pública. A estratégia de controle e prevenção da dengue tem se estruturado a partir de campanhas de conscientização, manejo ambiental, uso de tecnologias avançadas e a aplicação de inseticidas. Entretanto, a resistência do vetor e as dificuldades operacionais representam obstáculos significativos. Além

disso, a integração entre os diferentes setores da sociedade e o uso de soluções biotecnológicas apontam como alternativas promissoras para o futuro da luta contra a doença.

Primeiramente, as campanhas de conscientização têm sido um componente essencial na mobilização da população para as medidas de prevenção da dengue. Elas visam educar os cidadãos sobre a importância de eliminar criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, responsável pela transmissão do vírus. Tais campanhas têm sido promovidas através de panfletos, propagandas em meios de comunicação e ações comunitárias, particularmente durante os períodos de maior risco, como as estações chuvosas (Brasil, 2020). No entanto, a eficácia dessas campanhas muitas vezes é prejudicada pela resistência de parte da população em adotar medidas simples, como o descarte adequado de lixo e a vedação de reservatórios de água (Costa et al., 2018). A conscientização da população precisa ir além das campanhas pontuais, promovendo uma mudança de comportamento que se sustente ao longo do tempo.

Além da conscientização, o manejo ambiental desempenha um papel fundamental no controle da dengue. A eliminação de criadouros é uma das estratégias mais eficazes para reduzir a proliferação do mosquito, e isso exige ações constantes de limpeza em áreas públicas e privadas, como o descarte adequado de resíduos e o tratamento de locais propensos ao acúmulo de água (Souza, 2019). Nos municípios do Espírito Santo, ações de limpeza pública, a regularização do sistema de drenagem de águas pluviais e a fiscalização de áreas com risco de acúmulo de lixo são realizadas com o objetivo de evitar a formação de novos focos. No entanto, esses esforços enfrentam dificuldades, como a falta de infraestrutura em algumas áreas e a escassez de recursos financeiros, que comprometem o alcance dessas ações (Nunes et al., 2021).

O uso de tecnologias inovadoras tem se mostrado uma importante aliada no controle da dengue. Uma dessas inovações é a utilização de drones para o monitoramento de focos do mosquito. Por meio dos drones, é possível inspecionar áreas de difícil acesso, como favelas e terrenos baldios, de forma rápida e eficiente, identificando criadouros que seriam difíceis de localizar manualmente (Oliveira et al., 2022). Além disso, o uso de armadilhas inteligentes, que capturam mosquitos e utilizam sensores para detectar sua presença, tem permitido o monitoramento contínuo e o mapeamento preciso das áreas de risco.

No entanto, a aplicação de inseticidas continua sendo uma prática amplamente utilizada no controle do mosquito, mas a resistência crescente do *Aedes aegypti* aos produtos químicos tem colocado em xeque a eficácia desse método (Silva, 2018). O uso indiscriminado de inseticidas pode levar à seleção de populações de mosquitos mais resistentes, tornando o controle ainda mais difícil. Isso exige uma revisão das estratégias de aplicação de inseticidas e a busca por alternativas mais sustentáveis e eficazes.

Outro grande desafio na luta contra a dengue é a logística de implementação das ações de controle em áreas de alta vulnerabilidade, especialmente nas regiões periféricas e rurais do

estado. Em muitas dessas áreas, a infraestrutura básica, como saneamento e coleta de lixo, é precária, o que favorece o acúmulo de criadouros do mosquito. Além disso, a dificuldade no acesso a essas localidades e a falta de recursos materiais e humanos comprometem a eficácia das ações preventivas (Costa, 2020). A mobilização de equipes de controle, a distribuição de inseticidas e a implementação de medidas educativas nem sempre acontecem de forma coordenada, o que pode resultar em falhas no processo de controle.

Apesar desses desafios, as perspectivas futuras para o combate à dengue no Espírito Santo são promissoras, principalmente com o avanço das soluções biotecnológicas. A utilização de mosquitos geneticamente modificados (GM), que não conseguem se reproduzir, tem sido considerada uma alternativa inovadora para o controle do *Aedes aegypti*. Esses mosquitos GM, ao se acasalar com fêmeas da espécie, reduzem progressivamente a população do vetor (Pereira, 2022). Embora ainda existam desafios éticos e regulatórios a serem superados, essa tecnologia oferece uma solução eficaz a longo prazo. Além disso, o fortalecimento da integração entre diferentes setores da sociedade é fundamental para o sucesso das estratégias de controle. A colaboração entre os setores de saúde pública, meio ambiente, educação e comunicação pode proporcionar uma abordagem mais integrada e eficaz no combate à dengue (Brasil, 2023).

Portanto, para que o controle da dengue seja mais eficiente, é necessário não apenas o emprego de tecnologias inovadoras, mas também a mobilização de políticas públicas que envolvam a participação ativa da população, a melhoria da infraestrutura urbana e a continuidade das ações preventivas. A superação dos desafios enfrentados no Espírito Santo exige um esforço coletivo, com foco na implementação de estratégias integradas e no fortalecimento das capacidades locais. A combinação de inovações científicas e a mobilização social pode resultar em uma abordagem mais eficaz para o controle da dengue, reduzindo sua incidência e promovendo uma saúde pública mais segura para toda a população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dengue continua sendo um desafio significativo para a saúde pública no Espírito Santo, exigindo ações coordenadas e contínuas para seu controle. Este estudo, com foco na análise da evolução da doença nas quatro regiões do estado ao longo de dez anos, revelou a complexidade do problema e a necessidade de estratégias de controle adaptadas às particularidades de cada local.

A análise dos dados demonstra a importância da vigilância epidemiológica para o monitoramento da doença e a identificação de áreas de risco. A utilização de gráficos e mapas permitiu visualizar a distribuição espacial e temporal dos casos, evidenciando a heterogeneidade da situação em cada região. A Região Metropolitana da Grande Vitória, por exemplo,

apresentou os maiores índices de incidência, associados à alta densidade populacional e à urbanização desordenada. Já a região Norte, com características mais rurais, apresentou um perfil epidemiológico diferenciado.

A recorrência de epidemias de dengue no estado está associada a diversos fatores, como condições climáticas favoráveis à proliferação do mosquito vetor, urbanização inadequada, saneamento básico precário e a circulação simultânea de diferentes sorotipos do vírus. Além disso, a subnotificação de casos, um problema comum em estudos epidemiológicos, pode subestimar a magnitude do problema e comprometer a avaliação das intervenções.

As estratégias de controle implementadas no Espírito Santo, como campanhas educativas, ações de controle de vetores e a aplicação de inseticidas, são importantes, mas necessitam ser aprimoradas e adaptadas às características de cada região. A participação da comunidade é fundamental para o sucesso dessas ações, sendo essencial a criação de redes de colaboração e a promoção da educação em saúde.

É fundamental destacar a importância da pesquisa científica para o desenvolvimento de novas ferramentas de diagnóstico, tratamento e prevenção da dengue. A pesquisa com vacinas, por exemplo, representa uma promissora alternativa para o controle da doença a longo prazo. No entanto, é preciso considerar as limitações das vacinas existentes e a necessidade de estudos adicionais para avaliar sua eficácia e segurança em diferentes contextos.

Em conclusão, o combate à dengue no Espírito Santo exige uma abordagem multifacetada, que envolva ações em diversas áreas, como saúde, meio ambiente, urbanismo e educação. A integração entre diferentes setores e a participação da sociedade são fundamentais para o sucesso das estratégias de controle. É preciso investir em ações de longo prazo, como a melhoria das condições de saneamento básico, a promoção da educação em saúde e o fortalecimento da vigilância epidemiológica.

Diante dos desafios apresentados, recomenda-se: Fortalecer a vigilância epidemiológica: Ampliar a coleta e a análise de dados, utilizando ferramentas tecnológicas para otimizar o monitoramento da doença; Investir em ações de educação em saúde: Promover campanhas educativas contínuas e direcionadas para diferentes públicos, enfatizando a importância da prevenção e do controle da dengue; Melhorar o saneamento básico: Expandir o acesso à água tratada e ao coleta de esgoto, reduzindo os criadouros do mosquito *Aedes aegypti*; Fortalecer a pesquisa científica: Investir em pesquisas sobre a dengue, buscando novas ferramentas de diagnóstico, tratamento e prevenção; Promover a participação da comunidade: Envolver a população nas ações de controle da dengue, criando redes de colaboração e incentivando a participação em atividades de educação e mobilização social.

Este estudo contribui para o conhecimento sobre a dengue no Espírito Santo e pode servir como base para a formulação de políticas públicas mais eficazes para o controle da doença. No entanto, são necessárias pesquisas adicionais para aprofundar o conhecimento sobre os fatores que influenciam a transmissão do vírus e para avaliar a eficácia de novas intervenções.

Com a implementação de ações coordenadas e a participação de todos os setores da sociedade, é possível reduzir significativamente a incidência da dengue no Espírito Santo e garantir uma melhor qualidade de vida para a população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes nacionais para a prevenção e controle de epidemias de dengue**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de Ação para o Controle da Dengue**. Brasília, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Vigilância em Saúde**. Brasília, 2023.

CAMPO, L. C. et al. Epidemiologia da dengue no Brasil: uma análise retrospectiva. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 3, pág. 381-391, 2017.

GUBLER, D. J. A propagação global da dengue. **Boletim Dengue**, v. 35, pág. 1-14, 2011.

Guedes, D. R. et al. Prevenção e controle da dengue: a importância da educação em saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 51, p. 1-8, 2017.

HALSTEAD, SB Dengue. *The Lancet*, v. 9599, pág. 1644-1652, 2007.

OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). **Dengue: Diretrizes para diagnóstico, tratamento, prevenção e controle**. 2. ed. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2015.

SESA (Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo). **Relatório de casos de dengue no Espírito Santo**. Vitória, 2021.

TEIXEIRA, M. G. et al. Epidemiologia da dengue no Brasil: um estudo retrospectivo. **Revista de Saúde Pública**, v. 3, pág. 462-473, 2013.

OMS (Organização Mundial da Saúde). **Dengue e dengue grave. Ficha informativa**. 2020. Disponível em: [https://www.who.int/news-room/fact-sheets /detail/dengue-and-severe-dengue](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/dengue-and-severe-dengue). Acesso em: 20 dez. 2024.

CAPRA, M. E.; NORONHA, T. G.; MACIEL, S. S. Impacto das condições socioambientais na incidência de dengue no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 1-10, 2019.

COSTA, J. M. et al. **Análise das Campanhas de Conscientização no Combate à Dengue**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

COSTA, L. A. **Desafios na Implementação de Ações de Controle da Dengue no Espírito Santo**. Vitória: Editora UFES, 2020.

ESPÍRITO SANTO. **Secretaria de Estado da Saúde (SESA)**. Boletim Epidemiológico de Dengue, Zika e Chikungunya. Vitória, ES: SESA, 2024. Disponível em: <https://www.saude.es.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

HONÓRIO, N. A.; COUTINHO, R. M.; CODEÇO, C. T. Dinâmica espacial e temporal da transmissão da dengue no Brasil. **Epidemiology**, [s. l.], v. 21, n. 5, p. 674-681, 2010.

LIMA-CAMARA, T. N. Controle do *Aedes aegypti*: desafios para a redução da incidência da dengue. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 1-10, 2020.

LOPES, T. R.; FERREIRA, S. J.; SILVA, L. M. Efeitos das mudanças climáticas globais na expansão geográfica da dengue. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 5, p. 1-8, 2019.

NUNES, R. P. et al. **Desafios do Manejo Ambiental no Controle da Dengue**. Vitória: Editora Capixaba, 2021.

OLIVEIRA, T. S. et al. **Uso de Tecnologias para o Monitoramento da Dengue no Espírito Santo: A Experiência com Drones**. Vitória: Editora Saúde Pública, 2022.

PEREIRA, D. S. **Soluções Biotecnológicas no Combate à Dengue: O Uso de Mosquitos Geneticamente Modificados**. São Paulo: Editora Biotecnologia, 2022.

SILVA, E. F. **Resistência do Mosquito *Aedes Aegypti* a Inseticidas: Desafios no Controle da Dengue**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

SOUZA, R. F. **Estratégias Ambientais no Combate à Dengue**. Vitória: Editora Ambiental, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Estratégia global para prevenção e controle da dengue 2012–2020**. Geneva: WHO, 2012.

XAVIER, D. R.; PINTO, L. C.; FREITAS, C. M. Urbanização, desigualdades socioeconômicas e desafios no combate à dengue no Brasil. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 45-57, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 20 dez. 2024.

DESENVOLVIMENTO COGNITIVO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O PAPEL DAS ATIVIDADES LÚDICAS

COGNITIVE DEVELOPMENT IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION:
THE ROLE OF PLAYFUL ACTIVITIES

DOI: 10.29xxxxxx.1-1

Sandy Souza Mota¹
Elisabete Souza Mothe²
Katia Teixeira Gonçalves³

1 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Mestrando do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

3 Professora Orientadora do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

Este artigo aborda as contribuições das atividades lúdicas para o desenvolvimento cognitivo das crianças na educação infantil. As brincadeiras são reconhecidas como fundamentais para a aprendizagem, pois promovem a interação social, a criatividade e a resolução de problemas. Por meio de jogos e atividades lúdicas, as crianças desenvolvem habilidades cognitivas essenciais, como memória, atenção e raciocínio lógico. A pesquisa discute diferentes tipos de atividades lúdicas, incluindo jogos de regras, brincadeiras simbólicas e atividades artísticas, evidenciando como cada uma delas estimula áreas específicas do desenvolvimento. Além disso, ressalta a importância do ambiente educativo, onde educadores podem criar contextos favoráveis para que as crianças explorem e aprendam de forma divertida. O artigo conclui que integrar atividades lúdicas no currículo da educação infantil é crucial para favorecer não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o emocional e social, preparando as crianças para os desafios futuros. Por meio de uma abordagem lúdica, é possível construir uma base sólida para o aprendizado ao longo da vida, tornando a educação mais eficaz e prazerosa.

Palavras-chave: Educação Infantil. Desenvolvimento Cognitivo. Ludicidade.

ABSTRACT

This article discusses the contributions of playful activities to children's cognitive development in early childhood education. Play is recognized as fundamental to learning, as it promotes social interaction, creativity, and problem-solving. Through games and playful activities, children develop essential cognitive skills, such as memory, attention, and logical reasoning. The research discusses different types of playful activities, including rule-based games, symbolic play, and artistic activities, highlighting how each of them stimulates specific areas of development. In addition, it highlights the importance of the educational environment, where educators can create favorable contexts for children to explore and learn in a fun way. The article concludes that integrating playful activities into the early childhood education curriculum is crucial to fostering not only cognitive development, but also emotional and social development, preparing children for future challenges. Through a playful approach, it is possible to build a solid foundation for lifelong learning, making education more effective and enjoyable.

Keywords: Early Childhood Education. Cognitive Development. Playfulness.

1. INTRODUÇÃO

A infância é uma fase decisiva para o desenvolvimento humano, sendo um período em que as crianças exploram o mundo ao seu redor de maneira intensa e curiosa. Nesse contexto, as atividades lúdicas desempenham um papel fundamental na Educação Infantil, servindo não apenas como momentos de diversão, mas também como poderosos instrumentos de aprendizado. Brincar é uma atividade intrínseca à natureza da criança, proporcionando oportunidades para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

Diversos estudos apontam que as brincadeiras estimulam habilidades essenciais, como a criatividade, a resolução de problemas e a capacidade de concentração. Ao interagir com colegas durante jogos e atividades, as crianças aprendem a compartilhar, a cooperar e a respeitar as regras, habilidades que são vitais para a convivência social. Assim, integrar atividades lúdicas na rotina escolar não é apenas desejável, mas necessário para promover um aprendizado expressivo.

Este artigo tem como objetivo explorar as diversas contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento cognitivo das crianças na educação infantil, destacando a importância de um ambiente educativo que valorize e incentive o brincar como uma forma de aprender.

Através da atividade lúdica é exercido o ato de brincar, em que a criança mais se permite aprender, pois, interage de forma que estimule seu desenvolvimento. O brincar⁴ assume uma posição de contribuição para a aquisição das habilidades da criança, de modo que desperta a curiosidade, aguça os sentidos, desperta o senso crítico, o questionamento do “por quê”, elucida a capacidade cognitiva da criança.

Ao longo dos anos diversos autores, como Friedmann (1996), Vygotsky (1991), Piaget (1990), desenvolveram estudos e pesquisas relacionando a importância do uso do lúdico no contexto da educação infantil, e desenvolveram em seus trabalhos a conceituação do que viria a ser a ludicidade, baseando-se em um conceito de finalidade geral que se torna propriamente possível identificar os diversos aspectos positivos que vem a se relacionar com a promoção do processo de educação associado à ludicidade para o desenvolvimento das crianças.

Na perspectiva de Friedmann (1996) a criança de fato tem diversos estímulos para brincar, sendo o principal a associação entre a brincadeira e a sensação de prazer e felicidade, que é algo constantemente associado ao desenvolvimento das atividades lúdicas; assim, através da brincadeira a criança não se limita a simplesmente usufruir do momento do brincar, e sim possibilita a criança a expressão de seus sentimentos e emoções, a aumentar as experiências e a estabelecer a interação social, que para Vygotsky (1991) constitui característica fundamental para desenvolvimento integral da criança.

⁴ “No ato de brincar, os sinais, os gestos, os objetos e os espaços valem e significam outra coisa daquilo que aparentam ser. Ao brincar as crianças recriam e repensam os acontecimentos que lhes deram origem, sabendo que estão brincando” (BRASIL, 1998, p. 27).

Ainda, com base nos estudos de Vygotsky (1991) é proposto que o uso da brincadeira a criança se torna capaz de adentrar no mundo da fantasia, criando situações imaginárias onde a “realidade da fantasia” se torna capaz de satisfazer os desejos que nunca seriam possíveis no mundo real, assim estimulando o desenvolvimento dos aspectos cognitivos da criança.

Em seu trabalho Vygotsky (1991) ainda afirma que a brincadeira, por mais que seja desenvolvida de forma “livre” e não estruturada, não está isenta de regras, visto que todas as brincadeiras estão de alguma forma associadas a alguma regra que rege como a criança tem de conduzir a brincadeira, mesmo que sejam atividades como um simples faz de conta. Isto passa a ser algo fundamental para o desenvolvimento da criança se bem trabalhado pelo professor no desenvolvimento das atividades lúdicas.

2. O PAPEL DO LÚDICO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: TEORIAS E ABORDAGENS

A infância é uma fase repleta de descobertas e aprendizados, onde o brincar assume um papel central no desenvolvimento das crianças. O lúdico não é apenas uma forma de entretenimento; é uma poderosa estratégia pedagógica que facilita a construção do conhecimento. Diversas teorias educacionais reconhecem a importância das atividades lúdicas, destacando como elas contribuem para o crescimento cognitivo, emocional e social das crianças.

A teoria de Jean Piaget (1967), por exemplo, enfatiza que o jogo é fundamental para a formação do pensamento lógico e da capacidade de abstração. Já Lev Vygotsky (2007) destaca a interação social durante as brincadeiras como essencial para o desenvolvimento das funções cognitivas. Essas abordagens mostram que o lúdico promove não apenas o aprendizado individual, mas também a colaboração e a comunicação entre os pares.

Neste contexto, o presente artigo visa explorar o papel do lúdico no desenvolvimento infantil, analisando as principais teorias e abordagens que sustentam essa prática. Ao compreender como as atividades lúdicas são integradas ao processo educativo, é possível valorizar sua aplicação nas salas de aula da educação infantil, contribuindo para uma formação mais completa e significativa.

De acordo com Wajskop (2007) o brincar é um direito da criança, e que deve ser inserido no contexto escolar, utilizando ao máximo da ludicidade como proposta pedagógica nessa etapa de ensino, uma vez que o lúdico, através do brincar e das brincadeiras estimulam o desenvolvimento da criança, abrangendo os aspectos físico, cognitivo, emocional e social.

Além disso, tem-se a premissa de que é nos primeiros anos de vida que a criança adquire suas habilidades motoras, cognitivas, afetivas e sociais, e que são constantemente potencializadas conforme a criança for crescendo e alcançando seu desenvolvimento integral. Todavia, para que esses potenciais sejam trabalhados de forma eficaz, torna-se indispensável o brincar

nessa etapa, tendo em vista que brincando a criança desenvolve sua autonomia, a interação com o próximo, explora suas criatividade e sua imaginação (SOUZA, 2007).

As crianças se expressam pelo corpo e aos poucos vão evoluindo. Nesta perspectiva Vygotsky (2007) afirma que a criança já nasce inserida em um contexto social, e que para apropriar-se da interação social e do conhecimento, bem com na internalização dos conceitos, o ato de brincar se torna necessário para fomento do desenvolvimento de suas habilidades.

Marcelino (2002) concorda ao dizer que:

O brincar possibilita à criança a vivência da sua faixa etária e ainda contribui, de modo significativo, para uma formação como ser realmente humano, participante da sociedade em que vive, e não apenas como mero indivíduo requerido pelos padrões de “produtividade social” (MARCELLINO, 2002, p. 39).

Dentro desse contexto, pode-se afirmar que o brincar esta associado ao aprender, sendo que um não existe sem o outro, basta que o brincar tenha uma intencionalidade educativa. Nesta faixa etária a metodologia de ensino se baseia no brincar que envolvem o lúdico, com o intuito de que a criança se desenvolva plenamente. Assim, as ações que ocorrem dentro do ambiente escolar devem ser planejadas, pensadas e organizadas com cautela e criatividade já que os conceitos ali passados serão levados para a vida toda.

Ainda segundo Marcellino (2002):

[...] é fundamental que se assegure a criança o tempo e o espaço para que o caráter lúdico do lazer seja vivenciado com intensidade capaz de formar a base sólida para criatividade e a participação cultural e, sobretudo, para o exercício do prazer de viver, e viver, como diz a canção”... como se fora brincadeira de roda ...” (MARCELLINO, 2002, p. 38).

Nesse contexto, o jogo passa a ser compreendido como uma linguagem para criança, de modo que através da interação do brincar a criança se comunica com os outros, e estimulam sua criatividade ao criar um mundo paralelo, em que a criança absorve todo o conhecimento e aprendizado alcançado no mundo externo, e leva para o mundo imaginário. Assim, Friedmann (1996) confirma essa prerrogativa ao defender que o jogo é muito mais que um simples ato de brincar de infância, é uma ferramenta para a criança se comunicar com o mundo, expressando através deste os maiores níveis de aprendizagem.

Em relação aos brinquedos, cada um com suas especificações, contribuem com o conhecimento do mundo. Segundo Vygotsky (2007) o brinquedo abre um leque de opções para a criança, dando-lhe a perspectiva de criar coisas novas e se expressar como no foco de uma lente de aumento.

O ambiente no qual as atividades lúdicas são realizadas, estes devem estar organizados e serem ambientes acolhedores. Segundo Oliveira (2002, p. 135) “[...] o desenvolvimento da criança é resultado da interação de uma aprendizagem natural, mas paralelamente estimulada, que ocorre por meio da experiência adquirida”. É nesse cenário que as atividades lúdicas entram em cena como uma ferramenta que auxilia na construção do conhecimento.

O espaço na Instituição de Educação Infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto é preciso que o espaço seja versátil e permeável à sua ação, sujeito a modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas (BRASIL, 1998, p.69).

Entretanto, para que o brincar auxilie no desenvolvimento da criança elas precisam se sentir confiantes e compreendidas. Desta forma, ao organizar um ambiente deve-se levar em consideração primeiramente os procedimentos inerentes a segurança da criança, o conforto e a tranquilidade; e os educadores como mediador do ensino, precisam oportunizar atividades que desenvolva na criança atitudes e procedimentos que valorizem seu bem-estar. Uma vez que, o brincar é uma atividade fundamental para crianças pequenas e, segundo Piaget (1967, p. 49) “brincando, a criança experimenta, descobre, inventa, aprende e confere habilidades”. Devido a estes fatores e muitos outros é que o pedagógico é indissociável do brincar.

Ao longo da pesquisa, é remetido a contribuição do lúdico para o desenvolvimento cognitivo, dando ênfase as teorias defendidas por Piaget (1971), que afirmam quanto a importância contributiva dos jogos, como atividades lúdicas, no desenvolvimento de habilidades cognitivas, enaltecendo a capacidade que essa atividade proporciona à criança, uma vez que, estimula o pensar da criança, a assimilação real e um meio de autoexpressão.

O jogo, como uma atividade lúdica inserida no contexto da Educação Infantil, fomenta a imaginação da criança, as habilidades de memorizar, de construir e respeitar regras, de entender que existem regras a serem seguidas. O jogo como simbolismo das atividades lúdicas, propicia a assimilação do eu, as descobertas que o rodeiam, e que são aprendidas de maneira espontânea, sem nenhuma imposição contrária a criança, o que a deixa aberta para o aprendizado, sendo crucial no processo da educação infantil.

É importante enfatizar que, todos os autores mencionados nesse item, como Vygotsky (2007), que defende que o desenvolvimento infantil está relacionado e vinculativo a interação social da criança; como Brasil (1998) que estabelece as diretrizes educacionais para a educação infantil; como Wajskop (2007) que estuda o brincar, nas várias vertentes, como proposta pedagógica para o desenvolvimento infantil; além dos demais autores que complementam e conversam com as teorias propostas por Piaget (1971), seja de forma direta, ao afirmarem que o brincar, o jogo e/ou o brinquedo, todos relacionados ao lúdico, propiciam e estimula o desenvolvimento

cognitivo da criança, e até mesmo de forma indireta, ao estabelecer as relações sociais, como mediador do desenvolvimento integral da criança, que não apenas foca no desenvolvimento cognitivo, mas abarca toda a aquisição de habilidades possíveis para o pleno desenvolvimento.

Desse modo, é irrefutável dizer que as atividades lúdicas não propiciam o desenvolvimento da criança, tão pouco contribui no processo educacional, ao contrário, sua inserção no ensino aprendizagem de crianças, desde a Educação Infantil, é fundamental para que a criança adquira habilidades cognitivas, motoras, afetivas e sociais.

Os jogos, como ferramenta pedagógica proposto nesse estudo, ele traz contribuições inerentes ao desenvolvimento de raciocínio, por exemplo, uma vez que deve estabelecer e criar estratégias para “vencer” o adversário no jogo. Ao passo que, essa competição formulada também exige da criança habilidades de leitura dos movimentos de seus adversários no jogo, impulsionando a criatividade para tentar algo novo e inesperado. Essas habilidades precisam e devem ser desenvolvidas e trabalhadas na Educação Infantil, visando um objeto maior, qual seja, o desenvolvimento das habilidades cognitivas da criança, que concomitantemente exigira o desenvolvimento das demais habilidades do ser humano.

Nesse contexto, muitas são as contribuições do lúdico, seja através dos jogos, das brincadeiras e até mesmo do brinquedo, no processo de ensino aprendizagem na Educação Infantil, e no processo do desenvolvimento da criança. Assim, utilizar meios pedagógicos lúdicos que auxiliem o ensino nessa etapa de ensino, é crucial para a criança, que além de se divertir com os jogos e brincadeiras, estará adquirindo e estimulando suas habilidades cognitivas e evoluindo na aprendizagem, preparando-a para as etapas que sucederam esse processo.

3. BRINCADEIRAS E APRENDIZAGEM: A INTERAÇÃO ENTRE COGNITIVO E SOCIAL

A infância é um período essencial para o desenvolvimento humano, caracterizado por uma intensa exploração do mundo e pela construção de conhecimentos. Nesse contexto, as brincadeiras se destacam como uma forma primordial de aprendizado, onde a interação entre os aspectos cognitivos e sociais se torna evidente. Brincar não é apenas uma atividade recreativa; trata-se de um meio poderoso pelo qual as crianças desenvolvem habilidades essenciais, como raciocínio lógico, criatividade e habilidades sociais.

As brincadeiras promovem a curiosidade e a investigação, permitindo que as crianças experimentem e compreendam conceitos de maneira prática. Durante essas atividades, elas não apenas exercitam suas capacidades cognitivas, mas também aprendem a se relacionar com os outros, a negociar, a respeitar regras e a resolver conflitos. Essa interação é crucial para o desenvolvimento social, pois as crianças aprendem a importância da empatia, da colaboração e da comunicação.

A teoria de Jean Piaget, explica o desenvolvimento cognitivo e intelectual do sujeito, o qual em sua perspectiva, advém do princípio que, as ações biológicas são ações para uma adaptação ao meio de caráter físico, bem como as organizações relacionadas ao meio ambiente, promovendo assim um equilíbrio pra o indivíduo. Na teoria piagetiana, o desenvolvimento intelectual é compreendido como o desenvolvimento biológico, ou seja, as habilidades cognitivas são estabelecidas e desenvolvidas concomitantemente com as demais habilidades do ser humano (PIAGET, 1971).

As concepções teóricas de Piaget mediante ao desenvolvimento e a aprendizagem, tem grande destaque de acordo com o caráter de construção relacionado aos jogos no desenvolvimento infantil.

Segundo Piaget (1971) há três modelos básicos de atividades lúdicas que trabalha o desenvolvimento da criança mediante utilização dos jogos. Piaget (1990), afirma que o jogo é fundamental para o desenvolvimento da criança, e que para cada etapa do desenvolvimento existe um tipo de jogo relacionado.

Neste contexto, Piaget (1971) traz alguns elementos sobre a ludicidade e estabelece os jogos como grande motivador para as questões de aprendizagem. Ao retratar os jogos de exercício sensorio motor, estes determinam a etapa que se inicia no nascimento e percorre até a iniciação do aparecimento da linguagem.

Sendo assim, retrata as questões relacionadas aos exercícios chamados sensorios motores, os quais constituem a maneira primária do jogo com o indivíduo, ou seja, são exercícios de coordenação motora que acontecem a partir de repetições de gestos e movimentos simples corporais, considerando que estes exercícios de repetição, não são especificamente de uma fase, eles podem estar presentes em toda a infância, até mesmo na fase adulta "[...] sempre que um novo poder ou uma nova capacidade são adquiridos" (PIAGET, 1971, p. 149).

Outra subjeção que Piaget (1971) traz em sua teoria, são os jogos simbólicos, os quais são determinantes entre a faixa etária de 2 a 6 anos, onde o interesse da criança pela ludicidade se evidencia, manifestando-se através do jogo simbólico o qual é caracterizado pela imitação, ficção e imaginação.

Nesse sentido, para Piaget (1969, p.29):

O jogo simbólico é, simultaneamente, um modo de assimilação real e um meio de auto expressão, pois à medida que a criança brinca de casinha, por exemplo, representando papéis de adultos, ou brinca na escola, reproduzindo papéis do professor e aluno, ela está, ao mesmo tempo, criando cenas e também imitando situações reais vivenciadas (PIAGET, 1969, p.29).

O estabelecimento das funções lúdicas, de acordo com Piaget (1990) estão entrelaçadas a fim de proporcionar satisfação para a criança por meio de uma situação real contemplando suas vontades: "a criança que brinca de boneca refaz sua própria vida, corrigindo-a sua maneira, e

revive todos os prazeres e conflitos, resolvendo-os, ou seja, completando a realidade através da ficção" (PIAGET, 1990, p. 29). Ainda sob essa perspectiva, a teoria piagetiana defende que a situação imaginária da criança, em qualquer configuração do brincar, já abrange as regras de comportamentos, mesmo que seja um jogo, em que as regras já vêm definidas, a imaginação da criança "cria" essas regras, o que fortalece o desenvolvimento das suas habilidades cognitivas.

Ao examinar a inter-relação entre brincadeiras e aprendizagem, ressaltando como as atividades lúdicas favorecem tanto o desenvolvimento cognitivo quanto o social. Através da análise de diferentes abordagens teóricas e práticas, busca-se evidenciar a importância de um ambiente educativo que valorize e integre o brincar como uma estratégia essencial para o aprendizado na educação infantil.

4. ATIVIDADES LÚDICAS COMO FERRAMENTAS PEDAGÓGICAS: BENEFÍCIOS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na educação infantil, o papel das atividades lúdicas vai além do simples entretenimento; elas se configuram como ferramentas pedagógicas essenciais para o processo de ensino-aprendizagem. As atividades lúdicas oferecem um ambiente rico e dinâmico, onde as crianças podem explorar, experimentar e aprender de maneira significativa. Através do brincar, os educadores têm a oportunidade de promover o desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos.

Diversos estudos apontam que as atividades lúdicas não apenas estimulam a criatividade e a imaginação, mas também favorecem a aquisição de habilidades fundamentais, como a resolução de problemas, o pensamento crítico e a cooperação. Ao participar de jogos e brincadeiras, as crianças desenvolvem sua capacidade de se concentrar, de seguir regras e de interagir com seus pares, o que é vital para a formação de um ambiente social saudável.

O desenvolvimento é considerado, em partes, como um processo de maturação do organismo, sendo esse fruto das relações sociais entre os indivíduos. No entanto, é através do aprendizado que são estimulados os processos internos de desenvolvimento, o qual permite que mediante a interação com o meio, a criança adquira e desenvolva as habilidades intelectuais, sociais, motoras e afetivas. De acordo com Vygotsky (2007, p. 115) esse "[...] aprendizado pressupõe uma natureza social específica e um processo por meio do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam".

Diante da teoria vygotskyana é perceptível que desde o início do processo de desenvolvimento a criança adquira uma concepção própria dentro da sociedade em que vive, e que é fundamental que a criança desde o seu nascimento estabeleça relações sociais, visto que a interação está ligada diretamente ao desenvolvimento integral da criança.

Todavia, Vygotsky (2001) vai enfatizar que existem uma diferença no processo de formação do conhecimento da criança que está relacionado ao conhecimento científico, que consiste em todo conhecimento adquirido de maneira formal, através do estudo das ciências e das linguagens, trabalhados principalmente no ambiente educacional; e o conhecimento sistemático e hierárquico, que são alcançados no processo de relações, ou seja, durante a vivência do indivíduo, atribuído às suas experiências do cotidiano.

No entanto, quando falado de desenvolvimento cognitivo, Vygotsky (2001) traz uma singularidade para esses dois modelos de desenvolvimento, uma vez que são processos interligados que exigem influência sobre o outro para que se estabeleça o pleno desenvolvimento do indivíduo. Assim, para Vygotsky (2001, p. 261):

O desenvolvimento dos conceitos espontâneos e científicos - cabe pressupor - são processos intimamente interligados, que exercem influências um sobre o outro. [...] independentemente de falarmos do desenvolvimento dos conceitos espontâneos ou científicos, trata-se do desenvolvimento de um processo único de formação de conceitos, que se realiza sob diferentes condições internas e externas, mas continua indiviso por sua natureza e não se constitui da luta, do conflito e do antagonismo de duas formas de pensamento que desde o início se excluem (VYGOTSKY, 2001, p. 261).

Nesse contexto, compreende-se que a proporção tomada pela teoria histórico-cultural proposta por Vygotsky no meio educacional explica parcialmente o destaque ao papel da aprendizagem no desenvolvimento. Em outras palavras, Vygotsky (2001) defende que a maturação do conhecimento do indivíduo, ocorre em conjunto com o desenvolvimento da aprendizagem, de modo que é através desse que as habilidades cognitivas da criança são estimuladas ao desenvolvimento.

Assim, os benefícios das atividades lúdicas na educação infantil destacam-se as práticas que podem ser incorporadas ao currículo escolar. Ao entender como essas ferramentas pedagógicas podem ser utilizadas de forma eficaz, é possível criar experiências de aprendizado mais envolventes e impactantes, contribuindo para o desenvolvimento integral das crianças e preparando-as para os desafios futuros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ressalta a importância das atividades lúdicas como elementos fundamentais no processo educativo da infância. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que brincar não é apenas uma forma de entretenimento, mas um meio eficaz de promover o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. As teorias discutidas, juntamente com exemplos práticos, demonstraram como o lúdico pode ser uma ferramenta poderosa para facilitar a aprendizagem e a interação entre os alunos.

Além disso, a integração de atividades lúdicas no currículo da educação infantil não apenas enriquece a experiência de aprendizado, mas também cria um ambiente mais acolhedor e estimulante. Essa abordagem não só prepara as crianças para os desafios acadêmicos futuros, mas também as capacita a desenvolver habilidades essenciais para a vida, como empatia, colaboração e criatividade.

Diante disso, é fundamental que educadores, gestores e instituições de ensino reconheçam e valorizem o brincar como uma estratégia pedagógica eficaz. Investir em práticas lúdicas e em ambientes que favoreçam o jogo e a interação social é um passo importante para garantir uma educação mais significativa e transformadora. Ao promover o lúdico, estamos não apenas educando crianças, mas também formando cidadãos mais completos e preparados para o futuro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>> Acesso em: 09 out. 2021.

FRIEDMANN, A. **Brincar: crescer e aprender**: o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Sandra Regina. Grupo focal: uma alternativa em construção na pesquisa educacional. **Cadernos de Pós-graduação**, v. 4, p. 39-46, 2005.

MARCELINO, N. C. **Estudo do Lazer: uma introdução**. Campinas SP, Autores associados 2002.

OLIVEIRA, Z.R. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PIAGET, J. La Psychologie de l Intelligence. Paris: Colin, 1943. **A Psicologia da Inteligência**. Rio de Janeiro: Zahar, 1958; Fundo de Cultura, 1967.

PIAGET, Jean.; FRAISSE, P. **Tratado de psicologia experimental**: psicofisiologia do comportamento. Rio de Janeiro: Florense, v. 5, 1969.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imitação e representação. Rio de Janeiro: LTC, 1990.

VYGOTSKY, L. Semenovich. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. Semenovich. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola.** 7. ed- São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, S. E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar.** In: I ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM, Maringá, 2007. Arq. Mudi. Periódicos. Disponível em: <http://www.pec.uem.br/pec_uem/revistas/arqmudi/volume_11/suplemento_02/artigos/019.df>. Acesso em: 15 mai. 2021.

NECESSIDADE DO RECONHECIMENTO DA HERANÇA ANCESTRAL

NEED FOR RECOGNITION OF ANCESTRAL HERITAGE

DOI: 10.29xxxxxx.1-1

Sueli do Nascimento Guimarães¹
Sonia Maria da Costa Barreto²

1 Mestranda do curso de Ciência, Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

2 Professora Orientadora do curso de Mestrado Profissional em Ciencia Tecnologia e Educação do Centro Universitário Vale do Cricaré - UNIVC

RESUMO

Este artigo discute o reconhecimento da herança ancestral com foco na autodeclaração dos pais sobre a cor da pele dos filhos no ato da matrícula nas escolas de Conceição da Barra, Espírito Santo. Para tanto, realizou-se uma análise documental referente às matrículas no setor do censo escolar da Secretaria Municipal de Educação, coletando-se dados de todos os alunos da Rede Municipal, com atenção especial às duas comunidades quilombolas localizadas próximas à sede do município. Após a análise dos dados, foram realizadas rodas de conversa nas escolas para apresentar os resultados, seguidas de reflexões com toda a equipe escolar, a fim de esclarecer como o fortalecimento da identidade ancestral e o fazer pedagógico, em conformidade com a Lei 10.639/2003, são desenvolvidos no âmbito escolar, especialmente no que diz respeito ao "colorismo" - fenômeno que leva muitas pessoas a negarem sua negritude para evitar exclusão social. Atualmente, as escolas, entre outros espaços sociais, desempenham um papel fundamental na minimização do racismo estrutural, para que a futura geração seja mais consciente em relação ao pertencimento de suas origens, permitindo que realizem sua autodeclaração racial sem constrangimentos.

Palavras-chave: Reconhecimento; Autodeclaração; Ancestralidade; Quilombola.

ABSTRACT

This article discusses the recognition of ancestral heritage with focus on the self-declaration of parents about the color of their children's skin at the time of enrollment in schools in Conceição da Barra, Espírito Santo. For this purpose, a documentary analysis was carried out regarding the enrollments in the school census sector of the Municipal Education Department, collecting data from all students of the Municipal Network, with special attention to two quilombola communities located near the city headquarters. After the analysis of the data, conversation rounds were held in schools to present the results, followed by reflections with the entire school team, in order to clarify how the strengthening of ancestral identity and pedagogical practice, in accordance with Law 10.639/2003, are developed in the school context, especially with regard to "colorism" - a phenomenon that leads many people to deny their negritude to avoid social exclusion. Currently, schools, among other social spaces, play a key role in minimizing structural racism, so that the future generation is more aware of belonging to their origins, allowing them to carry out their racial self-declaration without constraints.

Keywords: Recognition; Self-declaration; Ancestry; Quilombola.

Assim, como diz a música: Ancestrais (Rosa Amarela, 2021):

Eu quero brincar de ser gente
Quero sentir o dom de viva estar
Honrar histórias de família
Romper transcender despertar
Despertar da ilusão.

Eu quero um teto de estrelas a me proteger
De onde estou eu vejo você
Que fez história antes de eu estar aqui
Que arou a terra para eu chegar
Me deu sementes antes de partir
Pra vida eu conquistar.

1. INTRODUÇÃO

AO município de Conceição da Barra é localizado na Foz do Rio Cricaré/ES, local no qual adentrou diversos navios vindos em direção ao Porto de São Mateus, onde acontecia o grande comércio de negros escravizados e a exportação da farinha de mandioca. Como relatam os professores Araújo e Oliveira (2016, pp. 21 e 22) na 2ª edição do livro *Negros no Espírito Santo*, sobre o professor Cleber Maciel, capixaba que se dedicou às questões da origem dos negros no Espírito Santo:

[...] No que tange ao estudo das origens dos negros capixabas, embora levante diversos questionamentos sobre os dados, o autor passa primeiro pela procedência dos africanos que chegaram ao Brasil e depois ao Espírito Santo. Essa busca pela procedência de nossos antepassados africanos não era uma ação isolada desse intelectual negro, mas tratava-se de uma ação conjunta com outros militantes, intelectuais e artistas das causas da negritude que ocorria não apenas no Brasil, mas também na África e nas Américas. Esses agentes sociais e políticos tomaram para si a responsabilidade de construir sentimentos de pertencimento ao “povo negro” pan-americano que tinha uma origem comum, o continente africano, com a máxima de um provérbio africano que diz: “Quem não sabe de onde veio, corre o risco de não saber pra onde vai”.

Este artigo tem como objetivo verificar na Rede Municipal de Conceição da Barra/ES o quantitativo de alunos e de que forma os pais classificam seus filhos em relação à cor da pele (autodeclaração) no ato da matrícula escolar. O intuito é de buscar respostas para as minhas indagações do não reconhecimento da herança ancestral por muitos conterrâneos.

Venho de uma família onde a cultura corre nas veias, por parte da família de minha mãe, tinha minha bisavó Deolinda Lage que era poetisa e meu avô tocava na banda marcial. E, por parte do meu pai, tinha minha avó Maria Idelfonso, indígena, chefe de terreiro (Mesa de Santa Maria), parteira, casada com o negro Mestre Pedro de Aurora – cantador popular, trovador, repentista, brincante do Reis de Boi, foi mouro no Alardo de São Sebastião, sempre lutou pela difusão cultural, principalmente em Conceição da Barra, para não deixar o legado dos seus ancestrais ser apagado. Esse motivo é o que me incentiva na caminhada profissional em trabalhar com as crianças e jovens o resgate da importância do reconhecimento da cultura dos nossos ancestrais.

É constatado em diversas escolas, na matrícula, que a maioria dos pais tem dúvida ao responder a cor do filho: “eu acho que é parda” sendo que visualmente os mesmos são pretos retintos, mesmo tendo conhecimento que são descendentes de negros, não se reconhecem como tal, não tem o sentimento de pertencimento racial e da sua ancestralidade.

Devido a essa inquietação, foi feito por mim um levantamento da quantidade de crianças existentes na Rede Municipal de Conceição da Barra e como são declaradas através da cor da pele, pelos seus pais e ou responsáveis, e principalmente nas comunidades quilombolas reconhecidos pela Fundação Palmares³.

A primeira Comunidade Quilombola reconhecida pela Fundação Palmares no município de Conceição da Barra/ES foi a Comunidade de Linharinho. Hoje no município existem diversos quilombos e, em 2020, a Fundação Palmares reconheceu o antigo Quilombo Santana, local que por volta de 1881 existiu o “Quilombo liderado por Rogério (Rugério) com cerca de 20 integrantes, em Santana, no município de Conceição da Barra” (Maciel, 2016, p. 197) como Quilombo Urbano de Santana. A partir desse contexto, é preciso buscar meios para incentivar a valorização da diversidade cultural e a importância que a cultura representa no processo de autoafirmação de quem somos nas escolas do município.

Há um tempo ouvi um relato de uma funcionária de determinada escola que uma criança passou mal e a mesma pegou a ficha de matrícula para ligar para a mãe e ao verificar a sua ficha retrucou que ela não era parda e sim, negra, conforme a sua ficha de matrícula. A funcionária explicou que a ficha é preenchida de acordo com os dados que a mãe relata.

Sendo assim, é necessário que as escolas de Conceição da Barra façam prevalecer a Lei 10.639/2003⁴, para que os alunos conheçam a história e reconheçam suas raízes, para que floresça o sentimento de pertencimento racial de sua origem, sua cultura, sua religião.

³ Fundação Cultural Palmares, responsável em promover e incentivar a valorização cultural, social, econômica e a influência negra na formação da sociedade brasileira.

⁴ Lei 10.639/2003 é um marco do movimento negro na luta por reconhecimento. A Lei foi concebida com a finalidade de combater a discriminação racial, o racismo e, sobretudo salientar a importância da cultura e a história afro-brasileira na educação que inclui no currículo oficial das instituições de ensino a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Pedroso (1999) afirma que é preciso fortalecer o reconhecimento das raízes e ter um olhar diferente e perceber que a herança presente na cultura negra faz dele um protagonista, um criador.

Com relação ao reconhecimento da ancestralidade, Mattos (2012, p. 158) afirma que: “Os ancestrais foram grandes homens, que tiveram uma existência repleta de ações dignas e realizações importantes. Deixaram, assim, uma lição, uma herança a ser seguida pelos seus descendentes”.

A Herança Ancestral é resgatada através da memória, segundo Vassalo (2011, p. 335):

A memória não deve ser pensada apenas como um indivíduo, mas também em sua dimensão social. Nesse sentido, está intimamente relacionada ao momento presente, ou seja, ao contexto em que indivíduos e grupos se encontram quando acionam suas lembranças. A memória é, portanto, seletiva: em função das situações vividas no presente, retiramos apenas alguns elementos do baú das nossas recordações. Mas, nesse processo, esses mesmos elementos são ressignificados, ou seja, adquirem um novo sentido, à luz das novas situações, interesses e emoções. Portanto, trata-se de um processo que vai do presente para o passado, ou, melhor dizendo, de um processo seletivo e ressignificado de recuperação do passado.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular a “[...] educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa [...]” (BNCC, 2018, p. 6).

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. [...] a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica. [...] Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes (BNCC, 2018, p.13).

A Lei 10.639/2003 contempla a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas do Estado nacional, nas disciplinas do currículo escolar, e assegura também o dia 20 de novembro como dia da Consciência Negra, dia que marca a luta do povo que representa a maioria da população brasileira (Baptista, 2021).

A Lei 10.639/03 aponta para a necessidade de descolonizar os currículos escolares e as relações étnico-raciais, visando reconhecimento e valorização das contribuições históricas da população negras e reparação dos danos objetivos e subjetivos da colonização escravizadora. A Lei 10.639/03

busca dar voz as necessidades trazidas por sujeitos conscientes de sua situação de subalternidade perante o eurocentrismo, percebendo, mesmo com o fim do colonialismo, a persistência de uma “relação colonial” que permite manutenção de discursos e representações sociais depreciativas de grupos sociais que se opõe a referências europeias (Jodas; Vieira; Medeiros, 2015, p. 93).

Para alcançar o objetivo da Lei 10.639/2003, é primordial novas posturas que atendam o direito social e a diferença, que as escolas devem possibilitar em seus currículos e nos projetos político-pedagógicos. É importante o estudo para todos os profissionais da escola que colaboram na educação das crianças, bem como a formação continuada de professores nas diversas áreas do conhecimento para compreenderem a importância da questão relacionada à diversidade étnico-racial.

Como afirma Jodas, Vieira e Medeiros (2015, p. 63) “[...] a importância da Formação Continuada para que os professores estejam em constante atualização e possam ampliar suas discussões e práticas enriquecendo-as com a troca de experiências com outros profissionais”.

O parecer do Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno/DF de nº 003/2004 expressa a importância da Lei nº 10.639/03, que é voltada para o fortalecimento de identidades e de direitos e ações educativas de combate ao racismo e à discriminação.

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimento; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capaz de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos (CNE cp. 003/2004).

Em seu livro *O Movimento Negro Educador*, Nilma Lino afirma que:

É possível perceber que o Estado brasileiro, ao reconhecer a imbricação entre desigualdade e diversidade, vem incorporando, aos poucos, a raça de forma resignificada em alguma de suas ações e políticas, especialmente na educação (2017, p.36).

O movimento negro, principalmente no contexto das ações afirmativas, recoloca o debate sobre a raça no Brasil. Mesmo com as críticas, há um aumento da institucionalização do uso das categorias de cor do IBGE (preto, pardo, branco, amarelo e indígena) nos formulários e nos censos educacionais, trazendo a autodeclaração racial para o universo e para o cotidiano dos brasileiros. O debate sobre quem é negro e quem é branco invade a vida dos brasileiros e das brasileiras de uma forma diferente, extrapolando os espaços da militância e da discussão política. (2017, p. 69-70).

A partir dessas considerações podemos levantar discussões que possam contribuir com o despertar da consciência coletiva sobre a importância da identidade cultural no processo ensino/aprendizagem. Espera-se que as escolas valorizem e respeitem seus alunos para que possam sonhar e ter oportunidades com suas diferenças e que muitos dos sonhos de se tornem realidade se auto declarando de acordo com sua memória ancestral.

2. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto, adotamos uma análise documental na plataforma Te-csystem do setor do Censo Escolar da Secretaria Municipal de Conceição da Barra/ES com a finalidade de levantar dados sobre o auto reconhecimento de suas origens e aprofundar o debate sobre reconhecimento da herança ancestral, com as escolas. A metodologia utilizada foi de cunho exploratório e bibliográfico, um estudo de caso que, de acordo com Yin (2001, p. 32):

[...] se constitui em uma investigação empírica de algum fenômeno, dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites desse fenômeno e o contexto não estão definidos clara e objetivamente. O autor complementa que um estudo de caso se assenta em várias fontes de evidências da temática abordada, beneficiando-se do que previamente foi desenvolvido de proposições teóricas para conduzir e realizar a análise de dados.

Para realizar a pesquisa, foram desenvolvidas reflexões teóricas alcançadas por meio da pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos, dissertações, sites relacionados à temática.

Os dados sobre a declaração da cor de pele dos alunos da rede pública de ensino de Conceição da Barra foram apresentados à Secretaria Municipal de Educação. Em seguida, foram realizadas rodas de conversa com os gestores, pedagogos e professores das escolas, especialmente com as escolas situadas em territórios quilombolas do município.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Bárbara Carine (2023, p. 30), em seu livro *Como ser um educador antirracista*, relata:

[...] o percurso intelectual que a branquitude havia reservado para mim e para os meus e fiz o movimento Sankofa⁵, de voltar e pegar aquilo que ficou no caminho. Passo a integrar coletivos negros, agora na universidade, e iniciei ali um processo de estudos e leituras de referências negras fui pescando falas das pessoas. Assim vou construindo o meu próprio processo de contribuição para a causa.

Mais adiante, após uns dois anos de leituras pretas, passo a escrever meus primeiros artigos sobre a temática [...].

⁵ Sankofa é um ideograma africano - Adinkras que representa a ideia de voltar ao passado para significar o futuro. É representado por um pássaro com a cabeça voltada para trás ou duas voltas justapostas espelhadas, que lembram um coração.

É necessário que todos os profissionais envolvidos na escola recebam formação antirracista com propósito de contribuir para a construção da autoestima das crianças desde a tenra idade, adolescentes, jovens e adultos e, com isso, despertar o pertencimento das suas verdadeiras raízes.

Meyer (2006, p. 61) destaca a importância do pertencimento como “[...] processos pelos quais se constroem fronteiras entre aqueles/as, que pertencem e aqueles que não pertencem a determinados grupos/populações”. Como afirma o antropólogo Kabengele Munanga (1994, pp. 177-178):

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.

Em seu relato, Munanga (1994) corrobora que a identidade está associada ao sentimento de pertencimento a um determinado grupo social. Em contrapartida, Clarissa Brito (2021, p. 77) esclarece:

A identidade afro-brasileira é parte fundamental da transformação social, da conexão com as narrativas sociais, políticas e econômicas do povo negro e todos os elementos de nossa afro-brasilidade viabilizam uma releitura da imagem negra e de seu papel na sociedade.

O Quadro 1 apresenta o número de escolas no município de Conceição da Barra/ES e quantitativo de alunos discriminados quanto à cor de pele declarada pelos pais ou responsáveis. No ano de 2022, integrava a rede municipal de ensino um total de 25 escolas, com 5231 estudantes matriculados.

Quadro 1 – Declaração das crianças na visão dos pais, no ato da matrícula

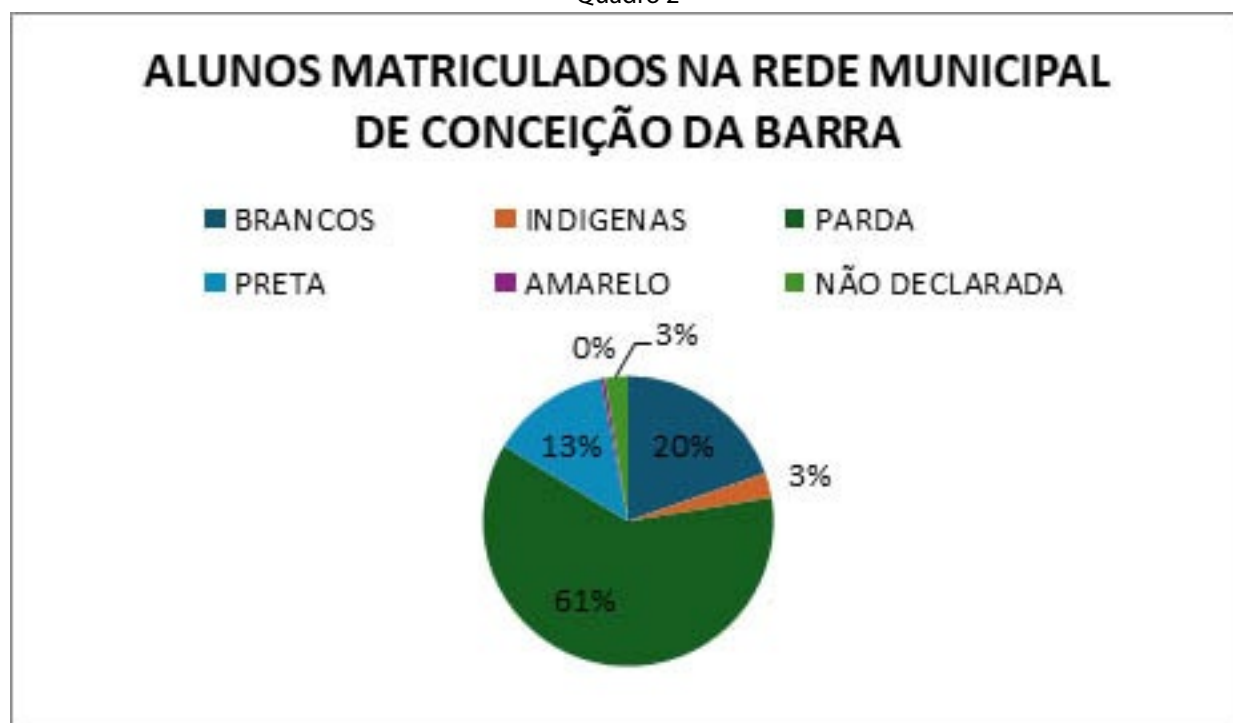
Escolas	Branca	Indígena	Parda	Preta	Amarela	Não declarada	Total
1. CMEI CIRANDA CIRANDINHA	-	-	101	10	-	-	111
2. CMEI DR ALUÍZIO FEU SMIDERLE	108	-	281	46	2	-	437
3. CMEI JOANA DARC	18	1	70	13	1	-	103
4. CMEI NOSSA SENHORA DE SANT ANA	31	-	127	44	-	-	202
5. CMEI SÃO JOSÉ	84	138	34	3	-	-	259
6. CMEI TEREZINHA DE JESUS NASCIMENTO DE ALMEIDA	42	-	117	35	-	-	194
7. EMEF ASTROGILDO CARNEIRO SETÚBAL	46	-	202	49	-	-	297
8. EMEF BARREIRAS	7	-	6	-	-	25	38
9. EMEF BENÔNIO FALCÃO DE GOUVÊA	28	2	164	17	15	-	226
10. EMEF CORREGO DAS PALMEIRAS	-	2	-	-	-	19	21
11. EMEF DR MÁRIO VELLO SILVARES	166	-	380	64	5	10	625

12. EMEF GENTIL LOPES DA CUNHA	38	-	144	51	-	-	233
13. EMEF JOAO FERREIRA ARAUJO	1	-	1	-	-	11	13
14. EMEF JORGE DUFFLES ANDRADE DONATI	136	-	397	70	-	3	606
15. EMEF LINHARES	-	-	1	4	-	16	21
16. EMEF MARIO FLORENTINO	-	-	3	6	-	7	16
17. EMEF MOACYR MARTINS PESTANA	30	-	75	22	-	2	129
18. EMEF PROFª DEOLINDA LAGE	39	1	249	99	-	-	388
19. EMEFTI JOÃO BASTOS BERNARDO VIEIRA	60	-	175	47	-	3	285
20. EMEFTI MARIA CARELLI LOMONTE	53	-	281	47	-	3	384
21. EMEIEF ANGELO LUIZ SAGRILLO SMIDERLE	97	1	326	60	1	-	485
22. UPE ASSENTAMENTO CORREGO DO CEDRO	1	-	-	-	-	1	2
23. UPE ASSENTAMENTO UNIAO	-	-	-	-	-	18	18
24. UPE ASSENTAMENTO VALDICIO BARBOSA DOS SANTOS	-	-	-	-	-	16	16
25. UPEM MENINO JESUS	43	-	70	8	1	-	122
Total	1028	145	3204	695	25	134	5231

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Conceição da Barra (2022).

O Quadro 2 destaca o percentual de alunos matriculados na Rede Municipal de Conceição da Barra por raça/etnia, compreendidas em branco, indígena, parda, preta, amarelo e não declarada.

Quadro 2



Fonte: autoria própria.

Do total de 5.231 matriculados nas escolas, percebe-se que os pais ou responsáveis no ato da matrícula dos filhos declararam como sendo: 20% alunos brancos, 3% alunos indígenas; 61% de alunos pardos; 13% alunos pretos, 3% de alunos não declarados.

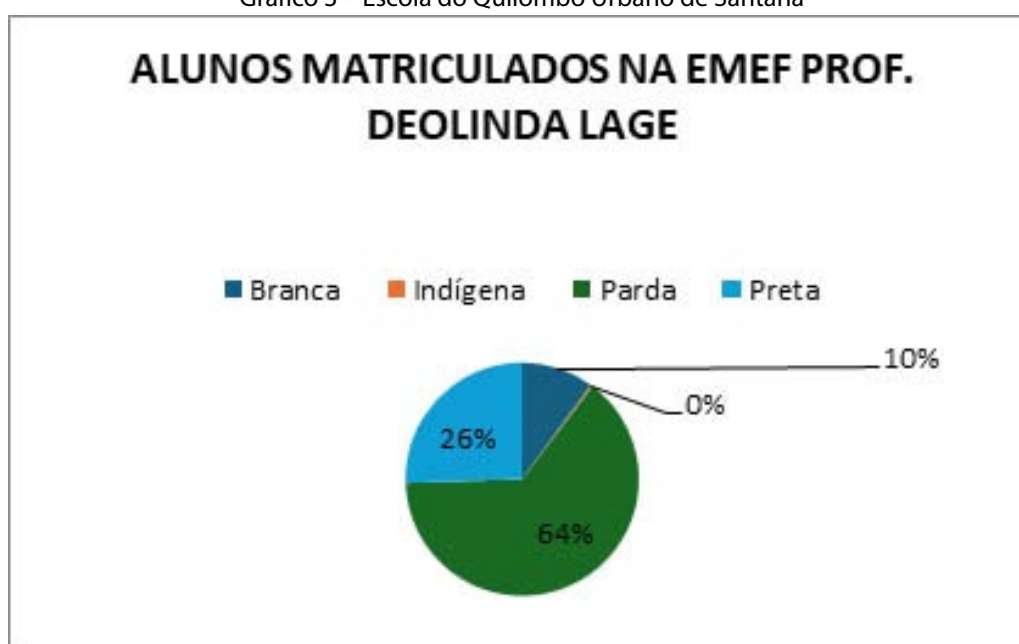
É possível considerar que a maioria declarada como pardos estão entre pessoas que sofrem racismo por não se declararem como pretos ou indígenas. O município de Conceição da Barra é uma cidade que tem uma história cultural riquíssima. Desde a chegada das primeiras pessoas escravizadas na Vila da Barra de São Mateus como era conhecido, o Trapiche (hoje casa da cultura Hermógenes de Lima Fonseca), local onde acontecia o comércio dos escravizados, tivemos também o Quilombo de Negro Rugerio e um outro fato muito importante da região foi a Batalha do Cricaré onde aconteceu o maior massacre indígena da época.

Frente a todos esses contextos históricos, ainda existe muita resistência por parte das pessoas em assumir a sua verdadeira identidade racial. Percebe-se nas escolas a grande resistência das crianças e jovens, quando é trabalhada a questão racial, pois estão arraigadas do seio familiar. São necessárias políticas públicas voltadas para ações antirracistas, visando minimizar o preconceito e estimular o reencontro das raízes ancestrais.

3.1. Autodeclaração dos filhos nas duas escolas de comunidades reconhecidas como Quilombolas do município

Essa resistência ao reconhecimento das raízes ancestrais se manifesta também na declaração dos pais ou responsáveis sobre a raça/etnia de alunos das escolas quilombolas de Conceição da Barra/ES.

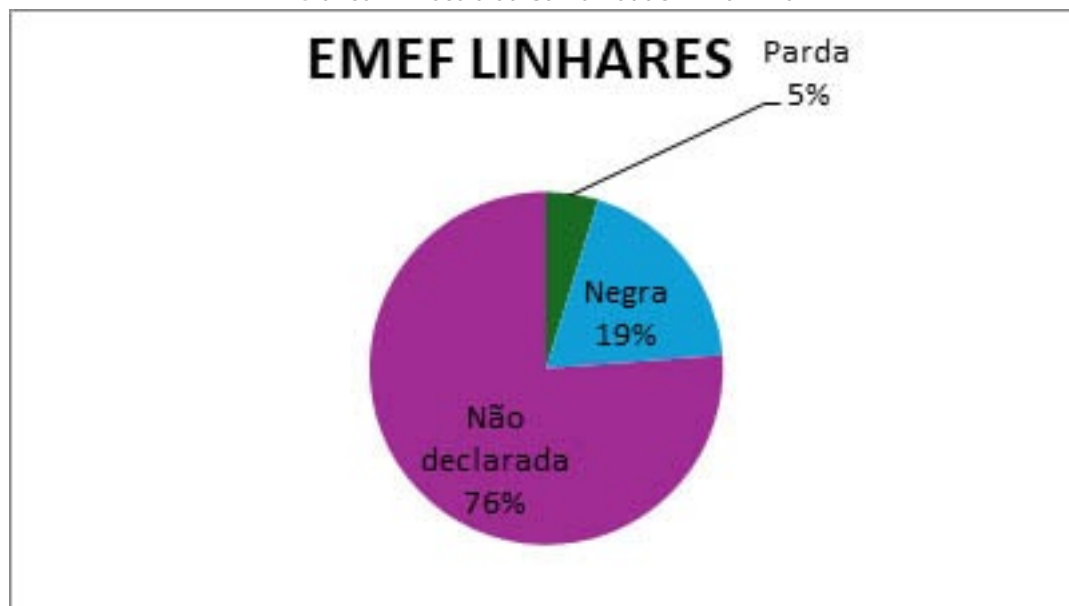
Gráfico 3 – Escola do Quilombo Urbano de Santana



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Conceição da Barra/ES (2022).

A EMEF Deolinda Lage é uma escola que recebe alunos de várias comunidades quilombolas e comunidades ribeirinhas do Rio Cricaré. De acordo com o Gráfico 3, esta escola tem 26% das crianças que foram declaradas pretas, e que na escola não existem indígenas conforme o percentual de 0%.

Gráfico 4 – Escola da Comunidade Linharinho



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Conceição da Barra/ES (jun.2023)

A comunidade Linharinho foi a primeira Comunidade Quilombola reconhecida de Conceição da Barra, pela Fundação Palmares. Na EMEF Linharinho, de acordo com o Gráfico 4, 76% não realizaram a autodeclaração dos filhos em relação à cor da pele, 5% declararam como pardos e 19% pretos. É preciso que haja uma ação da gestão escolar para identificar o motivo da grande maioria não se declarar corretamente.

Portanto, os dados apresentados mostram a dificuldade das famílias assumirem sua identidade racial e dos seus filhos no ato da matrícula escolar. Mais do que isso: reforçam a invisibilidade da população negra na sociedade e no sistema de educação. Mesmo quando se foca nas escolas que estão em comunidades quilombolas, persiste a invisibilidade da identidade racial afro-brasileira e indígena. Essa problemática deve ser encarada como desafio para a Educação das Relações Étnico-Raciais nas escolas municipais da rede de Conceição da Barra/ES.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs uma análise da necessidade do reconhecimento da herança ancestral, tendo como enfoque a autodeclaração dos pais ou responsáveis sobre a cor da pele do filho no ato da matrícula nas escolas municipais da Rede de Conceição da Barra, Espírito Santo. Para tanto, foi realizado uma análise documental referente às matrículas no setor do censo escolar da Secretaria Municipal de Educação, onde foram coletados e apurados os dados de todos os

alunos em relação a cor da pele das crianças e jovens matriculados no ano de 2022, em duas comunidades quilombolas localizadas próximo à sede do município.

A partir dos resultados, é necessário que as escolas da região do Sapê do Norte no município de Conceição da Barra, local onde a resistência negra foi marcada pelo Quilombo de Negro Rugerio, contribuam para o resgate da herança ancestral, despertando nas crianças e nos jovens o sentimento de pertencimento racial e o reconhecimento de suas raízes e da sua ancestralidade.

A ancestralidade é um conceito mais amplo do que simplesmente a nossa relação com os conflitos e conquistas do passado. Ao analisa-la com mais profundidade, percebemos que ela atende ao nosso verdadeiro anseio de pertencimento. É elementar reconhecer que muitas experiências dos nossos ancestrais se manifestam em nossos comportamentos atuais. E em algumas ocasiões, podem repetir padrões prejudiciais como a forma de honrar aqueles que nos precederam, mesmo que isso ocorra de maneira inconsciente.

É primordial que as escolas estejam atentas às questões raciais e, com isso, passem a implementar políticas com a finalidade de: estimular a igualdade e a diversidade nos relacionamentos internos e com a comunidade escolar; formação continuada para toda a comunidade escolar; organizar debates sobre as práticas adotadas nas escolas, com mudanças de posturas garantindo assim a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes sem distinção.

Os desafios para a implementação da Lei 10.639/2003 são diversos: docentes que desconhecem os conteúdos que abordam a história da África e da cultura afro-brasileira; falta de informação; resistência por parte de alguns profissionais da escola e comunidade; intolerância religiosa, pouco envolvimento de professores brancos com a questão racial, falta de material pedagógico. É um trabalho desafiador para as escolas. Cabe à equipe gestora das instituições reelaborar as práticas com a temática racial, momentos de estudo, reformular o Projeto Político Pedagógico (PPP), incluindo de forma clara e específica o cumprimento da Lei 10.639/2003 e Lei 1.645/2008 no currículo e as práticas pedagógicas cotidianas. É importante e necessário o resgate da história do povo negro, destacando a representatividade dos nossos reis e rainhas, dos nossos heróis negros para que ocorra a construção da identidade, o empoderamento das crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Cabe à gestão municipal juntamente com a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, proporcionar política pública educacional para as Relações Étnico-raciais mais efetivas no município de Conceição da Barra/ES, para minimizar o racismo estrutural.

É importante destacar que as instituições de ensino devem se empenhar com maior dedicação na promoção do conhecimento sobre identidade entre seus alunos. Para que esse processo seja realmente eficiente e eficaz, é fundamental que seja realizado de maneira colaborativa, fundamentado na ancestralidade, contribuindo assim para a formação de cidadãos mais conscientes.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, R. Dia da Consciência Negra, 50 anos: liberdade conquistada, não concedida. Agência Senado, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/11/dia-da-consciencia-negra-50-anos-liberdade-conquistada-nao-concedida>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- BRITO, C. O enegrecer psicopedagógico: um mergulho ancestral. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- FLICK, U. Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.
- FUNDAÇÃO PALMARES. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br>. Acesso em: 05 de jul. 2023.
- GOMES, N. L. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- JODAS, J.; VIEIRA, P. A. S.; MEDEIROS, P. M. (orgs.). Uma década da lei 10.639/03: perspectivas e desafios de uma educação para as relações étnico-raciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- MACIEL, C. Negros no Espírito Santo. 2ª ed. Vitória: Arquivo público do estado do Espírito Santo, 2016. 282 p.
- MATTOS, R. A. História e cultura afro-brasileira. 2ª ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.
- RODRIGUES, P. Florescer: a psicologia da vida que vale a pena ser vivida. Disponível em: <https://www.psicoterapiaefins.com.br/2021/01/14/florescer-q-psicologia-da-vida-que-vale-a-pena-ser-vivida/#:~:text=Florescer%20envolve%20atingir%20um%20est%C3%A1gio,florescer%20pessoas%2C20institui%C3%A7%C3%B5es%20comunidades>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- PEDROSO, S. F. A carga cultural compartilhada: o bilhete de passagem para a interculturalidade no ensino de Português língua estrangeira. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Unicamp, Instituto de Estudos da Linguagem, 1999, 110 f. Disponível em: https://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Dissertacoes/disserta_181_200/Sergio_Flores_Pedroso.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.
- PINHEIRO, B. C. S. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- NASCIMENTO, C. A. A permissão de ser preta: uma análise do colorismo na mídia brasileira. Cabedelo, PB: [s.n.], 2020. 28 p. Disponível em: <https://www.iesp.edu.br/sistema/uploads/arquivos/publicacoes/a-permissao-de-ser-preta-uma-analise-do-colorismo-na-midia-brasileira-autor-a-nascimento-camila-de-albuquerque-.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SILVA, S. B. A importância das raízes culturais para a identidade cultural do indivíduo. Disponível em <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/artes/a-importancia-das-raizes-culturais>. Acesso em: 07 jul. 2023.

VASSALO, S. Identidade negra, cidadania e memória: os significados políticos da Capoeira de Angola contemporânea. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 13 n. 2, p. 334-350, dez. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/56851653/Identidade_negra_cidadania_e_mem%C3%B3ria_os_significados_pol%C3%ADticos_da_Capoeira_de_Angola_contempor%C3%A2nea. Acesso em: 02 out. 2023.

MEYER, D. E. E. Das (im)possibilidades de se ver como anjo. In: GOMES, N. L. & SILVA, P. B. G. (orgs.). *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MUNANGA, K. e GOMES, N. L. *Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos*. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.

ISBN: 978-xxxxxx17-0